

Jorge Machado - Carlos H. Ferreira (Orgs.)

RESISTÊNCIA GUARANI

*Uma vivência na
aldeia Rio Silveiras*

Aline Guarizo - Andressa Maciel - Augusto Amado - Bianca Sherika - Bruno da Mata Faria
Cauã Messinetti - Carlos H. Ferreira - Carolina Spedo Del Pezzo - Daniel M. Franco
Dayara C. Moreira - Denis Moura - Djonathan G. Ribeiro - Estefanie Coleone
Francisca S. Viana - Fernando Dreossi - Gabriel Tonelli - Gabriela Fernandes da Silva
Gabriela G. de Mundo - Jorge Machado - Juliano de Paiva - Letícia Cardoso
Leila Vieira de Souza - Lucas Bravo Rosin - Lyvia Amado - Ingrid Rodrigues
Maria Laura G. Lopes - Maria Aparecida Costa - Mariana Brito
Mauro César Brosso - Milena Domingues - Paloma de Lima Santos
Paola Pedro - Paula Heloisa Ribeiro - Priscila Coura - Reginaldo Novelli
Rodrigo Zapparoli - Sara Pereira Taiguara Canindé - Thais Ferraz Pinto

Jorge Machado - Carlos H. Ferreira
(Orgs.)

RESISTÊNCIA GUARANI

*Uma vivência na
Aldeia Rio Silveiras*

Aline Guarizo - Andressa Maciel - Augusto Amado - Bianca Sherika - Bruno da Mata Faria
Cauã Messinetti - Carlos H. Ferreira - Carolina Spedo Del Pezzo - Daniel M. Franco
Dayara C. Moreira - Denis Moura - Djonathan G. Ribeiro - Estefanie Coleone - Francisca S.
Viana Fernando Dreossi - Gabriel Tonelli - Gabriela Fernandes da Silva - Gabriela G. de Mundo
Jorge Machado - Juliano de Paiva - Leticia Cardoso - Leila Vieira de Souza - Lucas Bravo
Rosin - Lyvia Amado - Ingrid Rodrigues - Maria Laura G. Lopes - Maria Aparecida Costa
Mariana Brito - Mauro César Brosso - Milena Domingues - Paloma de Lima Santos
Paola Pedro - Paula Heloisa Ribeiro - Priscila Coura - Reginaldo Novelli
Rodrigo Zaparolli - Sara Pereira Taiguara Canindé - Thais Ferraz Pinto

Esse conteúdo pode ser livremente compartilhado, distribuído e modificado
de acordo com os termos da licença



Creative Commons CC By 4.0

[\(https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/\)](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

Catálogo (CIP)

Machado, Jorge; Ferreira, Carlos H. Ferreira (Organizadores)
Resistência Guarani - uma Vivência na Aldeia Rio Silveiras. São Paulo:
Tendenz, 2016. (165pp)
ISBN 978-85-903358-4-9

1. Guaranis 2. Aldeia Rio Silveiras 3. Cultura indígena 5. Aprendizado
Ativo
CDD 300

Prefácio

Essa obra foi produzida colaborativamente pelas alunas e alunos e o professor Jorge Machado, da Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH) da Universidade de São Paulo. Ela constitui um registro histórico, científico e social das atividades realizadas junto à aldeia Guarani Rio Silveiras, em Bertioga. A experiência faz parte de uma metodologia inovadora de ensino-aprendizado ativo, que leva os alunos a pensar, refletir e agir sobre a realidade social a partir de sua própria inserção nela. Isso possibilita um aprendizado mais profundo, que envolve razão, emoção e cognição. A sua prática visa não apenas ensinar e aprender, mas transformar o próprio sujeito do aprendizado. Este é visto não apenas como um agente da realidade, mas também como parte das próprias contradições.

Assim, o aprendizado científico caminha junto com a própria conscientização do sujeito, gerando não apenas um conhecimento social, mas o próprio autoconhecimento, que é para toda a vida.

Não podemos deixar de dar nosso especial agradecimento aos povo da Aldeia Rio Silveiras pela recepção com o coração aberto. Também agradecemos à Escola de Artes, Ciências e Humanidades pelo apoio logístico.

Como esse é um trabalho coletivo constituído em um pequeno espaço de tempo, no final da disciplina, ele não está isento de erros. Assim, como um dos organizadores, coloco-me à disposição para críticas e sugestões e eventuais correções.

Professor Jorge Machado

Sumário

1. Introdução	5
2. Os Guaranis	7
3. Os Guaranis da Aldeia Rio Silveiras	27
4. Visita à aldeia	55
5. Considerações finais	150
Bibliografia.....	160

1. Introdução

O objetivo da disciplina foi o de aprofundar os ensinamentos e conteúdos oferecidos em disciplina anteriormente cursada pelos alunos denominada Sociedades Complexas, Multiculturalismo e Direitos (SMD), que compõem o Ciclo Básico pelo qual passam todos os alunos e alunas da EACH. Assim disciplina Políticas Públicas Setoriais - Multiculturalismo e Direitos visou aprofundar o aprendizado em SMD – de caráter muito mais teórico - através da aquisição prática de conhecimentos por meio de uma imersão na cultura do povo originário Guarani.

O programa da disciplina constituiu de:

- Quatro aulas preparatórias, onde foram passados conceitos básicos para compreender aspectos sociais, políticos relacionados ao contato de sociedades complexas com povos tradicionais, assim como seus problemas e contradições.
- Encontros preparatórios entre os estudantes para definir as atividades que levariam para aldeia na forma de troca ou compartilhamento de aprendizados.
- Os estudantes também foram introduzidos em técnicas de observação participante, assim como discutiram questões éticas relativas ao contato cultural com culturas com hábitos e valores diferentes.
- Uma viagem à Reserva indígena Guarani Rio Silveiras, em Bertioga, que gentilmente abriu suas portas a nossa imersão, compartilhando sua cultura, tradições e visões de mundo.
- Uma aula de avaliação e para eventual conclusão das atividades.

Complementarmente, as alunas e alunos elaboraram de forma colaborativa o texto desse trabalho, a revisão e a edição foi feita pelo monitor da disciplina e a supervisão e revisão final pelo docente responsável pela mesma.

A disciplina utilizou a metodologia do aprendizado ativo, que se constitui num engajamento ativo e prático do aluno, de modo que ele experimente e teste na realidade conceitos e teorias, refletindo e agindo sobre ela e formando seus próprios valores.

A avaliação foi feita de maneira contínua, a partir da participação nas atividades em sala de aula, engajamento na preparação dos estudantes no âmbito dos grupos de trabalho, o empenho na execução das atividades na aldeia e a participação na elaboração do relatório final.

Uma síntese da metodologia e das atividades pode ser encontrada nesta página <https://pad.okfn.org/p/smd2>.

* * *

Na parte seguinte, explicamos um pouco sobre quem são os guaranis, enquanto uma extensa cultura que habita vários dos países da América do Sul e contextualizamos sua situação no âmbito das políticas indigenistas. Na parte seguinte, tratamos especificamente dos guaranis da Aldeia Rio Silveira, fazendo um descritivo do território, ambiente e cultura local. Depois, apresentamos nossas atividades e impressões da observação participante, acompanhadas de alguns registros tomados *in loco*. Por fim, como se trata de um registro de uma atividade pedagógica de ensino aprendizado, colhemos os depoimentos dos estudantes e encerramos com as conclusões gerais da expedição, elaboradas após um debate envolvendo toda turma.

2. Os Guaranis

2.1 História dos guaranis

Uma unidade linguística e cultural na diversidade indígena

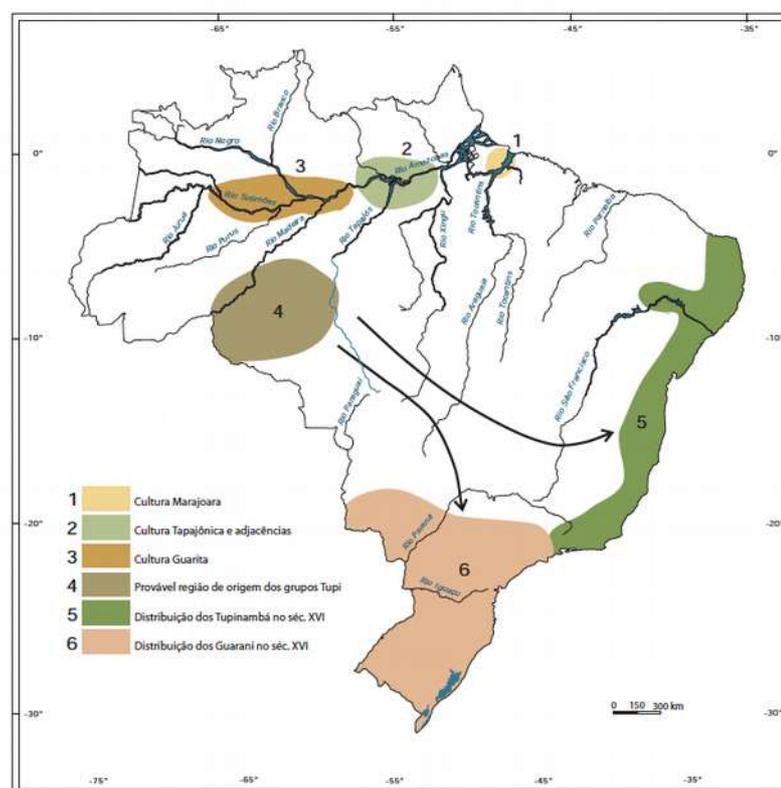
No século XVI, parte do atual território brasileiro (litoral do nordeste e sudeste e interior e litoral da atual região sul) era ocupada por povos diferentes, mas falantes de línguas aparentadas, pertencentes ao que chamamos de tronco linguístico Tupi. Um tronco linguístico é um conjunto de línguas diferentes, mas que têm uma origem comum, portanto, guardam muitas semelhanças estruturais e fonéticas. Os povos indígenas que falavam ou ainda falam línguas do tronco linguístico Tupi estão relacionados, historicamente, aos Tupis, caso dos Guaranis, maior grupo entre os povos de origem tupi.



Os estudos linguísticos são importantes para a reconstrução da história dos povos, principalmente dos povos agrafos, que não deixaram relatos escritos. Isso porque novas línguas surgem por meio da diferenciação que, ao longo do tempo, vão tendo em relação a uma língua ancestral. E isso, por sua vez, é o resultado de processos demográficos, migratórios, político-militares, etc. Ao contrário do que por muito tempo se afirmou sobre os povos indígenas do Brasil, que seria povos “sem história”, a diversidade de línguas tupis nos dão pistas sobre um passado atribulado, de constantes transformações e de uma longa história:

“As línguas do tronco Tupi descendem de uma língua ancestral falada há cerca de 5.000 anos em uma região do sudoeste da Amazônia, no que são atualmente partes dos Estados de Rondônia, Amazonas e Mato Grosso. Acredita-se que essa região seja o centro de origem porque é ali que se encontra o maior número de línguas e famílias linguísticas do tronco Tupi. Dentre essas línguas há o Karitiana, o Cinta Larga, o Suruí, o Zoró. A idade de 5.000 anos é sugerida pelo grau de semelhança entre palavras de origem comum nessas línguas. Quanto maiores as semelhanças, pode-se propor que mais recente foi a separação entre as línguas, quanto menores as semelhanças, mais antiga a separação” (SILVA; NEVES; DE BLASIS, 2004, p. 8).

A principal família linguística do tronco Tupi é a Tupi-Guarani, cuja origem geográfica é o sudoeste da Amazônia, região de origem dos tupis (mapa 1). Apesar disso, no século XVI, nessa região amazônica não se falava nenhuma língua tupi; essas eram faladas, como já foi comentado, em boa parte do litoral (do atual Rio Grande do Norte até o rio da Prata, incluindo uma enorme porção do interior sudeste e sul do Brasil, além de partes do centro-oeste e da Bolívia e Paraguai atual), o que nos indica um grande processo de deslocamento dos povos tupi da região amazônica para regiões mais meridionais do continente sul-americano.

Mapa 1. Rota de expansão dos tupis-guaranis

Fonte: SILVA; NEVES; DE BLASIS, 2004, p. 6.

A grande expansão das línguas Tupi-Guarani para além da Amazônia, seu território de origem, ocorreu há mais de 2.000 anos, como indicam as datações dos sítios arqueológicos no sudeste e sul do Brasil, onde foram encontrados diversos registros da cultura material guarani.

Antes dos europeus: a expansão territorial e a fragmentação política dos povos tupis

Os registros arqueológicos mostram que a ocupação tupi-guarani do litoral e do centro-sul do atual território brasileiro começou no primeiro milênio, a partir dessa origem amazônica. No mapa 1 vemos tanto essa expansão territorial, quanto uma diferenciação: tupinambá no litoral do sudeste e nordeste e guarani no litoral e interior sul. Esses dois novos macro-grupos tem origem comum tupi-guarani, mas se diferenciaram ao longo do tempo. E isso indica que os povos tupis também têm uma história de expansão e colonização do território brasileiro.

A expansão e colonização dos Tupis-guaranis pelo território brasileiro não foi um processo único e linear. Esteve relacionada a eventos que vinham ocorrendo na Amazônia e na região do Pantanal, e que só há pouco tempo a arqueologia tem começado a revelar. “Dentre esses eventos há, por exemplo, o surgimento de grandes aldeias na Amazônia, no Brasil central e também na região do Pantanal, indicando não apenas crescimento populacional, mas também a adoção de um estilo de vida mais sedentário, com o surgimento de comunidades de até centenas e alguns milhares de pessoas. Todos esses fenômenos parecem ser o resultado de mudanças profundas na economia e organização social das populações que habitavam esses locais há cerca de 2.000 anos atrás. Talvez essas mudanças estejam relacionadas à adoção de modos de vida dependentes na agricultura do milho e da mandioca. Em todo caso, parecem claro que elas se iniciaram na região amazônica para depois ocorrer no centro-oeste, sul e sudeste do Brasil.” (SILVA; NEVES; DE BLASIS, 2004, p. 11).

A expansão dos Tupinambás e Guarani foi um lento processo de colonização de áreas aptas à agricultura, mais que na Amazônia. Nesse processo migratório de longo prazo, esses povos foram se dividindo em grupos ou facções, que criavam novas aldeias a partir das anteriores. Essas divisões podem ter sido decorrentes de tensões políticas internas, guerras, o que criou comunidades inimigas entre si, embora todas elas tivessem uma unidade cultural, religiosa e econômica tupi em comum. Portanto, houve uma fragmentação política, o que impediu que esses grupos compusessem uma unidade política maior, como um cacicado ou um Estado, apesar da unidade linguística, cultural e religiosa que guardavam.

A chegada dos europeus e suas consequências para os guaranis

O cenário às vésperas da conquista europeia era de presença e controle dos guarani desde o Chaco paraguaio até o Atlântico, do Sul litoral e interior sul até o rio da Prata, incluindo os atuais estados brasileiros de Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul, além de partes da Bolívia. Contudo, os Guarani, conhecidos também como Carijó ou Cario, não ocupavam esta vasta região de modo integral e homogêneo. A maior parte dos grupos ocupava as florestas do domínio da Mata Atlântica, ao longo do litoral e

entre os principais rios, sendo que grande parte dos domínios de vegetação mais aberta (campos e matas de araucária) eram povoados por outros grupos, prioritariamente caçadores e coletores, como os Kaingang, Xokleng, Charrua, Minuano, e os Guaykuru e Paiaguá, do lado paraguaio que, a partir do século XVI, tornaram-se inimigos tanto dos portugueses e espanhóis, como também dos guaranis.

A chegada dos europeus à América representou, além da conquista territorial e de suas riquezas, a descoberta dessa diversidade de populações para os europeus, que tinham visões de mundo e modos de vida extremamente diferenciados entre si. Como foi comentado, havia, no momento da conquista, povos que viviam da caça e da coleta, sendo que outros eram agricultores; havia também diferentes formas de habitação, diferentes visões de mundo, de modos de guerrear, de regras sociais, etc.

O encontro com os europeus significou a incorporação dessa diversidade de povos, a partir do ano de 1537, ano em que os colonizadores espanhóis chegaram a Assunção, incluindo os povos Guarani, ao projeto colonial espanhol e português, cujo principal objetivo passou a ser a incorporação de novos territórios, de suas riquezas e de suas gentes.

Nas colônias espanholas, uma parcela dos indígenas passou por um processo de servidão nas diversas *encomiendas* existentes que eram administradas pelos colonos espanhóis. As *encomiendas* consistiam na entrega do índio ao espanhol para fins de conversão religiosa e catequese. A instituição da *encomienda* tem origem na Espanha medieval quando da partilha das populações mouras entre os conquistadores espanhóis. Na colonização em território americano essa prática se desenvolveu como uma espécie de “proteção” e de dependência entre grupos indígenas e um colonizador, que figurava como “patrono” com o dever de doutriná-los, em troca da utilização do trabalho dos colonizados, o que gerou uma acentuada diminuição demográfica (ALMEIDA, 1985, p. 27). Do grupo de índios que passaram pelo processo de servidão nas *encomiendas*, não restou mais do que 10% de sua população original, que foi diminuída por conta do processo de trabalho forçado a que foram submetidos e pelas doenças que foram trazidas pelos colonizadores europeus e por escravos africanos que

foram levados para o território americano. De forma posterior, os índios que sobreviveram se miscigenaram com os não índios que habitavam a região (RIBEIRO, 1996, p. 99).

Outro grupo, chamado de índios missioneiros, conseguiu se refugiar nas reduções dos missionários jesuítas espanhóis e portugueses e, durante certo período, conseguiram reproduzir-se culturalmente, ainda que de forma camuflada. Com o fim das reduções e a expulsão dos jesuítas das colônias ibéricas, os guaranis que viviam nas missões foram vitimados por ataques de populações não indígenas que visavam o seu território e tinham a intenção em colocá-los em processo de servidão. Os índios guaranis missioneiros sobreviventes em parte não retornaram às matas, e como diversos deles haviam adquirido um alto grau de desenvolvimento e domínio de técnicas de origem europeia por meio do ensino jesuítico, como o artesanato, a marcenaria e a carpintaria ou se tornaram músicos, esse grupo se deslocou para os grandes centros urbanos daquele período: Montevideú, Buenos Aires e Santa Fé (MELIÁ, 1993, p. 180).

Um terceiro grupo guarani conseguiu ficar distante dos colonizadores europeus, se mantido escondido em florestas no Paraguai. De acordo com Bartolomeu Meliá, os atuais Guarani Mbya, Ñandeva e Kaiowá descendem deste terceiro grupo (MELIÁ, 1991, p. 18).

As descrições e os relatos dos europeus são fontes importantes, e únicos, de muitas populações indígenas do momento do encontro. E esses relatos são particularmente ricos no que se refere aos falantes de línguas da família Tupi-Guarani, porque esses ocupavam o litoral, primeira região objeto do domínio colonial. Guarani, Carijó, Tupinambá, Tupiniquim, Caeté, Tamoio. Muitos deles sucumbiram às guerras e doenças e à escravidão. Outros sobreviveram, resistiram e, hoje, têm crescido demograficamente, como é o caso dos Guarani.

Apesar de portugueses e espanhóis diferirem no trato aos povos indígenas, o resultado do encontro colonial foi a diminuição do número de índios guarani e a diminuição populacional de outros povos. Os povos indígenas atuais descendem de uma população que, segundo estimativas, teriam no século XVI, um contingente de mais de 6 milhões de pessoas ou mais,

mas que tiveram sua população drasticamente reduzida ao longo dos séculos e só recentemente vieram a se recuperar demograficamente:

“Em outras épocas se acreditou que os povos indígenas poderiam vir a desaparecer ou, então, ser totalmente assimilados pela sociedade nacional. Exemplos dramáticos como o dos Tupinambá, um grupo Tupi que habitava a costa brasileira e que foi totalmente eliminado nos primeiros séculos da colonização européia, se projetaram até períodos recentes em diferentes proporções por todo o território brasileiro. Felizmente, no entanto, parece que o fantasma da dizimação e assimilação dos povos indígenas está aos poucos sendo afastado. Estes, ao contrário do que se esperava, vêm retomando o seu crescimento populacional” (SILVA; NEVES; DE BLASIS, 2004, p. 28).

Não só tem havido a recuperação populacional, como os povos indígenas do Brasil e também dos países vizinhos, têm se organizado e lutado por seus direitos, pela autodeterminação, por seus projetos e pela manutenção de sua cultura e seus modos de vida. Não são povos “exóticos”, nem querem mais ser vistos assim, mas, querem o direito à diferença cultural, que é assegurada tanto pela Constituição brasileira, quanto por acordos e consensos internacionais, como a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, ratificada pelo Brasil, em 2002. O direito à posse de suas terras tradicionalmente ocupadas, e à preservação delas, é uma das suas maiores lutas com as população não indígenas e com os Estados nacionais. Somente a partir da segurança por um espaço vital, de reprodução material e cultural, que de fato a manutenção e reprodução dos modos de vida indígena estarão assegurada. Longe de serem passivos entregues aos projetos do outro, espanhol, português ou brasileiro, os povos indígenas lutaram, atuaram com os meios indígenas e não indígenas, e influenciaram os rumos da política e das políticas, como a própria inclusão do direito às terras indígenas na Constituição de 1988. Portanto, pode-se dizer que foram cinco séculos de conquista da América, mas também cinco séculos de luta e resistência, de afirmação de direitos e de identidade, de luta pela diversidade cultural e humana, sendo os guarani exemplo vivo dessa resistência, que perdura, e impede a monotonia cultural e a homogeneização.

Os Guarani no Brasil

Os índios Guaranis foram o primeiro povo a ser encontrado após a chegada dos Europeus na América do sul, possuía seu próprio idioma, sua própria agricultura produtiva, que incluía milho, mandioca, batatas, feijão, amendoim, abóboras, entre outros alimentos, baseando-se através da economia de reciprocidade, esta que se relaciona diretamente com sua cultura e política, este povo tem por característica ser extremamente tradicional, seguindo crenças de tempos antigos. Mesmo afirmando que os Jesuítas “respeitavam” em parte o território Guarani, migrações e conflitos gerados por motivos políticos, econômicos, sociais e principalmente históricos, produziram diferenças motivadas pelos lugares habitados, sua relação com outros povos e o modo histórico de integração ao meio ambiente. De acordo com Carlos Rodrigues Brandão, em sua obra: Os Guarani: Índios do Sul Religião, Resistência e Adaptação, é de suma importância analisar o processo de extinção indígena.

“Para refletir sobre os Guarani, devem-se adotar dados fundamentais: eles eram, antes da Conquista, 1.500.000, repartidos por 350.000 km², ou seja, uma densidade de pouco mais de 4 habitantes por quilômetro quadrado”. (BRANDÃO, 1998, p.54)

Hoje de acordo com informações do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), no Brasil, vivem cerca de 51.000 índios Guarani, em sete estados diferentes, tornando-os a etnia mais numerosa do país. A cultura dos Guaranis esta embasada principalmente na espiritualidade, grande parte das comunidades possuem um espaço para oração, e um líder religioso. O território tradicional, historicamente ocupado pelos Guarani, se estende por parte da Argentina, Paraguai, Bolívia e Brasil, entretanto, os Guarani ocupam hoje apenas pequenas parcelas deste território.

A preservação das práticas culturais Guaranis cumpre o papel de marcadores étnicos, uma vez que esses grupos preservam a importância da proximidade histórica, lingüística e cultural de seus povos, estes afetados pela perda de quase todas as suas terras. Atualmente o povo Guarani sofre uma onda de suicídio inigualável na América do Sul e a problemática maior está na região do Mato Grosso do Sul, aonde a etnia já chegou a ocupar uma área de florestas e planícies de cerca de 350.000 quilômetros quadrados e hoje é oprimido pela Bancada Ruralista e aliados. (Carolina)

Localização dos Guaranis na América do Sul



Disponível em: <http://www.djweb.com.br/historia/arquivos/cartilha02.pdf>

Marcos políticos - Política indigenista e indígena

Os povos indígenas do Brasil são povos originários que vivem há milênios neste país e que ainda resistem em pleno século XXI dentro de um contexto da intensa urbanização e expansão capitalista, mantendo sua cultura, tradição, sobremaneira à luta por seu direito originário à

terra, resistindo constantemente à expansão latifundiária, pecuarista, bem como a agricultura. Para que isso seja zelado é necessário uma intensa política indígena e auto-organização de seus povos, a fim de não se calar diante das injustiças com que sofreram por mais de 500 anos. Desse modo, é importante salientar como historicamente a luta indigenista vem influenciando os marcos legais existentes no nosso Estado, como a Constituição Federal de 1988, nos seus artigos 231 e 232, e o Estatuto do Índio (reconhecido pela OIT desde 1973), e como esses instrumentos são cruciais para a permanência da cultura e resistência indígena. Diante disso, a abordagem da pesquisa consiste em dois eixos: a primeira abrange contar a história da luta para a inserção de seus direitos dentro da constituinte de 88 e qual foi o resultado desta ação, e o segundo eixo é focado respectivamente ao artigo 231 e 232, que cita o direito a terra para manutenção da sua cultura, costumes e tradição e a representação indígena enquanto instituição política.

Para falarmos dos representantes e organizações indígenas, é necessário primeiramente distinguir a política indígena (protagonizada pelos próprios índios) com a política indigenista (atribuição do Estado). A política indígena teve amadurecimento progressivo desde a década de 1970, além disso, há uma grande participação das organizações não-governamentais (ONG) participando dessa luta. Antes da Constituição de 1988, com os movimentos da década de 1970, o grande foco de atuação consistia na luta por Direitos Indígenas, principalmente no que tange a Demarcação de terras e após a instalação dessa nova Constituição que deu alguns direitos, precários em decorrência do histórico que a sociedade tem perante esses povos, a luta passou a ser pelo cumprimento e permanência desses direitos, visto que, o setor ruralista tenta cada vez mais acabar com esses direitos comprando diversas bancadas do Legislativo (e tendo uma própria) assim como, do Executivo.

Um dos grandes precursores da luta pelo Marco Político é Ailton Krenak, índio da etnia krenak, população que vive em cerca de 100 famílias no Estado de Minas Gerais, é jornalista e líder indígena tendo sua maior contribuição com um gesto que comoveu a opinião pública, onde pintou o rosto de preto com pasta de jenipapo enquanto discursava no plenário do Congresso Nacional, em sinal de luto pelo retrocesso na tramitação dos direitos indígenas.

Além disso, em 1985, fundou a ONG Núcleo de Cultura Indígena (NCI) e atualmente é assessor para assuntos estratégicos com a temática indígena do Estado de Minas Gerais.

Com a promulgação da constituição de 88 os índios garantem a capacidade processual, de suas comunidades e organizações para a defesa dos seus próprios direitos e interesses, com o artigo 232:

“Art. 232. Os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses, intervindo o Ministério Público em todos os atos do processo” (BRASIL, 1988).

Um exemplo de organização que surgiu a partir dessa possibilidade de a CGY - Comissão Guarani Yvyrupa é uma organização política e autônoma fundada e gerida pelas lideranças guarani por aldeias de todo Sul e Sudeste do Brasil, com o escopo de articular nacionalmente a luta do povo guarani e dos índios em geral pela recuperação de parte do território que lhes foram tirados gradualmente desde a Invasão Européia. (site, CGY)

A política indigenista realizada pelo Estado no Brasil e executado pela FUNAI - Fundação Nacional do Índio, criada em 1967 o papel da fundação consiste em realizar estudos históricos e antropológicos de identificação e delimitação, demarcação, regularização fundiária e registro das terras tradicionalmente ocupadas pelos povos indígenas. Outra função é o monitoramento e fiscalização das terras indígenas.

Além de instituições autônomas dos próprios índio e do próprio Estado existem inúmeras instituições do terceiro setor que trabalham com a causa do índio, sua cultura e seus direitos, por exemplo: Portal Kaingang; CTI - Centro de Trabalho Indigenista, CIMI - Centro de Trabalho Indigenista, Kaninde, ISA - Instituto Ambiental, Índio é Nos, ANAI - Associação Nacional de Ação Indigenista.

Evolução do direito indígena e conceito de tutela

Os direitos das populações indígenas avançaram ao longo da história do Brasil. Adquirindo características fundamentais desde os princípios da colonização do Brasil, temos:

”Pela análise dos documentos jurídicos constituídos no período retro mencionado e como salienta BELFORT (2006) a legislação indígena esteve pautada em três paradigmas, o do extermínio, o da integração e, só depois do advento da Constituição Federal de 1988, o de reconhecimento de direitos originários e ampliação de garantias“ (SOUZA & BARBOSA, 2011).

Concebe-se que a personalidade jurídica seja algo intrínseco ao nascimento. A partir do nascimento, portanto constituindo o indivíduo direitos e o gozo dos mesmos "tal aquisição se consubstancia a partir do nascimento com vida, diagnosticada pelo funcionamento do aparelho cardiorrespiratório". Assim, a personalidade jurídica é dada pelo reconhecimento das capacidades dos indivíduos "a capacidade é a medida da personalidade, podendo ser plena para uns e limitada para outros" (SOUZA & BARBOSA, 2011)

No caso dos povos indígenas, a integração:

"foi uma política de integração dos considerados como silvícolas (aquele que vive na selva, estranho à civilização, à comunhão nacional), ou seja, o modo próprio de organização, crença e costumes das populações tradicionais não constituía parte integrante da identidade nacional do país, devendo os integrantes destas populações se adequam a um modelo de sociedade imposto, renegando suas identidades em nome de sua inserção à nação brasileira" (SOUZA & BARBOSA, 2011).

A personalidade jurídica a eles designada foi durante muito tempo a de tutelados. Essa personalidade jurídica é designada segundo BELFORT (2006) como algo natural, existente desde o pulsar do coração e a possibilidade de medição cardiovascular.

Dessa forma, o indígena era considerado como um indivíduo incapaz de tomar suas decisões. Para o Estado essa designação que dava a ele total poder sobre as populações indígenas foi

muito benéfica. E isso se reflete no texto constitucional de 1934, onde surge uma política de tutela desses direitos, especialmente com relação à posse das terras onde habitam (artigo 154).

Essa concepção de integração foi ainda adotada em uma série de instrumentos legais, inclusive no Estatuto do Índio de 1973, que deveria ser o primeiro documento a ressaltar a autonomia e reconhecimento de uma cultura nacional. No entanto, não foi o que aconteceu. Conforme SOUZA & BARBOSA (2011), essa concepção se perpetuou nas Constituições seguintes, inclusive nos dispositivos infraconstitucionais como o Código Civil de 1916 (artigo 6º) e o Estatuto do Índio (Lei n. 6.001/73). Este último, logo em seu artigo 1º, afirma que a preservação da cultura das comunidades indígenas depende da “integração progressiva e harmoniosa destas à comunhão nacional”.

O caráter de reconhecimento dos direitos e da tradição indígena que contrapunha o caráter integracionista encontrado nas legislações e na própria cultura brasileira foi somente posto em destaque com a construção da Constituição de 1988. Ressalta-se o período histórico da redemocratização e a intensa participação de organizações que foram imprescindíveis para uma construção que agregasse a verdadeira representação dos ideias indígenas.

Somente a partir de 1988 com a promulgação da atual Constituição Federal se tem uma evolução no tratamento jurídico indígena, atingindo este uma nova dimensão, qual seja, o de reconhecimento de direitos originários, assim dispendo:

O art. 231 versa sobre o reconhecimento de suas tradições, é o artigo mais simbólico do que significou a Constituição de 88 e a participação de grupos indigenistas:

“Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens” (BRASIL, 1988).

Houve ainda a proposta de criação de um novo documento que substituiria o arcaico e contraditório “Estatuto do Índio”. Esse documento seria chamado de Estatuto das Sociedades

Indígenas e possui grande resistência para a aprovação. Esse documento tramita desde 1994 e caso fosse aprovado representaria um grande avanço do estado brasileiro no reconhecimento e tratamento igualitário de povos que vivem no território desde a constituição do estado brasileiro.

"como forma de concretizar o estágio de reconhecimento de direitos originários e mesmo como meio de ampliá-los, encontra em tramitação no Congresso Nacional o Projeto de Lei n. 2.057/91, o qual objetivando extinguir a tutela reducionista do Estatuto do Índio prevê a criação de um Estatuto das Sociedades Indígenas, tomadas então como coletividades diferentes culturalmente devido suas raízes ameríndias, mas detentoras de uma tutela holística com as mesmas prerrogativas conferidas aos outros cidadãos respeitadas as devidas peculiaridades, inclusive o Estatuto proposto inova ao reconhecer aos índios a plena capacidade civil, observadas suas disposições específicas, como forma de garantir o exercício efetivo de seus direitos" (SOUZA & BARBOSA, 2011).

Continuando:

"E é justamente em relação a este grau de se autodeterminar que a falta de capacidade se classifica na incapacidade absoluta (falta de capacidade de fato e de direito) e incapacidade relativa (zona de intermédio entre a incapacidade absoluta e plena capacidade, configurada quando a pessoa não possui total capacidade de discernimento e autodeterminação), por esta as pessoas podem praticar por si os atos da vida civil assistidos por outra pessoa designada pelo parentesco, relação de natureza civil ou por decisão judicial, como esclarece DINIZ (2007)"

(...) "o disciplinamento de sua capacidade por designação do Código Civil de 2002 (artigo 4º, parágrafo único), encontra-se disciplinada no Estatuto do Índio (Lei n. 6.001/73), segundo o qual o indígena brasileiro ao nascer já se encontra sob o regime de tutela sendo incapaz para os atos da vida civil até que atenda certos requisitos (artigo 9º, Lei n. 6.001/73) e torne-se livre desse regime." (SOUZA & BARBOSA, 2011).

Assim, atualmente se considera o índio como "absolutamente incapaz", como grifado abaixo na legislação, sendo a FUNAI o órgão responsável por sua tutela. Cabe a FUNAI estabelecer as diretrizes e garantir o cumprimento da política indigenista, exercendo os poderes de representação ou assistência jurídica necessárias à tutela do índio. Isso faz que as populações

indígenas fiquem proibidas de se autodeterminarem. Seus direitos só podem ser exercidos com autorização da FUNAI, órgão que se subordina aos interesses governamentais em detrimento dos indígenas.

Principais documentos/instrumentos de proteção indígena

Proteção Internacional (ONU)	Proteção Regional (Américas)	Proteção Nacional
Declaração Universal dos Direitos Humanos (1945)	Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem (1948)	Constituição Federal Brasileira de 1988 (artigo 5 e 231)
Declaração da ONU sobre direitos indígenas (2007)	Convenção Americana sobre direitos humanos (1969)	Decreto 65.810/69 que promulga a Convenção sobre Eliminação de todas as formas de discriminação racial
Convenção sobre Eliminação de todas as formas de discriminação racial (1965)	Convenção Interamericana para Prevenir e Punir a Tortura (1985)	Lei 6001/73 Estatuto do Índio. (sua atualização é objeto de projeto de lei desde 1991)
Pacto Internacional sobre direitos civis e políticos (1966)	Protocolo de San Salvador sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1988)	Lei 7.716/89 que define os crimes resultantes de preconceito de raça e cor
Pacto Internacional sobre direitos econômicos, sociais e culturais (1966)	Convenção de Belém do Pará para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher (1994)	Decreto 592/92 que promulga o Pacto Internacional sobre direitos civis e políticos
Convenção sobre eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher (1979)	(Projeto de Declaração da Organização dos Estados Americanos de direitos indígenas)	Decreto 591/92 que promulga o Pacto Internacional sobre direitos econômicos, sociais e culturais
Convenção contra tortura (1984)		Decreto 7.003/09 que dispõe sobre o Programa Nacional de Direitos Humanos (revoga o Decreto 4.229/02)
Convenção internacional sobre os direitos da criança (1989)	-	Decreto 5.051/04, promulga a Convenção n. 169 da OIT sobre Povos Indígenas
Convenção n. 169 da OIT sobre Povos Indígenas (1989)	-	-

Fonte: <https://pib.socioambiental.org/pt/c/direitos/internacional/principais-instrumentos-de-protacao-dos-direitos-humanos-para-os-povos-indigenas>

Órgão de Proteção - FUNAI: um panorama das políticas públicas

Criada em 1967, a FUNAI substituiu o SPI (Serviço de Proteção aos Índios) com o objetivo de “integrá-las, de maneira harmoniosa, na sociedade nacional. Considerava-se que essas sociedades precisavam "evoluir" rapidamente, até serem integradas, o que é considerado na prática como uma negação da riqueza da diversidade cultural”.¹ (ANDRADE,2015).

Esse objetivo foi redefinido, juntamente com o momento histórico e a visão de mundo da época e hoje se constitui como “proteger e promover os direitos dos povos indígenas”. De forma mais destrinchada promover “estudos de identificação e delimitação, demarcação, regularização fundiária e registro das terras tradicionalmente ocupadas pelos povos indígenas; monitorar e fiscalizar as terras indígenas; coordenar e programar as políticas de proteção aos povos isolados e recém-contatados; promover políticas voltadas ao desenvolvimento sustentável das populações indígenas; promover ações de etnodesenvolvimento, conservação e a recuperação do meio ambiente nas terras indígenas; atuar no controle e mitigação de possíveis impactos ambientais decorrentes de interferências externas às terras indígenas; estabelecer a articulação interinstitucional voltada à garantia do acesso diferenciado aos direitos sociais e de cidadania aos povos indígenas, por meio do monitoramento das políticas voltadas à seguridade social e educação escolar indígena; promover o fomento e apoio aos processos educativos comunitários tradicionais e de participação e controle social.”

Para dar conta dos objetivos da FUNAI, o Governo Federal deu início a uma ampla reformulação da política indigenista com a reestruturação da FUNAI, a criação da Comissão Nacional de Política Indigenista – CNPI e dos Comitês Regionais paritários, espaços políticos estratégicos do protagonismo dos indígenas junto ao governo.

A FUNAI implantou um Centro de Formação Indigenista em Brasília que se constitui no mais relevante espaço de articulação e concertação de políticas públicas voltadas aos povos indígenas, envolvendo vários órgãos do governo federal e representantes indígenas de todas as regiões do país.

O governo federal criou ainda a Secretaria Especial de Saúde Indígena no âmbito do Ministério da Saúde, de modo a conferir maior eficácia ao Subsistema de Saúde Indígena do SUS. Na última década, a proteção e a promoção dos direitos dos povos indígenas se tornou a base fundamental de atuação do Estado, e os esforços centraram-se na superação de paradigmas conceituais de tutela e assistencialismo que historicamente referenciaram as ações governamentais com os povos indígenas no Brasil.

Com esse propósito, um conjunto de políticas e ações de longo prazo foi desenvolvido, com destaque para o Programa Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas, componente do Plano Plurianual do governo federal, coordenado pela FUNAI desde 2008 com uma perspectiva de articulação e transversalidade das políticas públicas, e para Política Nacional de Gestão e Territorial e Ambiental de Terras Indígenas – PNGATI, instituída pelo Decreto n.º 7747, de 05 de junho de 2012.

A Fundação Nacional do Índio passa a apresentar, em apertada síntese, os principais avanços alcançados, os desafios a serem superados, e um conjunto de propostas para balizar a atuação do Governo Federal no que tange à política indigenista no Brasil.

A Política Nacional de Promoção e Proteção dos Povos Indígenas - PNPPPI

Os fenômenos de desconcentração e descentralização da política indigenista podem ser observados na análise da legislação aplicável à temática indígena. Exemplificativamente, citamos:

- I. Acerca da educação voltada para os povos indígenas: Lei n° 9394/1996, Lei n° 10172/2001, Decreto n° 26/91, Portaria Interministerial MJ/MEC n° 559/91, Lei 10558/2002, Lei n° 11096/2005, Decreto n° 7778/2012: essas legislações estabelecem que a FUNAI não possua competência direta para execução de políticas públicas de educação escolar e superior indígenas, cabendo ao Ministério da Educação e às Secretarias Estaduais e Municipais de Educação;
- II. Acerca da saúde indígena: Lei n° 8080/90, Portaria n° 254/2002, Lei 12.314/2010, Decreto n°. 7.336/2010, Decreto n° 7778/2012: tais legislações estabelecem que compete à Secretaria

de Saúde Indígena, vinculada ao Ministério da Saúde, executar a política de atenção básica à saúde dos povos indígenas, sendo as áreas de média e alta complexidade responsabilidade de Estados e Municípios, no sistema de compartilhamento de atribuições do SUS. Assim, cabe à FUNAI o papel de monitorar e fiscalizar as ações de saúde desempenhadas pela SESAI, Estados e Municípios.

A institucionalização de um Sistema Nacional de Política Indigenista englobaria as seguintes estruturas e instâncias: a) Conferências Nacional, Regionais e Locais de Política Indigenista, compreendendo instâncias de discussão das políticas, avaliação e proposição de avanços; b) Conselhos Nacional e Regional, para acompanhamento e deliberação da política indigenista, podendo, em âmbito local, ser reconhecido os espaços dos Comitês Regionais da FUNAI; c) órgão de coordenação central do SNPI, representado pela FUNAI; d) comitê tripartite (estados, municípios e União) para negociações e pactuações federativas; e) órgãos executores da política indigenista; f) ouvidorias; g) fundo para co-financiamento da política indigenista e repasse menos burocrático de recursos.

A FUNAI, a partir de reflexões internas e decorrentes da interação com outros órgãos responsáveis pela execução de ações no âmbito da política indigenista, vem acumulando subsídios à proposição desta iniciativa, estando apta à coordenação deste debate e à formulação de proposta nesse sentido, por meio de processo participativo com indígenas e demais órgãos públicos envolvidos.

A definição do Programa de Promoção e Proteção dos Direitos dos Povos Indígenas no PPA 2012-2015 já apresentam pontos de convergência com ações de diversos órgãos federais, os quais precisam ser articulados e organizados para garantir uma atuação sistêmica e mais efetiva, voltada à redução das desigualdades regionais e considerando-se a participação dos povos indígenas. Os conceitos de promoção e proteção encontram-se consubstanciados no PPA 2012-2015 do Governo Federal, "Plano Mais Brasil", e resultam do aprimoramento da política indigenista, levada a efeito especialmente pela FUNAI.

O conceito de proteção não implica em tutela, rejeitada pelo texto constitucional de 1988, e que pressupunha uma incapacidade dos povos indígenas e uma natura condição assimétrica entre os superiores capazes (os ocidentais tutores) e os incapazes (os indígenas tutelados). A "proteção" diz respeito, sim, à garantia contemporânea de que os direitos dos povos indígenas não sejam violados por uma relação assimétrica de poder, historicamente observada entre esses povos e a sociedade envolvente, implicando em graves ameaças à integridade física e cultural dos índios e sobre suas terras tradicionalmente ocupadas.

Já o conceito de promoção, busca romper com a tradição assistencialista e clientelista das políticas até então implementadas aos povos indígenas. A "promoção" pressupõe o reconhecimento da diferença como fator positivo e potencializador, e não como fator de "desigualdade social". O diálogo com os povos indígenas é sempre possível, sendo positivo quando considera as trocas simétricas, respeitando-se modos e temporalidades adequadas a cada caso. O Brasil tem papel central nesse desafio para o século XXI: pensar e propor relações entre Estado e povos indígenas que leve em conta as especificidades e que demonstre um diálogo, franco, efetivo e enriquecedor.

No contexto das proposições para adoção de uma nova política indigenista, voltada para o contexto pós-1988, pós-tutela, é importante destacar a missão da FUNAI, conforme destacado em seu website, é de "coordenar o processo de formulação e implementação da política indigenista do Estado brasileiro, instituindo mecanismos efetivos de controle social e de gestão participativa, visando à proteção e promoção dos direitos dos povos indígenas."¹

Nesse sentido, são essenciais as definições de diretrizes estratégicas de atuação dos diversos órgãos e entes executores e fiscalizadores da política indigenista brasileira.

Assim, propomos que a Política de Proteção e Promoção dos Povos Indígenas visando a posse plena, pelos povos indígenas, de seus territórios, deve ser focada nas seguintes eixos de atuação, que devem ser pautadas pelo reconhecimento da autonomia indígena, pelo reconhecimento da necessidade de políticas específicas e diferenciadas, a incorporação da temática indígena por outros órgãos públicos e pelo diálogo intercultural:

¹ Ver: <http://www.justica.gov.br/Acesso/institucional/sumario/quemequem/fundacao-fundacao-nacional-do-indio-funai>

- Proteção social;
- Etnodesenvolvimento;
- Regularização fundiária;
- Monitoramento e fiscalização territorial;
- Gestão ambiental e territorial.

Distribuição Territorial

Em conversa com Mariano ou Taruan, cacique da tribo, ele relata que as distinções estabelecidas entre os Guarani foram atribuídas pelos não-indígenas. Antropólogos e outros estudiosos, ao ouvirem os Guarani utilizarem o termo “Mbyá”, que significa “estranho” acabaram por denominá-los assim. Ele relata ainda que todos são na verdade “parentes” e muitos acabam imigrando de outras aldeias como Espírito Santo e Paraguai.

Os Guarani são um povo tradicionalmente seminômade, que se mantinha através da caça e da coleta. Guiados pela lenda da ”terra sem mal”, onde seriam imortais e os recursos seriam abundantes, levaram os Guarani até o litoral brasileiro, onde hoje se fixou a aldeia Rio Silveiras.

“A população indígena Guarani ocupava, inicialmente, áreas do Mato Grosso do Sul e de todo litoral brasileiro. Foram considerados úteis pelos portugueses na intenção de adentrar para o interior do país. Posteriormente, considerados índios errantes, se teve a ideia de que não precisavam de terras demarcadas. Essa população é marcada pelos detalhes culturais como sua ligação com a mata atlântica através de lendas como a ‘Terra sem Mal’, também suas perambulações pelos laços consanguíneos de parentela onde se firmam casamentos e festas de colheita. Esses detalhes não significam que os Guarani não precisam de terras ou que não lutam por elas, somente que acreditam pertencer a terra sagrada de seus ancestrais e, que, portanto não há que se brigar pelo direito já originário de sua cultura” (SOUZA, 2013).

Segundo HORII (2014) o território Guarani passou por várias retaliações desde a chegada dos europeus à América. A região que compreende o antigo território dos Guarani foi sistematicamente dividida por limites territoriais, sem levar em consideração a autonomia desse povo.

De acordo com ASSIS; GARLET (2004), os Guarani contemporâneos ocupam uma área expressiva do território sul americano, com abrangência significativa em três países. Os principais subgrupos do grande povo guarani são os Kaiowá, Mbyá e os Nandeva. O principal critério para diferenciar esses três povos é o linguístico, pois estes possuem dialetos um pouco distintos.

Os Guarani-Mbyás são um subgrupo do povo guarani. Estes estão espalhados por alguns países sul americanos como Paraguai, Argentina e Brasil. No território brasileiro são encontrados em vários estados, dentre eles Tocantins, Paraná, Pará, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, com o maior número concentrado nas regiões Sul e Sudeste, além de ser encontrado um número relativamente grande no litoral dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo.

Segundo ASSIS; GARLET (2004), este é o grupo étnico mais disperso geograficamente. De acordo com dados encontrados no site do Instituto Socioambiental (ISA), o número de índios desse grupo étnico presente em cada país é:

- Argentina: 5.500 (CTI/G. Grunberg, 2008);
- Paraguai: 14, 887 (II Censo Nacional Indígena, 2002);
- Brasil: 7.000 (Funasa, FUNAI, 2008).

Os Guarani-Kaiowá estão distribuídos pelos territórios brasileiro e paraguaio. No Brasil estão concentrados ao sul do Estado do Mato Grosso do Sul. No Paraguai o território Kaiowá estende-se a Leste e ao Norte do país. Em relação aos demais grupos, os Kaiowá são os que se apresentam mais concentrados geograficamente. Além desse aspecto, eles se distinguem por manterem sobre uma mesma localidade (aldeia) várias famílias extensas (ASSIS; GARLET, 2004). Segundo dados encontrados no ISA existem 31.000 índios no Mato Grosso do Sul (valores obtidos a partir de levantamento do Funasa e FUNAI, 2008). Já no Paraguai o

número estimado é de 12.964 (de acordo com o “II Censo Nacional Indígena” de 2002 do país).

Os Guarani-Ñandeva, embora também estejam presentes nos mesmos países nos quais são encontrados os Kaiowá, eles estão distribuídos num território bem mais amplo. No Paraguai são encontrados em várias partes do território. No Brasil, estão presentes nos estados do Mato Grosso do Sul, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul (ASSIS; GARLET, 2004). Assim, segue a distribuição segundo o ISA:

- Argentina: 1000 (CTI/G. Grunberg, 2008);
- Paraguai: 15.229 (Funasa, FUNAI, 2008);
- Brasil: 13 000 (II Censo Nacional Indígena, 2002).

3. Os Guaranis da Aldeia Rio Silveiras

3.1. Território e Reserva

A região limítrofe ao território indígena sofre com a expansão urbana e pressões de projetos de desenvolvimento com objetivo de criar novas cidades e destinos turísticos ao longo da costa. Empreendimentos de grande porte, tais como pré sal e oleoduto da Petrobrás localizam-se nas proximidades da área.

A área identificada abrange em seu interior trechos de três compartimentos geomorfológicos regionais: Baixadas Litorâneas, Serrarias Costeiras e Planalto Atlântico. Nas localidades da área identificada onde se encontram presentes às unidades geomorfológicas denominadas Baixadas Litorânea e Serraria Costeira, o clima apresenta-se sempre úmido. Dentre as formações vegetais que ocupam as planícies arenosas costeiras encontramos a Floresta Ombrófila Densa de Terras Baixas que estão presentes no interior da respectiva área (desde os limites divisores da área na face Sul até o sopé das Serras): vegetação sobre cordões arenosos (floresta alta de restinga) e vegetação associada às depressões (vegetação entre cordões arenosos: brejos de restinga, floresta paludosa sobre estrato turfoso ou floresta periodicamente alagada) e ainda Floresta de transição planície-encosta. Já as formações florestais características das áreas da Serraria Costeira (Floresta Ombrófila Densa de Encosta ou Floresta ou Mata de Encosta) estão presentes em toda porção da área compreendida pelas encostas da Serra do Mar e também nos morros isolados da planície litorânea (Morro dos Bichos, Morro da Fábrica, Morro da Boa Vista). Essas formações florestais se estendem até os limites divisores da área identificada em sua Face Norte, podendo em alguns trechos ocorrer formações vegetais características de matas de altitude, de áreas de topo de morros e de transição encosta-planalto (áreas limites com o Município de Salesópolis).

Embora citados as inúmeras ações antrópicas que afetaram em graus variáveis a vegetação característica dos ambientes de planície litorânea. A Planície de Bertioga (embora sofrendo a constante ameaça de degradação em função da implantação de empreendimentos imobiliários) como a mancha de vegetação mais preservada e praticamente contínua ainda presente na

região sudeste. Dessa forma, cabe salientar que no interior da área identificada as formações florestais ainda se encontram em ótimo estado de preservação, onde mais de 70% das formações vegetais presentes no interior da área total podem ser caracterizadas como formações florestais em estágio final de sucessão.

Situação da demarcação

As terras em questão foram tradicionalmente ocupadas pelos índios e reconhecidas de acordo com o artigo 231 da Constituição Federal de 1988. Segundo a Constituição, são as áreas "habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seu usos, costumes e tradições".

Atos normativos são atos jurídicos editados pelo Poder Executivo ou seus órgãos estatais e tratam da regularização fundiária da Terra Indígena e seus processos administrativos.

Abaixo, o histórico de atos normativos incidentes nesta Terra Indígena.

Documento	Etapa	Número	Data	Publicação	Situação atual?
Portaria	HOMOLOGADA. EM REVISÃO.	867	24/08/2000	28/08/2000	
Despacho	IDENTIFICADA/APROVADA/FUNAI. SUJEITA A CONTESTAC.	204	26/12/2002	03/01/2003	
Portaria	DECLARADA.	1.236	30/06/2008	01/07/2008	Sim
Contrato	DECLARADA. EM DEM.	64/2010	18/05/2010	24/05/2010	
Portaria	DECLARADA. EM DEM.	1.393	31/10/2012	05/11/2012	
Decreto	HOMOLOGADA. REG CRI E SPU.	94.568	08/07/1987		

Fonte: Elaborado a parti de dados da Funai.

Terras indígenas: conceito

No Brasil, quando se fala em Terras Indígenas, há que se ter em mente, em primeiro lugar, a definição e alguns conceitos jurídicos materializados na [Constituição Federal de 1988](#) e também na legislação específica, em especial no chamado [Estatuto do Índio \(Lei 6.001/73\)](#), que está sendo revisto pelo Congresso Nacional.

A Constituição de 1988 consagrou o princípio de que os índios são os primeiros e naturais senhores da terra. Esta é a fonte primária de seu direito, que é anterior a qualquer outro. Conseqüentemente, o direito dos índios a uma terra determinada independe de reconhecimento formal.

A definição de terras tradicionalmente ocupadas pelos índios encontra-se no parágrafo primeiro do artigo 231 da Constituição Federal: são aquelas "por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seu usos, costumes e tradições".

No artigo 20 está estabelecido que essas terras são bens da União, sendo reconhecidos aos índios a posse permanente e o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes.

Não obstante, também por força da Constituição, o Poder Público está obrigado a promover tal reconhecimento. Sempre que uma comunidade indígena ocupar determinada área nos moldes do artigo 231, o Estado terá que delimitá-la e realizar a demarcação física dos seus limites. A própria Constituição estabeleceu um prazo para a demarcação de todas as Terras Indígenas (TIs): 5 de outubro de 1993. Contudo, isso não ocorreu, e as TIs no Brasil encontram-se em diferentes situações jurídicas.

Grande parte das Terras Indígenas no Brasil sofre invasões de mineradores, pescadores, caçadores, madeireiras e posseiros. Outras são cortadas por estradas, ferrovias, linhas de transmissão ou têm porções inundadas por usinas hidrelétricas. Frequentemente, os índios

colhem resultados perversos do que acontece mesmo fora de suas terras, nas regiões que as cercam: poluição de rios por agrotóxicos, desmatamentos etc.

3.1.1 Economia

A economia da Aldeia Rio Silveira é baseada no cultivo e venda do palmito pupunha e juçara. Segundo o Ministério do Meio Ambiente a palmeira do palmito juçara é uma espécie nativa da Mata Atlântica, e historicamente ela é explorada para produção de palmito em conserva, no entanto, a crescente demanda pelo consumo do palmito fez essa planta entrar para o ranking de espécies ameaçadas de extinção. Como alternativa se utiliza o palmito pupunha. De acordo com a filha do Pajé, são vendidos tanto o palmito como as mudas das palmeiras. Através da vivência na aldeia que tanto o cultivo, como a produção e venda do palmito são exercida majoritariamente pelos homens. Os mais jovens tomam conta dos produtos a serem vendidos na estrada. As mulheres e crianças fazem artesanato a partir de produtos naturais extraídos das árvores da aldeia. Além disso, as famílias cultivam e vendem plantas ornamentais. Eles também usufruem do turismo cultural, escolas e turistas no geral que visitam a aldeia durante os finais de semana contribuem com a compra dos artesanatos.

São considerados artesãos e trabalhadores rurais. Os produtos comercializados pelas famílias são responsáveis pelo desenvolvimento econômico da comunidade e a renda obtida com o comércio dos produtos, é investida na complementação da renda das famílias envolvidas na produção, exercendo o conceito da tradicional economia da reciprocidade exercitada pelos Guaranis há muitos anos como a FUNAI evidencia:

“Quando da chegada dos espanhóis e portugueses na América, por volta de 1500, os Guarani já formavam um conjunto de povos com a mesma origem, falavam um mesmo idioma, haviam desenvolvido um modo de ser que mantinha viva a memória de antigas tradições e se projetavam para o futuro, praticando uma agricultura muito produtiva, a qual gerava amplos excedentes que motivavam grandes festas e a distribuição dos produtos, conforme determinava a economia de reciprocidade. Quando os europeus chegaram ao lugar que hoje é Assunção, no Paraguai, ficaram maravilhados com a "divina abundância" que encontraram” (FUNAI, 2015).

De um modo geral, as famílias da aldeia Rio Silveira sobrevivem do cultivo do palmito, da venda de artesanatos e plantas ornamentais na Rodovia Rio-Santos. O grupo doméstico é a estrutura social fundamental na maioria destas sociedades, tanto por ser a unidade econômica de produção como, também, por se constituir em uma unidade política.

3.1.2 Infraestrutura da aldeia

A Aldeia Rio Silveira está localizada na divisa de Bertioga e São Sebastião, na Mata Atlântica, com uma extensão de terra de 948 hectares, com aproximadamente 400 índios. Ela foi demarcada como ocupação indígena pelo Decreto N° 94.568, de 8 de julho de 1987, mas ainda está em processo de ampliação de terras.

A região é muito arborizada e tem cachoeiras, possui luz elétrica e água encanada. As famílias constroem suas casas de pau-a-pique e palha, com uma pequena horta em seu terreno e criação de galinhas. A maioria das casa tem geladeira e televisão. Muitos possuem *smartphones* e são conectados a internet e redes sociais.

Logo na entrada, é possível ver um campo de futebol que eles usam para o lazer. Na Casa de Reza da aldeia, Opy Guaxu, eles se reúnem para rezar todas as noites e são realizados os rituais sagrados com canções e instrumentos musicais.

O ensino escolar é oferecido pela Escola Municipal Indígena Guarani Nhembo e A Pora e pela Escola Estadual Indígena Txeru Ba e kua-i com Ensino Fundamental, Médio e Educação Indígena. Segundo o Censo 2014, as dependências da escola possuem 5 salas, 10 funcionários, cozinha e refeitório, parque infantil, banheiro, banda larga, área verde e pátio coberto e descoberto, televisão e computadores. Não possui biblioteca e nem quadra de esporte, assim como também não tem estrutura para receber deficientes físicos. Os idiomas ensinados são: o tupi-guarani - o principal - e o português. Junto com as aulas de grade escolar comum, há também aulas sobre a cultura indígena.

A aldeia possui uma enfermaria com os medicamentos básicos de primeiro socorros e contam com a ajuda de uma enfermeira e uma auxiliar de enfermagem de segunda-feira à sexta-feira.



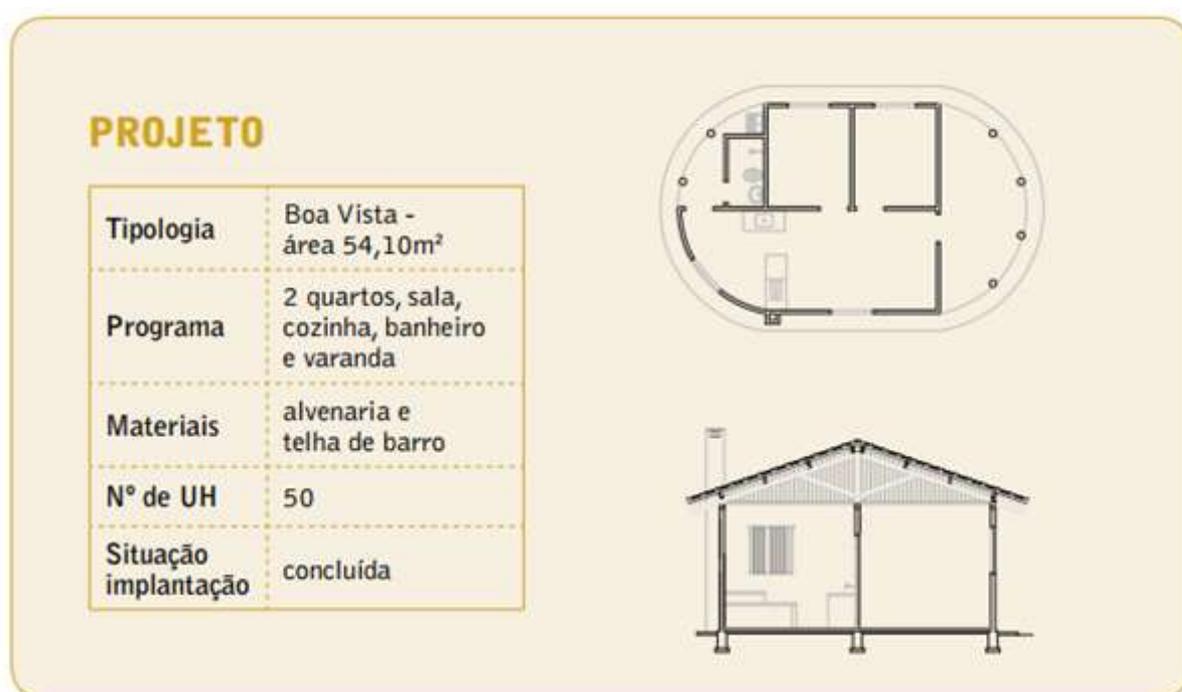
Escola Estadual Indígena Txeru Ba e kua-i

3.1.2.1 Políticas públicas de provisão de moradia: a habitação de interesse social adaptada à realidade indígena

A descrição anterior apontou a existência de alguns equipamentos de políticas públicas dentro da reserva. Afinal, os povos indígenas também possuem os mesmos direitos sociais que a sociedade brasileira, considerando a necessidade de adaptação à realidade da tribo. Além do colégio estadual, as unidades habitacionais construídas ao longo da reserva chamaram atenção.

De fato, as unidades habitacionais são fruto do Programa de Moradia Indígena (Lei Estadual nº 11.025/2001). O programa contou com a aplicação de recursos à fundo perdido, ou seja, não houve contrapartida financeira dos povos indígenas beneficiários. O programa teve como objetivo promover o atendimento habitacional às aldeias indígenas do Estado de São Paulo em terras detentoras de Título de Domínio.

Imagem 1. Projeto de habitação desenvolvido para a Reserva Indígena Guarani Rio Silveiras



Fonte: Manual do Programa de Moradia Indígena (2012, p.31). Disponível em: <http://www.cdhu.sp.gov.br/download/manual/ProgramaMoradiaIndigena.pdf> Acesso em 14/12/2015

O Programa propõe a substituição de habitações existentes por novas unidades habitacionais, com tipologias adequadas aos usos e hábitos culturais das comunidades indígenas. Tais tipologias são desenvolvidas com participação das comunidades. Com assistência da Fundação Nacional do Índio (Funai), os povos beneficiários decidiram a localização das casas fica a cargo de cada comunidade, dentro dos limites da terra indígena homologada. A rede de abastecimento de água está sob os cuidados da Fundação Nacional de Saúde (Funasa) e o

sistema de esgotamento sanitário (fossa séptica, filtro anaeróbio e sumidouro) está incluído na unidade habitacional.

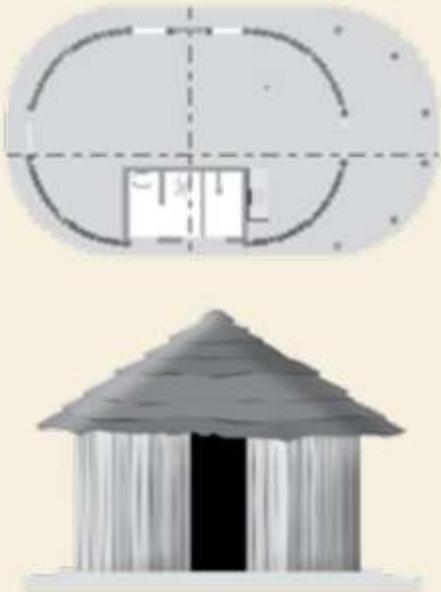
Parte do “conforto de civilização moderna” que dispusemos na estadia na reserva era oriunda desse projeto. Curiosamente, pareceu que nós, visitantes, usávamos o espaço com mais frequência que as famílias que ali residiam. É inegável as vantagens sociais que habitações adequadas e saneamento básico podem trazer; certamente, esse tipo de política, quando considera as necessidades e preferências locais, respeitando a opinião dos beneficiários, pode gerar muitos benefícios.

As habitações, ao que pareceu, não eram utilizadas para dormir; ao lado das construções, haviam casebres de madeira, usados como dormitórios. A cozinha parece ter grande serventia, pois facilita a produção de alimentos. O banheiro com chuveiro quente parece ter sido mais utilizado pelos estudantes que ali estavam de passagem do que pelos próprios moradores. Também, a rica natureza local dispõe de rios límpidos e refrescantes, propícios para o banho. O saneamento básico, parte do pacote das políticas de infraestrutura, parece trazer vantagens de saúde para os moradores da aldeia.

Imagem 2. Projeto de habitação desenvolvido para a Reserva Indígena Guarani Rio Silveiras

PROJETO

Tipologia	Rio Silveira - área 47,14m ² (1 quarto) e 57,14m ² (2 quartos)
Programa	quartos e sala integrados, cozinha e banheiro
Materiais	Vedação em madeira, banheiro em alvenaria de bloco de concreto, cobertura de piaçava, pilares e esquadrias de madeira
Nº de UH	59
Situação implantação	concluído



Fonte: *Manual do Programa de Moradia Indígena* (2012: 32) Disponível em: <http://www.cdhu.sp.gov.br/download/manual/ProgramaMoradiaIndigena.pdf>. Acesso em 14/12/2015.

3.2. Cultura

Além das afinidades linguísticas dos povos de ancestralidade tupi, melhor descrita e desenvolvida no tópico 2.1 deste trabalho, o que inclui o maior grupo deles, os guarani, existem outros traços culturais comuns. A maioria destes povos prefere ocupar ambientes de floresta ou próximos a elas e praticam a agricultura como base de sua alimentação, sendo que o milho e a mandioca, são as culturas mais importantes, como foi possível ver na visita à aldeia Rio Silveiras.

Se tentássemos estabelecer o que caracterizaria o modo de ser dos povos guarani, diríamos que são povos de base agrícola, mas dependentes das matas e dos rios tanto para a subsistência material, como para uma experiência espiritual com a natureza. O poder político entre os guarani é baseado no prestígio de cada indivíduo e na importância religiosa do

indivíduo, onde destacam-se como líderes o cacique, uma liderança política direta, e o pajé, líder espiritual e religioso da comunidade mas também uma liderança política, indiretamente.

O universo guarani é essencialmente espiritual e as atividades do dia a dia, da relação de um com o outro e com a natureza são permeadas de rituais, que exercem, de certa forma, uma função de coesão social. Mas apesar das semelhanças culturais entre os povos de ancestralidade tupi, como registra a etnologia, sendo a origem linguística e o universo religioso os traços culturais semelhantes mais diretos, existem diferenças não só entre os povos do tronco linguístico tupi, mas também entre os próprios guaranis. Tais diferenças são o resultado das situações históricas vividas por eles, de sua diversificada situação geográfica e interações sociais e econômicas e culturais com povos localizados em seus arredores.

3.2.1 Língua

Sapir (apud Robbins, 1997) estuda a ligação entre a linguagem e o contexto cultural e social ao qual toda atividade linguística implica pensar o uso expressivo da língua ao compreender suas manifestações como um aspecto de comportamento. Desta forma cada língua passa a ser encarada como uma visão diferente de mundo. Geertz (2008) dentro dessa visão define cultura a partir de um esquema historicamente transmitido de significações representadas em símbolos que se baseia em concepções herdadas e expressas de forma simbólica por meio das quais os homens comunicam, perpetuam e desenvolvem o seu conhecimento e atitudes. Acrescente a isso o que Roy D' Andrade (1990, apud Matos, 2003) observa que uma das consequências mais importantes da antropologia cognitiva é colocar a linguagem no centro do estudo antropológico, definindo-a como:

“Sistemas aprendidos e partilhados de significado e compreensão, comunicados fundamentalmente por meio da língua natural. Estes significados e compreensões não são apenas representações acerca do que existe no mundo; têm um caráter diretivo, invocador e construtor da realidade” (Roy D' Andrade, 1990: 65).

A característica que faz com que um indivíduo pertença a determinado grupo se faz por meio do compartilhamento de um quadro de representações construídas ao longo de gerações extrapolando os limites territoriais. A cultura a partir de sua expressão por meio da língua natural surge como um tipo de conhecimento caracterizado pela mesma representação e interpretação do mundo partilhados pelos membros de uma comunidade. Cada comunidade linguística vive em um mundo que se diferencia de algum modo visto que essas distinções se inserem como expressões responsáveis por preservar hábitos cotidianos e passá-los as próximas gerações. Uma palavra carrega significados e sentimentos inerentes à cultura da comunidade linguística que a utiliza. (MATOS, 2003)

A língua guarani possui alguns dialetos e estes são falados por vários povos indígenas que vivem na Bolívia, no Paraguai, na Argentina e no Brasil. No território brasileiro é representada pelos grupos: nhandéva, kaiuás e os *mbyá* (MARTINS, 2013 apud Rodrigues, 1986). Os Índios batalham pela conquista de seus direitos básicos, respeitando sua cultura e suas tradições. A língua é uma das maiores resistências dos povos, em meados da década de 80, ocorreu um marco importante na história indígena, foi concedida, embasado na constituição, direito de autonomia indígena e diversidade cultural, “obrigando” o governo a apoiar, ou não atrapalhar as iniciativas indígenas.

De acordo com MELATTI (2007), as línguas que têm uma origem comum são agrupadas no que é chamado de família. Já as famílias oriundas de uma língua ainda mais distante são reunidas no que se chama de tronco. O tronco tupi inclui a família tupi-guarani. Esta abrange o maior número de línguas e é a família que se dispersa pela maior extensão geográfica. Dentro da família tupi-guarani, a língua guarani é a que tem o maior número de falantes. Dentre os povos que falam guarani tem os Kaiowás, concentrados na parte sul do Mato Grosso do Sul, os nhandevas, distribuídos também neste estado, além de São Paulo e dos estados da região Sul. Existem também os M'biás, este é o grupo mais disperso dentre os representantes das variedades linguísticas do guarani pode ser encontrado, atualmente, em grande parte do território brasileiro (no RS, passando por SC, PR, SP, RJ e ES) assim como no Paraguai e Argentina. Grupos M'biás vivem também na região norte do Brasil, e são originárias de um mesmo grande grupo que veio para o Brasil após a Guerra do Paraguai.

Separados em grupos familiares, vivem, atualmente, no Pará (município de Jacundá), em Tocantins numa das áreas Karajá de Xambioá e na região centro-oeste onde podem ser encontradas poucas famílias (MARTINS, 2013).

MAPA “x”: Dispersão dos grupos que falam a língua tupi-guarani



Fonte: adaptado de MELATTI (2007).

O povo guarani apesar de todos os massacres, perseguições, fugas e outras crueldades vividas ao longo de sua existência possui como caráter de sua sobrevivência a preservação da linguagem materna como um fator cultural de resistência. O uso do guarani por todos os indivíduos que compõem sua comunidade se torna um ponto crucial de reprodução de suas práticas locais garantindo a sua sobrevivência para as gerações futuras.

A primeira língua que um índio tem um contato ao nascer é o tupi guarani sendo passado as futuras gerações por meio dos mais antigos membros. A criança indígena só terá contato com o português ao entrar na escola tendo assim domínio de duas línguas: o guarani, língua materna e o português, língua dos colonizadores. A resistência personificada no uso da língua é uma forma de luta contra a tentativa de morte a seus costumes tradicionais. Como já mencionado o uso da língua consiste em uma característica de preservação a cultura e seu ensinamento as novas gerações é um fator reprodutor que garante a continuidade dos hábitos e perpetuação da sua identidade cultural, além de ser um ato de resistência.

Dentro da tribo o uso da língua guarani entre os índios é intercalado por falas em português para que os visitantes entendam o que se passa. Essa dicotomia entre falar guarani entre os iguais, intermediado de português entre os turistas refletem a expressão de transitar pelos dois mundos de culturas diversas, mas que de certa forma existe uma apropriação entre si.

O fato de a tribo aceitar o uso do português e seu ensinamento denota o fato de não aceitarem um isolamento e uma barreira cultural. A permissão para que uma criança aprenda primeiramente sua língua materna utilizada pelos povos tradicionais, expressa a preservação de uma cultura, contudo permitir ao mesmo tempo em que essa criança aprenda o português se insere em uma lógica de aceitar que deve-se transitar pelos dois mundos, no qual um se mistura ao outro, fato constatado durante a visita técnica a Aldeia Rio Silveiras, onde toda a população Guarani tem por tradição fluência em duas línguas: Guarani e Português desde criança. Embora em uma conversa informal com o Cacique Mariano, informou que a alfabetização é feita primeiramente em Guarani, para garantir a preservação das raízes indígenas, assim como a grade horária dos estudantes da tribo se difere da grade horária dos não-índios. As crianças pertencentes a tribo, possuem aulas práticas, diferenciadas, como de plantio, caça, pesca dentre outras práticas tradicionais de seu povo, todas estas atitudes com o mesmo objetivo de preservação cultural Guarani.



Foto de despedida e brincadeiras no local.

3.2.2 Espiritualidade e Práticas Religiosas

A palavra religião é originária do termo latino “religare”, significa a religação entre o homem e um ser divino. As referências sobre as crenças e práticas religiosas dos índios brasileiros têm sua sustentação nos mitos particulares de cada povo. É desde o período colonial que os indígenas travam luta constante pela manutenção de sua cultura religiosa, uma vez que sofriam com a forte repressão dos colonizadores que os forçavam a aderir os costumes europeus, sempre na perspectiva binária entre o dito “selvagem” e o “civilizado”, de forma em que os primeiros, para o mínimo de tolerância, deveriam se adequar aos juízes dos últimos. A imagem de abrandamento de tal situação, na atualidade, pode revelar certa inocência de análise, considerando que hoje em dia o cenário da cultura indígena no Brasil é,

de fato, de um dismantelamento com clima de ameaças sucessivas e de incompreensão generalizada das necessidades características do ser índio.

Os indígenas Guarani possuem cultura milenar, baseada em sua ancestralidade histórica, política e organizativa: "ñanderekó, nanderekó, arandu" é sua visão de mundo, seu jeito de ser. É notável a valorização que atribuem à espiritualidade, apesar de tudo, povo combativo, guerreiro e defensor de suas convicções culturais, formadas por amplos conhecimentos ancestrais.

Em nossa visita à Aldeia Guarani Rio Silveiras pudemos experenciar e, portanto, constatar a importância da questão religiosa para o fortalecimento e preservação da identidade indígena. Com relação às práticas religiosas, há dois momentos marcantes no decorrer do dia, um é o estralo do Tocumbó e o outro consiste na união de todos na casa de reza, às noites.

Toda manhã e fim de tarde escolhem alguém da tribo, tanto mulheres quanto homens, para estralar o Tocumbó, este instrumento é feito com uma haste de madeira e uma corda de fibra de uma árvore chamada Embira. Tocumbó é refere-se ao nome de um Guerreiro do Raio, o som de seu estralo assemelhasse ao som de um raio, sendo que a fluidez de tal som atinge diversas casas da aldeia. Segundo os indígenas, sua função é a de espantar os maus espíritos.

Todo o dia, ao entardecer e no começo da noite, os indígenas reúnem-se na casa de reza - feita de madeira, com teto de palha e chão batido. Na qual existe um altar com instrumentos musicais (que fazem parte dos rituais), cocares – até mesmo de índios que já morreram – e objetos de pessoas que passaram pela aldeia. No ritual, que é realizado em língua guaraní, pitam o cachimbo dentro da casa de reza e é acesa uma fogueira para que surja fumaça, as pessoas sentam-se em bancos, na rede, ou no chão em cima de cobertores onde mulheres, homens e crianças participam. Ao entrar na casa de reza para o ritual religioso, o Pajé Carai – cujo nome português é “Liveis” – pediu ao nosso grupo que nos dividíssemos entre homens e mulheres, cada um de um lado da casa de reza. Pajé inicia o culto à frente do altar, com um cachimbo na mão, rezando e andando pela casa de reza, com um cachimbo¹ na mão de forma a defumar o ambiente, neste momento todos ficam em silêncio e, às vezes, algumas pessoas

proferem a palavra *aeveteko* – que significa “verdade” em guarani – indicando concordância com o dito pelo Pajé. Não apenas o Pajé, mas outros índios também rezaram em pé, à frente do altar e às vezes circulando pela casa de reza, em suma a maioria eram homens, durante nossa visita apenas uma mulher foi à frente para rezar. Ademais, ficou claro que o canto e a dança indígena são práticas essenciais que vigoram até os dias de hoje, e que comprovam a relação existente entre a musicalidade² do índio e sua espiritualidade. A questão religiosa estava constantemente exposta nas conversas do Cacique e do Pajé com o grupo, que sempre se referiam ao Nhanderú – o Deus guarani.



Cacique taruan na Casa de Reza, que é o centro religioso e político da aldeia.

É possível notar que a valorização da espiritualidade e a religiosidade é um fator determinante para a identidade dos guaranis, o que, definitivamente, influencia na construção conjunta dos valores compartilhados pela população indígena e, em consequência, nas relações que os índios estabelecem entre si, com os outros e também com o meio em que vivem. Exemplos claros são encontrados nas relações de respeito que eles declaram às mulheres, por

acreditarem na singularidade destas, recorrente de sua renovação espiritual e física que acontece todo mês – devido ao ciclo menstrual; e também na relação com o meio ambiente e biodiversidade, cujo respeito ao natural foi entendido como se tudo o que é natural fosse bom e suficiente aos olhos indígenas, de forma a não causar entre eles preocupações referentes às possíveis mudanças do ambiente em que vivem, pois há a clareza de que o que é ofertado, gratuitamente, por Nhanderú já é o bastante para o correr de uma vida boa e feliz.

¹ O cachimbo – muito utilizado pelos indígenas da aldeia, com um fumo específico – estava aceso muitas vezes ao dia, passando de mãos em mãos. Segundo os indígenas, é uma forma de relaxamento que visa uma melhor conexão com Nhanderú.

² Um costume neste ritual religioso é tocar violão e cantar músicas em guarani, as mulheres batem um cajado no chão, ao ritmo da melodia, e cantam em algumas partes da música. No momento da música, pode-se perceber um maior entusiasmo e entrosamento das pessoas no ritual.

3.2.3 Medicina Tradicional

Segundo o artigo “O Desenvolvimento Participativo da Área de Medicina Tradicional Indígena, Projeto Vigisus II/Funasa1” de Luciane Ouriques Ferreira, no mesmo ano em que foi publicado o documento “Estratégia da OMS sobre a Medicina Tradicional 2002-2005, que incentivou os países membros a incorporarem aos sistemas oficiais de saúde as medicinas tradicionais por meio da criação de políticas nacionais específicas” (OMS, 2002 apud Ferreira, 2012), foi aprovada a Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas (PNASI).

“Com a criação de uma política específica para a saúde indígena o Estado Brasileiro buscou compatibilizar as Leis Orgânicas de Saúde com a Constituição Federal, que reconhece aos povos indígenas suas especificidades étnicas e culturais e seus direitos territoriais” (Brasil, 2002, p. 6 apud Ferreira, 2012).

Além disso, “a PNASI recomenda que seja promovida a articulação das medicinas tradicionais indígenas aos serviços de saúde” (Ferreira, 2012). No entanto, a diversidade sociocultural dos povos indígenas no território brasileiro corresponde à diversidade de medicinas tradicionais. “O território brasileiro está organizado em 34 Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEIs) que abarcam 225 etnias e, aproximadamente, 180 línguas diferentes” (Ricardo e Ricardo, 2006 *apud* Ferreira, 2012). Com isso, foi criada a Área de Intervenção Medicina Tradicional Indígena (AMTI) para desenvolver as estratégias de articulação dos sistemas tradicionais indígenas ao sistema de saúde oficial, conforme preconizada pela Diretriz 4.4 da PNASI (Brasil, 2002 *apud* Ferreira, 2012).

A medicina tradicional indígena é composta pelo xamanismo que é um termo genericamente usado em referência a práticas etnomédicas, mágicas, religiosas e também pelo uso plantas medicinais. A medicina indígena é formada na construção sociocultural, os indígenas utilizam o sistemas médicos xamânicos imersos em contextos cosmológicos particulares. Sendo assim, não existem limites claramente definidos entre os diferentes subsistemas que formam um determinado universo sociocultural. O conjunto de saberes e práticas que promovem saúde, previnem e curam doenças está associado à religião, à política, a economia, a arte etc.

A Aldeia Guarani Rio Silveira, como observado, tem forte influência tupi, o que configura numa autenticidade cultural para aquele povo e, portanto, em características próprias de sua medicina tradicional. O relato mais autêntico foi o que o Pajé da aldeia nos contou, em que um Xandaru, ou seja um bravo guerreiro, sobreviveu a uma facada no peito por ter comido um coração de tartaruga! Segundo o próprio pajé, um índio de outra tribo fez um ritual, no qual recebeu uma consagração de força através do coração de uma tartaruga, um animal que vive muitos anos, esse índio foi, então, morar na Aldeia Rio Silveira, lá ele levou golpes de facão de um índio que ali já vivia. Apesar de ter cerca de 50 anos de idade, o índio que no passado comera o coração de tartaruga depois de poucos dias já não tinha nenhuma marca no corpo.

Outra história relatada pelo Pajé ocorreu quando ele ainda era criança e teve um sonho, no qual foi avisado de que algo de estranho havia no cemitério da Aldeia. Então ele foi até lá, e quando chegou avistou uma mulher, que morrera a seis meses de hemorragia, desenterrada com corpo virado para baixo. O Pajé levantou a cabeça da mulher e no lugar de seus dentes tinham pedaços de ferro. Ele, então, voltou para chamar os amigos, que pegaram seus arcos e flechas para acertar a cabeça da mulher, que mesmo depois de seis meses entrada, ainda jorrou sangue.

A maior parte do conhecimento sobre as ervas fica restrita apenas ao Pajé, que é quem cuida da saúde espiritual e física de todos os índios da aldeia, os quais por ele têm muito respeito.

Os Guaranis acreditam que os conhecimentos sobre as plantas medicinais são presentes dados por Nhaderú, o Deus desses povos. Sendo assim, as plantas são mais do que medicinais, são divinas, tal como o conhecimento que lhes foi concedido. A mata é sempre respeitada por eles, já que Nhaderú se expressa em cada folha presente ali. Logo, são eles os responsáveis pela produção de remédios totalmente naturais e que possuem o magnífico poder da cura.

O Pajé Gwaíra da Terra Indígena de Piçaguara, também localizada no litoral paulista, expressa exatamente esse sentimento que os tupi-guarani têm perante a natureza: “Nosso professor é Nhanderú. Índio aprende pela natureza, através de sonhos. Nosso sonho tem muito significado, nós sabemos se a planta vai servir ou não, se é venenosa ou não, e sabemos isso através da força de Nhanderú” Gwaíra, pajé.

Algumas planta “ervas” são muito importantes para construção histórica dos indígenas, como a planta nhimbogwé wá regwá (Marcelinha) que é usada antigamente para dor de barriga, Capi’í Kyra (Capim Gordura) que é utilizada para fortalecer a raiz do cabelo e para tratar os rins, Atsy wa regwa (Baleeiro) utilizada para tratar dores no corpo, Tsapé (Sapé) utilizada para tratar de inflamação da bexiga urina presa e rins e também para fortalecer a raiz do cabelo, evitar queda do cabelo e combater a caspa, entre outras plantas, antigamente e ainda os médicos indígenas são os pajés líderes espirituais, podem ser considerados também como escolhidos pelos deuses para continuar passado a profecia dos povos.

Os índios da aldeia Rio Silveira utilizam muito o tabaco, que também pode ser considerada uma planta medicinal pois serve tanto para o fumo quanto para fazer rapé, o qual tem a função de limpeza física e espiritual. O fumo de corda também é usado, porém principalmente para purificar ambientes como a casa de reza por meio de seus cachimbos fabricados artesanalmente por eles. A ayahuasca vem sendo gradualmente trazida para a cultura desses indígenas.

A medicina tradicional tem suma importância nas histórias dos povos indígenas, tem ligação direta com a cosmologia e com a religiosidade. Tendo em vista esta sua importância, as leis que foram criadas trouxeram benefícios para os povos indígenas fazendo com que a medicina indígena fosse legalmente reconhecida e respeitada.



O pajé usa o pitangüa (cachimbo) com o tabaco, planta sagrada

3.2.4 Cosmologia e Religiosidade

Em nossa visita à aldeia pode-se perceber que a questão religiosa está muito presente – senão intrínseca – na vida dos indígenas da Aldeia Guarani Rio Silveiras. Segundo Chamorro (2008) os guarani dão uma importância singular à sua vida religiosa, além de ser uma forma de manutenção da sua própria identidade.

Há dois momentos marcantes no dia em relação a religiosidade, um o estralo do Tocumbó e outro a união de todos na casa de reza., no entanto a questão religiosa estava muito presente nas conversas do Cacique e do Pajé com o grupo, ademais sobre Nhanderú – o Deus guarani. O cachimbo¹ – muito utilizado pelo indígenas da aldeia, com um fumo específico – estava aceso muitas vezes ao dia, passava-se de mãos em mãos, com muitas fumaças aos ares.

Toda manhã e fim de tarde escolhem alguém, (tanto mulheres como homens) da tribo para estralar o Tocumbó, que é feito com uma haste de madeira e uma corda de fibra de uma árvore chamada Embira. Tocumbó é um nome de um Guerreiro referente a Raio, e o som que o estralo do Tocumbó faz representa um raio, segundo os indígenas, o estralo é para espantar os maus espíritos. Além do mais, é possível escutar os estalos de outras casas da aldeia.

Todo o dia, ao entardecer e começo da noite, as pessoas da tribo reúnem-se na casa de reza, que é feita de madeira, com teto de palha e chão batido. Onde que há um altar, no qual possui instrumentos musicais (que fazem parte dos rituais), cocares – até mesmo de índios que já morreram – e objetos de pessoas que passaram pela aldeia.

No ritual, fumam – pitam – o cachimbo dentro da casa de reza. É acesa uma fogueira no espaço sagrado. As pessoas sentam em bancos, na rede ou no chão encima de cobertores. Mulheres homens e crianças participam, algumas mulheres cuidam de crianças menores. Ao entrar na casa de reza para o ritual religioso o Pajé pediu ao nosso grupo nos dividíssemos entre homens e mulheres, sendo que mulheres tiveram que se sentar de um lado e homens do outro e nos sentamos em um banco de madeira que havia.

O Pajé, inicia o culto à frente do altar, com um cachimbo na mão, fumando-o , rezando e andando pela casa de reza, neste momento todos ficam em silêncio e as vezes quando o Pajé fala algo e as pessoas ao redor estão de acordo, respondem com a palavra aeveteko – que significa “verdade” em guarani – em relação a isso é difícil afirmar sobre o que o Pajé falava, visto que entre eles a comunicação era feita na língua guarani. Nos dias que passamos lá, não some o Pajé, mas outros índios também rezaram, em pé, à frente do altar e as vezes circulando pela casa de reza, em suma a maioria eram homens, durante nossa visita apenas uma mulher foi à frente para rezar. ¹

O cachimbo é muito utilizado na tribo, segundo os indígenas é uma forma de relaxar para se conectar melhor com Nhanderú.

Outro costume neste ritual religioso é tocar² um violão e cantar uma musica em guarani e as mulheres baterem com um cajado no chão e cantarem em algumas partes da musica. Neste momento da música pode-se perceber como a parte de maior entusiasmos e entrosamento das pessoas no ritual.

Em relação a cantar e tocar o violão, em nossa visita participamos apenas de duas noites na casa de reza, uma vez quem tocou o violão e cantou foi o Pajé, da segunda vez um outro índio. Diante disso há a necessidade de se pesquisar mais para saber se são somente os homens que tocam o violão e como se faz a escolha de quem pode tocar no espaço sagrado.

3.2.4 Relação com o meio ambiente: calendário, mitos e manejo dos recursos

Para todas as sociedades do passado a observação dos fenômenos cíclicos do céu, como as fases da lua e as estações do ano, está presente como base de conhecimento que envolve as práticas básicas do cotidiano dos grupos, sendo essa prática de primeira importância para organizar as práticas de caça, pesca, coleta e lavoura, por exemplo. Por muitos anos foi papel fundamental dos povos mais antigos o desdobramento destes fenômenos a fim de viabilizar a sobrevivência e manutenção sadia da comunidade através dos tempos.

Os povos indígenas possuem amplo conhecimento dos locais e das maneiras apropriadas para se obter alimento, porém houve necessidade desses povos de definir as épocas propícias para cada uma das atividades de subsistência, para isso foi elaborado, de maneiras distintas nos mais diversos grupos indígenas, calendários baseados nas observações do céu, sendo estes calendários ainda mais bem trabalhados entre os povos sedentários que devem tirar o proveito da mesma terra diversas vezes.



As constelações sazonais podem levar a vários tipos de interpretação, e essa interpretação vai depender da estratégia de sobrevivência do grupo, bem como sua localização geográfica. Daí que vem a grande variação de significados sob determinado fenômeno astronômico específico entre os grupos indígenas até de mesma etnia.

Os tupis-guaranis associam as estações do ano e as fases da lua com o clima, fauna e flora das regiões onde vivem, sendo que na cultura deles, cada elemento da Natureza possui um espírito protetor, influenciando desde a época de coleta, de acordo com a abundância disponibilizada

pela natureza, até a preparação de suas ervas medicinais, que também seguem um calendário anual rígido.

As práticas de caça, plantio e corte de madeira seguem de acordo com as fases da lua. A fase ideal para estas práticas, segundo os tupis-guaranis, é entre a lua cheia e a lua nova, para a caça a justificativa é que os animais ficam mais agitados devido a mudança de luminosidade. Essa ligação entre comportamento da fauna e fases da lua é frequentemente observado por esses povos em relação a incidência de mosquitos que ocorre muito mais em períodos de lua no céu, por exemplo.

Até o ritual do "batismo" (nimongarai ou nheemongarai, em guarani), em que as crianças recebem seu nome, depende de um calendário luni-solar e da orientação espacial: o plantio principal do milho (avaxi) ocorre, geralmente, na primeira lua minguante de agosto. Após a colheita do milho plantado nessa época é que realizam o batismo das crianças. Esse evento deve coincidir com a época dos "tempos novos", caracterizada pelos fortes temporais de verão, geralmente o mês de janeiro. O nome dado à criança guarani vem de uma das cinco regiões celestes: zênite, norte, sul, leste e oeste. Cada região possui nomes típicos, representando a origem das crianças (AFONSO, 2015).

O sol possui grande significado religioso e é o astro de maior importância na regulação da vida na terra segundo a cultura tupi-guarani. As práticas do cotidiano nesses grupos estão ligadas a busca da força espiritual do Sol, que cotidianamente entre os guaranis é chamado de Kuaray, e de Nhamandu, na linguagem espiritual.

O instrumento utilizado para determinar o meio-dia solar, os pontos cardeais e as estações do ano pelos tupis-guaranis é o relógio vertical, ou gnômon, que na língua tupi antiga é denominado Cuaracyraangaba, que aponta para o ponto mais alto do céu, o zênite. Consiste no mesmo sistema de relógios verticais também utilizadas no Egito, Grécia e China antiga, onde é cravada uma haste verticalmente em um terreno horizontal projetando uma sombra a partir da luminosidade do sol.

De acordo com a cosmogênese guarani, Nhanderu (Pai de toda criação), nesse caso representado pelo zênite, criou quatro deuses principais para a criação da Terra e dos seres vivos, estes quatro deuses são representações dos quatro pontos cardeais. O Norte é representado por Jakaira, deus da neblina vivificante e das brumas que abrandam o calor, origem dos bons ventos. O Leste é Karai, deus do fogo e do ruído do crepitar das chamas sagradas. No Sul, Nhamandu, deus do Sol e das palavras, representa a origem do tempo-espaço primordial. No Oeste, Tupã, é deus das águas, do mar e de suas extensões, das chuvas, dos relâmpagos e dos trovões.

Os pontos cardeais são determinados pela posição da constelação do Cruzeiro do Sul, que é a constelação mais conhecida pelos habitantes do hemisfério sul. Além de determinar os pontos cardeais essa constelação também serve para determinar o intervalo de tempo durante a noite de acordo com as posições diferentes do cruzeiro, e também o início das diferentes estações do ano de acordo com a posição do cruzeiro ao anoitecer (no outono ela fica deitada do lado esquerdo do Sul, isto é, para leste; no inverno, fica em pé apontando para o Sul; na primavera, ela se encontra deitada para o lado oeste e no verão de cabeça para baixo, abaixo da linha do horizonte, sendo visível somente após a meia-noite) , sendo assim de grande importância para a organização desses povos.

A trajetória aparente anual do sol é o maior determinante no calendário guarani, que está dividido em tempo novo (ara pyau, em guarani), que representa a primavera e o verão, e o tempo velho (ara ymã, em guarani), que representa o outono e o inverno. As constelações também são divididas em dois tipos, uma do conhecimento geral, que esta relacionada ao clima, fauna e flora do lugar, que funcionam como reguladores do cotidiano da aldeia, e outra, de conhecimento em geral apenas do Pajé, ligadas aos espíritos indígenas e de visualização mais difícil.

De uns tempos para cá muitos desses conhecimentos foram perdendo parte de sua importância e não alcançam todos os membros de aldeias já bastante inseridas na civilização moderna, como é o caso da aldeia Rio Silveiras, devido a grande influência dos produtos tecnológicos disponíveis no mercado no qual os habitantes dessas aldeias já estão inseridos, como é o caso

de computadores e celulares. Porém esses conhecimentos adquiridos e mitos criados a partir das observações do céu por muitas gerações ainda persistem em grande parte dos membros apesar de esses conhecimentos não terem mais tanto valor em relação a regulação do comportamento coletivo da aldeia, sendo utilizado muitas vezes mais com um valor simbólico e de apreciação e atividade da própria cultura, não sendo mais instrumento determinante de todas as ações e sim um guia para o cotidiano e para explicar os fenômenos naturais sazonais.

4. Visita à aldeia

Na chegada á aldeia fomos recebidos pelo cacique Taruan, o Pajé Caraí, além de um pequeno grupo de índios, Outros olhavam à distância, aparentemente curiosos, mas bastante discretos. Devido ao barro, o ônibus teve que ficar longe, antes da entrada da Reserva. Tivemos que caminhar uns 600 metros com nossas coisas, que incluíam barracas, colchonetes, doações de livros, brinquedos e roupas e ainda material para nossas atividades.

4.2.1 Brincadeiras

Antes mesmo da chegada à reserva, já havia um planejamento quanto as diversas brincadeiras que iríamos desenvolver na aldeia, em sua maioria foram atividades voltadas para as crianças, algumas foram mais específicas com o próprio grupo, e outras com o papel de integração do nosso grupo com os indígenas. O papel do lazer e das brincadeiras na viagem foi fundamental para se criar uma relação mais próxima entre o nosso grupo e os indígenas, possibilitando assim, um maior aprendizado dos valores, costumes e de tudo que envolve a rica cultura Guarani. Outra vantagem foi a troca de informações dessas culturas tão distintas e o respeito mútuo entre elas.

As primeiras interações foram feitas através de brincadeira desenvolvidas junto com as crianças, brincadeiras que promoveram uma maior interação como, vivo ou morto, pega-pega , onde conseguimos ter um primeiro contato bem interessante e criamos laços com as crianças que se mantiveram durante todos os dias.

Assim como nós apresentamos brincadeiras da nossa cultura e algumas já era de conhecimentos dos pequenos guaranis que já faziam parte do seu âmbito cultural, eles nós apresentaram brincadeiras novas, uma muita praticada é o Tocombó, no qual o objetivo é rodar no alto a corda e conseguir soltar um estralo ,isso na cultura guarani é para afastar os espíritos maus, além disso a dança e luta que as xondaras (guerreiras) guaranis praticam como forma de lazer e religiosidade.

Nas atividades em grupo foram realizadas às oficial de construção de pipa onde nós levamos os matérias que foram necessário para a realizar a atividade, várias crianças participaram e se mostraram um interessadas em aprender, porém já estava anoitecendo e não foi possível soltar pipa no dia, e nem no dia seguinte pois o estava chovendo. Mas as pipas ficaram lá para que elas pudessem soltar quando o clima estivesse favorável. Ocorreram também brincadeiras como pular corda , bolinha de gude, pega-pega, esconde-esconde. As crianças eram bem amorosas e participaram de tudo que foi proposto.



Podemos perceber que diferente da educação construída pelas crianças não indígenas que vivem em um ambiente cheio de poluições, quanto poluição sonora, quanto poluição do ar, etc., que tem o costume de falar em um tom mais alto "gritar", e ter ações que ultrapassa o esperado de uma criança, as crianças indígenas são calmas, risonhas, falam em um tom adorável "não gritam", aprendem de forma natural como lidar com a vida e constroem seus laços com tanta pureza desde o mais "velho" que cuida do mais "novo", e o mais novo que respeita o mais velho pelos seus conhecimentos essa cultura é tão linda, que em todos os dias que tivemos na aldeia não presenciamos nem uma discussão entre as crianças, os pequenos guaranis demostram um enorme respeito por todos que estavam. O jogo mais esperado foi o futebol , no qual só os homens jogaram infelizmente ,mas esse jogo serviu para criar laços entre nós com os índios, mesmo que na hora dentro do campo estivesse um clima de rivalidade entre os jogadores , foi uma ótima partida , a chuva deixou o jogo mais apreensivo e engraçado, mesmo assim quem ganhou o a partida foram os donos das terras índios guaranis por 7x1.



Pulando corda



Oficina de pipa



Bolinha de gude

4.2.2 Bioconstrução

Como representávamos um grupo grande utilizando o mesmo espaço, o impacto sobre a estrutura básica que já existia para usufruto dos índios, sobretudo do banheiro, aumentou bastante neste tempo que passamos na Aldeia Rio Silveiras. Uma maneira que identificamos de diminuir essa pressão seria a construção de banheiros secos, essa alternativa é utilizada há muito tempo por povos tradicionais e apresenta algumas características singulares.

O sistema sanitário comum, além de utilizar muita água em sua descarga, sobrecarrega o sistema de escoamento sanitário que não possui tratamento para 100% dos efluentes lançados da rede. O impacto direto sobre a geração de poluição ainda apresenta uma questão particularmente preocupante ao passo que a utilização desse sistema alivia a emissão de metano para atmosfera, reduz o uso de compostos químicos utilizados no tratamento dos efluentes e também apresenta uma boa alternativa de diminuição dos resíduos orgânicos.

Os impactos atenuados através da utilização dessa tecnologia social, são acompanhados de atributos positivos no tocante ao enriquecimento da terra, eliminando a necessidade da utilização de adubos químicos, aumentando a quantidade de matéria orgânica no solo, acrescendo a quantidade de microorganismos úteis aos processos de ciclagem de nutrientes e aumentando a capacidade de retenção de água da terra ajudando a equilibrar a temperatura do

solo. A utilização do banheiro seco também em solos impactados ajuda em processos que visam recuperar a saúde da terra, dessa forma evita a ocorrência de erosões e em algumas áreas mais sensíveis como pântanos, ajuda na recuperação da condições naturais.

A aplicação da técnica consiste em cavar um buraco com 1 metro de profundidade por 30 centímetros de diâmetro onde os dejetos são depositados intercalados por uma camada de matéria seca (folhas de árvores secas, aparas de podas ou qualquer material orgânico que ajude a controlar a umidade do sistema), dessa forma fornece-se condições ideais para se iniciar o processo termofílico de compostagem.

Esse processo se dá através do aumento gradual da temperatura nas camadas internas fornecendo um ambiente ideal para as bactérias anaeróbicas iniciarem o processo de decomposição do material orgânico. O aumento da temperatura ocasiona a formação de uma matriz dessas bactérias que aos poucos vão transformado os dejetos em adubo orgânico, tratando o solo sem aditivos químicos e fornecendo ótimas condições para o plantio.



Escolha do local

Escolhemos um local com uma pequena cobertura de dossel próximo de onde estávamos acampados com o intuito de facilitar o trajeto dos alunos até o banheiro seco. Após identificarmos o local, partimos para a limpeza do espaço e confecção do buraco.



Limpeza do local no entorno

Para esta etapa, utilizamos a escavadeira manual e enxadas para limpar o local em volta do banheiro seco como exemplificado pela imagem 5.

Nesse momento, após o início da escavação, percebeu-se aspectos relacionados a composição do solo daquela região. Como trata-se de um local relativamente próximo a praia, o gradiente de composição dos horizontes do solo ainda apresentava-se como característico dessas regiões com a camada superior de terra e serrapilheira (em torno de 30 centímetros) e com as camadas inferiores com uma mistura de areia e silte e não como esperávamos.



Vista da composição do solo



Composição do solo

Nesse momento, entendemos aspectos ligados a necessidade de uma estrutura mais firme para que as paredes do buraco sustentassem a profundidade do mesmo e constatamos que não conseguiríamos obter êxito nessa empreitada devido a estrutura morfológica do solo da região.

Ainda insistimos um pouco para ver se conseguíamos, acabamos por obter o resultado de um buraco pouco profundo com uma piscina de areia, silte, argila e água no fundo.



Fundo do buraco



Piscina de areia, silte, argila e água

Esse esforço representou um planejamento feito sem levar em conta aspectos fundamentais regionais relacionados a composição do solo, devido a um diagnóstico não feito.

A experiência foi muito rica pois serviu de aprendizado empírico das limitações práticas para a instalação de um banheiro seco, bem como para o aprendizado da importância de um diagnóstico para a implementação de tal tecnologia social.

4.2.3 Doações de livros e roupas

Durante todo o planejamento da visita à Aldeia o ponto central das discussões era sobre como o grupo faria a experiência de “trocas” com os índios, pois apenas a disposição dos índios em recebê-los já era de grande gratificação. Portanto, decidiu-se que uma das formas de troca seria por meio de doações que o grupo levaria para os índios.

As arrecadações foram feitas dentro da EACH (por meio de caixas distribuídas pela faculdade em pontos estratégicos), e também por meio das redes sociais, com a divulgação da visita,

itens a serem doados e a importância da ação. Com isso, conseguiu-se arrecadar uma quantidade considerável de itens, desde roupas, brinquedos e livros educativos, o que também demonstrou a força da divulgação/campanha dentro da própria faculdade e também fora dela através das redes sociais. O sucesso das doações também pôde ser percebido quando as coisas foram colocadas no ônibus, pois o mesmo partiu com o bagageiro lotado e a mala de alguns alunos ainda teve que ser levada na parte de cima do veículo.



Acampamento na aldeia

A ideia do grupo era de levar as doações para a escola, mas ao chegarem à aldeia as doações foram retiradas do ônibus e dispostas no mesmo local onde posteriormente seriam montadas as barracas. Só depois souberam que a escola estava fechada e que não teriam acesso a ela e, conseqüentemente, também não seria possível organizar tudo o que haviam trazido. As doações foram cobertas com uma lona e mais tarde levadas a uma casa localizada do outro lado da rua, onde lá ficaram até o dia em que foram embora, pois a escola permaneceu fechada durante toda a visita (ocorrida durante o fim de semana e o feriado).

Esse foi um dos acontecimentos que tornou evidente como a vida dos índios permite uma grande espontaneidade que, em contrapartida, pode trazer problemas logísticos, dificultando algumas ações por conta da falta de planejamento.

4.2.4 Contação de Histórias

4.2.4.1. Introdução

Como primeiro passo houve um pedido para a construção de uma biblioteca, e por conseguinte iniciamos um processo de arrecadação de livros para a mesma. Um grupo foi formado a fim de pensar na estrutura e conteúdos desta biblioteca, a ideia em comum deste grupo é de que a incorporação deste local só seria possível quando os moradores se sentissem pertencentes a este novo local, desta forma, a Contação de História foi concebida como forma de apresentar e aproximar os indígenas do local ‘biblioteca’.

Organizamos a Contação em dois eixos, o primeiro se refere a contação realizada pelos graduandos de Gestão de Políticas Públicas da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da cidade de São Paulo, formado por cinco pessoas: Dayara Cardoso, Djonathan Gomes, Leila Vieira, Maria Laura Gomes e Paula Heloisa da história “O sapo com medo d’água”, neste eixo inserimos a interpretação teatral como forma de interação com o público. O segundo eixo concerne nas provocações do grupo para instigar as crianças da Aldeia Rio Silveira a entrarem na brincadeira, se apropriarem e contarem a própria história da forma e cor que desejarem.

A ideia inicial era utilizar o espaço da biblioteca para a realização da contação, porém, devido a intempéries climáticas e também por preferência dos moradores não foi possível, e a contação foi realizada na Casa de Reza da Aldeia Rio Silveiras, encerrando o Sarau, moradores e graduandos da disciplina assistiram, participaram, criaram e conceberam. Desta forma, cabe ressaltar que todos ali foram contadores, contar uma história esta para além de lê-la, a contação só acontece com a interação de todas as partes, os integrantes do grupo foram indicadores do caminho, porém o caminho seguido só se fez devido as devoluções e interações acontecidas naquele momento e local, processo impossível de repetição, se fizéssemos de novo outra história seria contada, assim, ficamos com o sentimento de unicidade e pertencimento pleno desta construção. Todos os itens posteriores, referentes a contação, só foram possíveis de serem escritos devido a receptividade de todos da Aldeia Rio Silveira e também dos alunos da USP que estavam ali presente, pois só com a abertura dos ouvidos e corações que se fez possível executar nossas ideias e criar novas ideias, desde já, nosso sincero agradecimento.

4.2.4.2 Conversa inicial

A conversa inicial foi realizada visando integrar o público com o grupo de apresentação, o transformando em um público participativo. Ou seja, foi tratado nessa conversa inicial como seria a atividade realizada e como o público seria inserido na apresentação como parte integrante e co-autor da história. Todos foram convidados a se levantar e em seguida “guardar consigo boas experiências” fechando as mãos e as trazendo para perto do corpo. Depois foi indagado “se alguém tem vergonha?” e foi realizado um exercício lúdico para descontrair e estimular a participação geral. Logo após todos seguiram as instruções do grupo para a participação.

4.2.4.3 Exercícios lúdicos teatrais

O então grupo composto pelos graduandos da Escola de Artes, Ciências e Humanidades e pelo público-participante realizou exercícios de alongamento e de imitação de animais e de

pessoas. Foram imitados o sapo, o touro e o coelho, além de um homem mal humorado e crianças.

Essas imitações foram orientadas por uma integrante do grupo que fez passo a passo da caracterização dos personagens sempre levando em consideração a participação ativa e harmônica e as especificidades dos indivíduos.

Nessa atividade buscou-se preparar os personagens que seriam utilizados na contação de história. Atentou-se aos movimentos e ao tempo de cada um para que a contação se realizasse também com a contribuição do grupo e não apenas do contador de história.

Observou – se o interesse do público em contribuir na elaboração do enredo, tanto durante a imitação de animais quanto da contação de história houveram mudanças no planejamento durante a aplicação da oficina pois considerou – se a intervenção dos participantes.

4.2.4.4 Roteiro da história e participação do público

Uma das atividades de interação entre nós e os povos indígenas consistiu, como citado acima, na contação de histórias, e para isso, foram necessárias algumas adaptações do livro “Contos tradicionais brasileiros” do escritor Luís da Câmara Cascudo para que a história ficasse mais suave e animadora para o público. No que concerne as adaptações necessárias, foi necessário um cuidado com a história a ser escolhida, de modo que, não impusesse a cultura ocidental em detrimento da cultura indígena, ademais, as adaptações foram mais de cunho da substituição de alguns animais por outros (mais fáceis de interagir com o público) visando o entretenimento de crianças, jovens e adultos do local.

A primeira história que contamos foi “ O sapo com medo d’água” do escritor Luís da Câmara Cascudo, que consistia em um grupo de crianças que desejava o falecimento de um jovem sapo, e para isso, foram realizadas várias ações como, por exemplo, jogá-lo no fogo. Então, após longas tentativas de finalizar o problema, encontraram uma solução para a problemática

no qual jogariam o sapo na lagoa, afim de afogá-lo. Todavia, o descontentamento das crianças veio à tona quando perceberam que o sapo sabia nadar e conseguiu escapar. A participação do público na história foi intensa e espontânea, uma vez que, cada um tinha que interpretar um sapo, do jeito que achava melhor, podia ser um sapo triste, um sapo saltitante, um sapo feliz, desde que fosse um sapo, era o que realmente importava. Era necessário deixar a timidez de lado e soltar a alegria, pois, além do público se tornar um sapo, também se tornaram uma floresta, crianças, fogo, enfim, todo o cenário da história quem realizava era o próprio público. Foi possível perceber a timidez de início sendo deixada de lado, vários sorrisos, principalmente das crianças, tomaram conta da Casa de Reza da Aldeia Rio Silveiras.

4.2.4.5 História contada pelas crianças

Depois da doação dos macacões para a contação de história, com o intuito de propagar e incentivar os círculos de leitura e peças teatrais no grupo de crianças do grupo, as crianças apresentaram uma pequena história com a ajuda do grupo responsável pela contação de histórias. A história dizia respeito a um grupo de crianças que se perderam na floresta. No decorrer da história alguns novos elementos foram incrementados, o que representa o objetivo de uma peça teatral. Para o término da história, as crianças contaram o encontro dos meninos perdidos com a família, e todos ficaram felizes.

O final escolhido retrata a importância da união e da família no grupo indígena, sendo o ponto de equilíbrio, paz e segurança para as crianças. A contação de história em forma de teatro proporcionou maior participação das crianças e o incremento de novos elementos e ideias ao decorrer da peça. No decorrer da visita observamos esse fato diversas vezes, assim como a alegria que todos apresentaram em estar vivendo em comunidade e o compartilhamento e solidariedade entre os índios e com os próprios visitantes.

4.2.4.6 Participação do público na história das crianças

Como na história contada pelo grupo de graduandos da EACH, houve participação na história contada pelas crianças da aldeia. As participações do público, indígenas e visitantes da EACH, ocorreram tanto por incentivo do grupo de contação de história, quanto por iniciativa dos que assistiam.

A participação dos ouvintes se dava tanto através de falas, respostas voluntárias e risadas, como também através de demonstrações corporais, seja imitando algum elemento da peça, ou como atores da história. Um dos índios da tribo de nome indígena Caraí, e de nome ocidental Müller, foi incorporado na peça como ator, sem nenhum planejamento, e apesar da timidez inicial, participou da peça e se divertiu. É interessante destacar que sua inclusão na peça foi feita com base não apenas no contexto da história contada pela crianças, mas também no contexto da viagem em que realizávamos, o que contribuiu para maior ligação entre a história apresentada e os espectadores.

Caraí foi um dos índios designado pela tribo para nos acompanhar durante os passeios e atividades que fazíamos junto com os índios, como ir a cachoeira, acompanhar-nos nos banhos de rio, e guiar-nos e acompanhar-nos pela trilha até o lugar de plantio. O fato de a peça ser sobre crianças que se perderam na floresta e necessitavam de um guia para retornar a sua aldeia, permitiu a inserção de Caraí na peça de forma não forçada e facilmente compreensível para os espectadores participantes.

4.2.4.7 Percepções gerais da atividade

No geral podemos concluir que a atividade foi produtiva e boa para aproximar ainda mais visitantes e hospedes ao realizar trabalhos que afastavam os sentimentos de timidez, e que por não ser rigidamente planejada e fechada a adaptações, permitiu a inserção de acontecimentos vivenciados pelos visitantes e pelos indígenas, o que ligava ainda mais a história com quem as ouvia

Acredita-se que o espaço onde a atividade foi realizada, a casa de reza - lugar sagrado e de comunhão para os indígenas-, contribuiu ainda mais para aumentar os laços entre pessoas vindas de lugares diferentes. Esta foi mais uma atividade onde os indígenas demonstrarão sua gratidão pela nossa visita, realmente interessada em conhecer a eles e sua cultura, como também seu interesse em aproximar-nos, deixando-nos não apenas adentrar em um dos lugares mais sagrados para eles, como também nos deixando ser protagonistas de atividades realizadas naquele espaço, tal ação demonstra a importante confiança que nos foi depositada pelos mesmos.

4.3 Atividades da Aldeia realizadas para os não-índios

Os guaranis realizaram algumas atividades direcionadas especialmente à nossa presença na aldeia. Abaixo, segue um breve relato delas.

4.3.1 Construção de roça para novo aldeamento

Durante as aulas preparatórias ocorridas durante o segundo semestre do ano de 2015, nosso grupo identificou a necessidade da criação de alguns subgrupos, quais teriam algumas tarefas e atividades específicas a serem realizadas durante a expedição; um destes subgrupos foi intitulado “Agroecologia, Bioconstrução e Compostagem”, qual buscou realizar uma pesquisa sobre os temas do título e, aliado à experiência e conhecimentos de cada integrante do grupo, buscou-se apresentar os benefícios e os diferentes conhecimentos e técnicas sobre os assuntos para a comunidade indígena.



Manivas de mandioca separadas para serem levadas ao novo aldeamento

Ao decorrer dos encontros havíamos planejado que tais atividades seriam oferecidas em forma de oficinas, palestras ou qualquer outra ideia capaz de desenvolver o assunto, entretanto nossa vivência se demonstrou extremamente dinâmica e prática e, desta forma, as trocas de conhecimento sobre esses assuntos acabavam acontecendo em forma de conversas informais que se apresentavam durante todos os momentos desse contato. Isso já tinha sido comentado em aula pelo professor Jorge, pois o “Tempo” e os “Compromissos” dentro da cultura indígena possuem uma dinâmica diferente, se adequando de acordo com o aparecimento das necessidades diárias da aldeia. Destarte, as atividades relacionadas à “Agroecologia” do grupo

acabaram tendo que se adequar a algumas necessidades da aldeia e, assim, puderam ser desenvolvidas.

Planejamos o plantio de algumas espécies pioneiras como forma de início de uma área destinada às práticas da “agrofloresta”. Conseguimos arrecadar uma considerável quantidade de mudas pelas ações do grupo durante o semestre, porém não foi possível transportar todas as mudas até a aldeia, uma vez que nosso meio de locomoção seria um ônibus com a capacidade apenas de seu bagageiro, o qual já estava comprometido com as diversas outras doações captadas durante o semestre. A principal dificuldade neste ponto foi a grande proporção e o volume das espécies de mudas arrecadadas durante os encontros, pois em sua maioria se tratavam de espécies frutíferas e possuíam um tamanho mínimo de dois metros de altura. Nossas ações obtiveram acesso a mais de 30 mudas de diferentes espécies que foram doadas pelo Parque Ecológico do Tietê, localizado nas proximidades da EACH, porém as mesmas não foram retiradas do parque, pois constatamos a falta de espaço para o transporte delas até a reserva indígena. Entretanto conseguimos arrecadar diversas mudas através de contato com o Assentamento Mario Lago, localizado em Ribeirão Preto. Foram obtidas estacas de mandioca e amora, além de tipos variados banana.

Tendo tudo preparado, no sábado dia 31/10/2015 iniciamos a nossa manhã com outro café coletivo e após a refeição o grupo organizou as mudas e todas as ferramentas disponíveis. Guiados pelo Pajé Liveis e outra criança indígena de aproximadamente 10 anos de idade, demos início a caminhada até o ponto planejado para o novo aldeamento da reserva.

O percurso começou em uma estrada de terra por mais ou menos uns 50 minutos de caminhada, sendo esse trecho finalizado em belo rio raso e cristalino, qual em suas margens possui uma estação de tratamento da SABESP que abastece parte da região.

Neste ponto foi possível descansar, pois a caminhada já havia requerido certo esforço pelo grupo, sendo que a partir deste ponto o trajeto passava a ter nova dinâmica, pois neste ponto adentramos na mata fechada e passamos a caminhar por uma estreita trilha.



Parada para descanso, com direito á mergulhos





Plantio



Visita inesperada de serpente não-peçonhenta

Ao sair do rio e adentrar em tal trilha, o grupo acabou por se dividir em duas partes, a primeira sendo guiada pelo Pajé e a segunda pelo garoto indígena de dez anos que nos acompanhava. Este segundo grupo acabou ficando para trás devido a alguns participantes que demoram um tanto a mais para se preparar novamente para a trilha após o banho, sendo assim o garoto ficou esperando essa segunda turma enquanto a primeira já começara a caminhar.

Essa nova parte do percurso requereu uma caminhada de pelo menos quarenta ou cinquenta minutos, porém a segunda parte do grupo acabou adotando um desvio incorreto e se direcionaram para outra parte da floresta, onde as condições eram mais difíceis e o acesso se tornava cada vez mais fechado. Após certo tempo andando o segundo grupo senta-se na beira de um pequeno braço de rio e decide esperar alguma definição do garoto indígena ou do monitor Carlos que também estava presente.

Neste momento o monitor Carlos encontra uma bicicleta encostada em uma árvore e decide voltar pela trilha na tentativa de encontrar o caminho correto. Depois de um tempo o monitor Carlos retorna até o ponto onde estava os outros quatro integrantes do grupo e o garoto indígena (ainda perdidos) e, então, todos decidem voltar juntos pela mesma trilha até que em certo ponto este pequeno grupo encontra outro índio na mata, qual já estava indo atrás destas pessoas por conta da determinação do Pajé, qual também já notava a falta de alguns membros.



caminhando na mata

Quando tal grupo foi encontrado, os mesmos se direcionaram rapidamente para o ponto do novo aldeamento que já estava próximo daquela região. Neste momento o primeiro grupo já se encontrava no novo aldeamento realizando o plantio das mudas e a limpeza do local.

O plantio das mudas seguiu uma sintonia criada pelo Pajé e o grupo, pois ao mesmo tempo em que o local de plantio deveria ser interessante para os indígenas, ao mesmo tempo estes mesmos locais também deveriam respeitar algumas condições para melhor aproveitamento e eficiência da produção das espécies.

Enquanto um grupo abria algumas clareiras para o plantio das mudas, outro grupo preparava as estacas de mandioca e amora e realizava a limpeza das raízes das mudas de bananeira. Apesar do planejamento dos alunos para a construção de canteiros em linhas com o solo coberto por matéria orgânica, técnica utilizada por produtores agroflorestais, não foi realizado a partir da mesma lógica. Ao se conectar melhor com a realidade da cultura indígena o grupo observou que o plantio em linhas e o manejo periódico da área (capina seletiva e poda) não seria adequado. Sendo assim, o plantio se fez de acordo com a presença de luz na área, espalhados de maneira alternada por uma área de aproximadamente 250 m². Após o plantio o grupo cobriu o solo do entorno das plantas, com o intuito de proteger o solo e a muda.

Este local conta com uma mata completamente preservada, densa e com uma rica fauna e flora derivada da mata Atlântica, tanto que em parte do percurso alguns membros do grupo afirmaram ter reconhecido o rugido de uma onça e em outro ponto tivemos a oportunidade de fotografar uma espécie de cobra que, segundo os conhecimentos indígenas, possuiria um veneno “encantado”, capaz não de matar um ser humano, mas sim capaz de envelhecer de forma extremamente rápida a pessoa que for picada por ela.



Ao final, o Pajé Carai conta história e responde perguntas da turma

Ao final do plantio tivemos um momento bem descontraído de conversa entre o grupo e o pajé, onde, sentados no chão, pudemos ouvir algumas histórias e diversas situações trazidas pelo Pajé Liveis, qual se demonstrou o evento inteiro uma pessoa simpática e de grande carisma. Após algumas histórias e várias pitadas no Pitangüa (Cachimbo indígena), finalmente o segundo grupo chega ao ponto do novo aldeamento e, com todas as atividades já realizadas no local, restou-se a atividade de se refrescar e se divertir em uma pequena cachoeira e um belo rio que passa pelo local.

4.3.2 O massacre nos “Juruás” - Futebol

Dentro das diversas propostas da disciplina, uma delas é a “Integração”, por isso o grupo se manifestou de forma completamente positiva e interessada, buscando não só se integrar na cultura para o melhor aproveitamento da vivência, mas também valorizando cada oportunidade para o desenvolvimento humano de cada pessoa. Dessa forma nos associamos ao hábito da reserva de se reunir algumas vezes na semana para jogarem futebol e socializar.

Este costume na aldeia já é antigo, sendo que todas as terças, quintas e domingos vários adultos e crianças se reúnem no campo de futebol localizado nas proximidades da entrada da reserva para competir e se divertir; Tanto que a reserva indígena conta com o último time campeão da “Copa Indígena” ocorrida anualmente no estado de São Paulo, sendo esse o time enfrentado pelos alunos da EACH.

O jogo teve início após as pinturas indígenas oferecidas e realizadas pelo próprio Pajé, quais foram realizadas uma a uma por ele mesmo. Após todos estarem a “caráter”, fomos todos juntos até o campo e logo já vimos que não seria tarefa fácil vencer aquele jogo, pois assim que chegamos, descalços, cheios de alegria e descontração, nos deparamos para a nossa surpresa com um time completo com chuteiras de cravo e uniformizado, organizados em formação no campo a nossa espera. No princípio já sabíamos que íamos perder aquela disputa, pois tínhamos consciência de que nosso time estava composto por grande parte de pessoas sedentárias e com pouca, ou quase nenhuma, habilidade futebolística. Mas não podíamos nos abater antes mesmo do jogo ter começado; então nosso time se reuniu no canto do campo antes do jogo começar para tentar se entrosar e definir as posições táticas que cada um iria desempenhar e definir quem iria começar jogando, sendo que nosso time possuía mais jogadores do que o necessário para a composição de um time.

Como não tínhamos chuteiras, os indígenas aceitaram tirar as chuteiras e jogar descalços conosco. Mesmo assim sentíamos que o destino daquela partida estava selado: eles tinham um time completo, entrosado e preparado para a partida. Jogavam em casa e com a torcida a seu favor. De nossa parte, nunca tínhamos jogados juntos e íamos se conhecer dentro do campo. Uma goleada se delineava, mas estávamos determinados a não fazer feio.



Time da EACH no jogo de futebol.

Após a definição dos titulares e reservas, nos preparamos para o início do “massacre”. Neste momento tivemos a grande surpresa e honra de poder contar com o Pajé Liveis (Caraí) como goleiro do nosso time; dessa forma já tínhamos a consciência de que isso poderia nos ajudar na batalha. Se fôssemos um dos índios, com certeza não iríamos querer irritar o Pajé da nossa aldeia com uma goleada no jogo.

Poucos instantes antes do jogo começar foi possível perceber que a disputa não parava por aí; reparamos que o capitão do time adversário veio ao nosso encontro e que possuía uma nota de cinquenta reais em suas mãos, foi só então que percebemos que caso o nosso time perdesse a disputa, além de tudo, ainda teríamos um prejuízo financeiro por conta da aposta, qual é

realizada em todos os jogos, não se tratando de uma situação ocasional, mas sim de um cotidiano da cultura.



Jogo de futebol.

Dessa forma nos comprometemos a arcar com o compromisso do pagamento da aposta, mesmo sem o dinheiro em mãos naquele momento, pois não imaginávamos que a disputa seria dessa forma.

Após esses acertos pudemos, enfim, dar início ao jogo. Existia uma grande quantidade de pessoas assistindo a partida, tanto o restante do nosso grupo, quanto de diversos outros indígenas na reserva que sempre frequentam o local nesses horários para assistir aos jogos e se entreter. E a ansiedade aumentava já que o jogo iria ser filmado por um dos integrantes do grupo, e assim, não poderíamos ter um desempenho tão ruim como o ocorrido.

Os primeiros minutos foram bem acirrados, tanto que o primeiro gol demorou um bom tempo para ser marcado e, é claro, foi marcado pelos indígenas. Durante os primeiros dez ou quinze minutos de partida o jogo se mostrou equilibrado, porém cômico, pois havia chovido no local pouco antes e isso acabou criando grandes poças de água e lama pelo campo. Essa situação dificultou um tanto o jogo, principalmente para o time dos alunos, já que o time dos indígenas

já estava acostumado com esse campo, pois a bola ficava frequentemente parada nas poças, além das inúmeras quedas e escorregões das pessoas que participavam do jogo.

Após alguns minutos de partida, a marcação realizada pelos nossos jogadores começou a ficar comprometida pelo esgotamento físico e falta de fôlego dos nossos “atletas” urbanos. Isso começou a favorecer o time adversário, que possuía um preparo técnico e físico muito melhor que o nosso, além de um bom passe de bola. Dessa forma, após uns quinze minutos de partida, acabamos sofrendo o primeiro gol. Nosso time ocasionou falta simples perto da área, qual foi cobrada de forma direta com barreira; porém nossa barreira abriu uma brecha durante o chute rasteiro possibilitando o gol do adversário.

Nosso time foi para cima, tentando recuperar o resultado. Com o gol tomado, parece que ganhamos mais energia. O professor Jorge, jogando na direita, se esforçava para levar à bola ao centro da área. Mas nosso jogo parecia não ter objetividade e a impressão que tínhamos é que os guaranis estavam em toda parte para bloquear nossa passagem e interromper as jogadas que começam a ser construídas.

No início nosso time achou divertido, mesmo com a bronca dada pelo nosso Pajé/Goleiro. Após o primeiro gol começamos a ficar abatidos, possibilitando um crescimento do time adversário. Mas num contra-ataque veio o segundo gol, ao mesmo tempo que começamos a sentir a queda no rendimento. Nosso time, inicialmente alegre e confiante, passou a parecer frágil e perdido em campo. O Jogo passou a ser menos divertido para nós em campo.

Estávamos dispostos a lutar e, mesmo com grandes dificuldades e limitações técnicas, ainda assim acreditamos ter criado boas condições de gol, além de promover um trabalho considerável para o adversário. Enquanto isso, as alunas estavam ma torcida, sem nos apoiar e aparentemente apenas se regozijando com nosso sacrifício. Após o segundo gol, decidimos ir para cima num esforço desesperado em busca do empate. Sem conseguir dar um chute que levasse perigo, perdemos a bola lá na frente e antes que acabasse o primeiro tempo, num contra-ataque levamos o terceiro. O primeiro tempo acabaria em 3 x 0.

O idioma foi um dos obstáculos que enfrentamos na partida, já que o time adversário entendia claramente o que o nosso time falava dentro de campo e o nosso time não compreendia em nada o que o time da reserva falava, sendo que esses, se comunicavam o tempo todo em Guarani. Em um dado momento do jogo, reparamos que nossos adversários estavam usando em demasia a palavra “carumbé” e rindo logo em seguida, o que nos fez pensar o que seria o significado dessa palavra, depois que o jogo já havia terminado descobrimos que essa palavra guarani significava tartaruga em nosso idioma.

Durante o intervalo trocamos alguns jogadores por outros que estavam descansados e voltamos para a luta com a esperança de sair do jogo, no mínimo, com um placar que não nos envergonharia. Porém não foi o que aconteceu. A qualidade técnica caiu ainda mais. Ao decorrer do segundo tempo o fôlego curto, a falta de técnica e de entrosamento continuou dificultando um pouco as coisas. O contraste entre os enxutos e ligeiros guaranis com os tartarugas – alguns com a barriguinha de cerveja e alimentação ruim – se acentuou. Logo nos primeiros minutos do segundo tempo veio o quarto gol dos guaranis. O time tentava atacar sem objetividade e os guaranis faziam uma barreira do meio de campo que dificultava qualquer jogada que levasse perigo.

No gol, o Pajé tinha muito trabalho no gol para segurar os ataques dos guaranis. Logo veio o 5 x0. Enfurecido, o Pajé reclamava da qualidade do seu plantel, aparentemente arrependido de estar jogando no time dos xondaros juruás (“guerreiros brancos”). Sem dó, fizeram o 6x0 no time desnortado. Nosso time contou com o reforço de um índio com nome do famoso atacante alemão. Seria ele que faria o único gol, aliviando sensivelmente a goleada.

Com o jogo em “6 X 1”; estávamos felizes com o resultado, o time estava retraído para evitar mais gols, No entanto, o time adversário não estava satisfeito. Os guaranis continuaram pressionando, até que após uma sequência de passes e dribles, o placar é fechado com mais um gol, decretando a nossa derrota em “7 X 1”. Placar que nos fez lembrar amargamente a vitória da Alemanha sobre o Brasil na final da Copa do Mundo de 2014.

Depois do fim do jogo, cumprimos nossa parte com o pagamento da aposta. Mas não sem alegria e alguma satisfação, tendo em vista uma oportunidade ímpar em nossas vidas, consideradas inesquecíveis nos dizeres de vários integrantes do nosso grupo.

Consideramos extremamente valiosa e importante o desenvolvimento dessa atividade, pois a integração e a harmonia com que as coisas aconteciam eram visíveis a todos. É evidente que nossa turma foi “adotada” pela comunidade indígena, sendo claro a alegria, a atenção, o carinho e o respeito que os mesmos nos dedicavam.

4.3.3 Danças e rituais na Casa de Reza

4.3.3.1 Casa de Reza

Durante o encontro tivemos alguns momentos dentro na casa de reza, dentre eles duas noites onde foi possível participar das danças e rituais que ali são praticados todas as noites pelos Guarani. A visão externa da casa de reza é um espaço com paredes de madeira encaixadas horizontalmente, e teto de folhas de palmeira. Já internamente é possível encontrar dentro da casa um ambiente calmo de chão de areia, uma fogueira em brasas e um simples altar com instrumentos musicais, cachimbos, cocar e colares.

4.3.3.2 Rituais

Os rituais Guaranis, assim como os que participamos na casa de reza assemelham-se a religião, apesar de terem características próprias, há alguns resquícios muito parecidos com a prática religiosa de outras culturas.

[...] não são menos respeitáveis do que as outras. Elas respondem às mesmas necessidades, desempenham o mesmo papel, dependem das mesmas causas; portanto

podem perfeitamente servir para manifestar a natureza da vida religiosa (Durkheim, 1989).

As atividades religiosas guarani são frequentes, com práticas de cânticos, rezas e danças e dependendo da localidade e circunstância são realizadas diariamente, inicia-se ao cair da noite e prolongando-se por várias horas. Os rituais são conduzidos pelo líder espiritual, no caso Guarani o pajé, e em alguns momentos a condução é feita pelo índio escolhido para ser o futuro pajé, quando este precisar ser substituído devido a sua morte.

Tivemos a oportunidade de sermos convidados a participar do ritual, fomos convidados para tanto, num momento em que estes eram constantes, devido a apreensão em relação a implementação da PEC 215 (Projeto de Emenda Constitucional).



Na casa de reza

Grande parte do ritual foi feito no idioma Guarani, ao final o Cacique Mariano, no explicou o ritual e o que foi dito neste. O ritual é para pedir proteção a nhãnderu (significa nosso pai em Guarani), e forças para enfrentar a PEC 2015 e continuar lutando por sua cultura e suas crenças, para ter forças para continuarem resistindo.



Na casa de reza

O ritual possui características próximas aos rituais religiosos de outras culturas, como a católica por exemplo, onde há um silêncio para ouvir o que o Pajé tem a dizer, há cânticos. Um ambiente descontraído, com a presença de crianças e adolescentes, homens e mulheres. Há o uso do cachimbo, entende-se que o mesmo é uma ferramenta de purificação dos maus espíritos. Há dança e gestualidade, com passos simples, mas firmes, mas que transmitem uma potencialidade e uma veracidade que impressiona.

Inicialmente entramos e sentamos separadamente na casa de rezas, mulheres de um lado e homens de outro. O Pajé utilizou o cachimbo para purificar os objetos do “altar”, sendo esses instrumentos musicais como violões e outros de percussão, alguns pertences que ali são deixados por visitantes ou indígenas. O Pajé purifica a casa como um todo utilizando o cachimbo, que também é compartilhado entre eles, há presença de alguns cachimbos que são queimados com auxílio da brasa da fogueira e usados por adolescentes e adultos, homens e mulheres.

A música na casa de reza é algo muito presente, geralmente o Pajé toca o violão apenas com a batida, pois os Guarani não usam as notas feitas no braço do violão, eles tem uma afinação própria do instrumento, e a música quase sempre é composta por poucos versos que são repetidos. É possível perceber de forma explícita que há uma divisão de gênero dentro da casa de reza, na música principalmente. As mulheres por sua vez tocam uma percussão feita por bambu, com cerca de 1/1,5 metro para baterem constantemente no chão de areia, o que faz um som incrível, junto a isso elas fazem um jogo de vozes em coral. Os homens são os responsáveis por tocarem os tambores e chocalhos no ritual, e algumas vezes acompanham o Pajé na cantoria. A música é feita entre algumas falas de gratidão conduzidas pelo Pajé, e sempre reforçadas com a palavra “anhentecu” pelos indígenas presentes, que significa algo próximo a expressão é verdade.

A segunda experiência na casa de reza estávamos mais em sintonia com o ambiente, o que permitiu o convite pelo Pajé para participarmos das danças e cânticos, nos ensinou como fazem e repetimos depois, um momento mágico de interação que transmitiu uma força, uma energia que erradia e consome.

4.3.4 Danças

Junto as mulheres e a Parapoty (Jucimara em português), filha do Pajé aprendemos algumas danças e gestos que as mulheres praticam, danças que incluem rodas, com gestos que tínhamos que pular a corda quando ela passava por nós. A dança resumia-se basicamente e darmos as mãos e quem estava atrás passava para frente e quem estava na frente para trás.

Inicialmente causou certa confusão de nossa parte, até que conseguimos acertar os passos e fizemos uma festa.



Foto: Dança das mulheres indígenas Guarani compartilhada com as estudantes

Havíamos comentado entre nós mesmas que sentimos certa distância do contato com as mulheres, não havia uma participação direta com elas, malmente a víamos, a não ser nos rituais. Esse tempo de aprendizados de danças e gestos repetidos nos rituais foram importantes para essa aproximação.

Quem quer que procure conhecer em suas próprias aldeias os índios Guarani da atualidade, não deixa de perceber desde logo que certos domínios de sua cultura se apresentam inteiramente abertos a influências estranhas, ao passo que em outros é extraordinariamente forte o apego aos padrões tradicionais (SCHADEN, 1974, p. 11).

Percebemos essa abertura e recepção a todos que saibam valorizar sua cultura e tradições. O fato de termos a oportunidade de participar do ritual, de entrar na casa de rezas e sermos muito bem recebido, foi cativante e emocionante.

Um gesto que chama atenção é a participação das crianças nos ritos, nas danças, nos cânticos. Lembro-me da pequena Giovana, nos corrigindo: “não é assim que se dança, é assim...” e todos olhando para seus pequenos pés e a imitando desconexos e sem ritmo.

A transmissão dos mitos pela dança e pelo canto não refere nem nomeia coisas visíveis, como a linguagem verbal faz, mas aponta uma força para o não verbalizável; atravessa certas redes defensivas que a consciência e a linguagem centralizada opõem à sua ação e toca pontos de ligação efetivos do mental e do corporal, do intelectual e do afetivo, isto é, da corporeidade (MOURA, 2005, p. 26).

É visível a importância e valorização dos rituais para os Guaranis, que seguem as tradições, há respeito e valorização por cada gesto, etapa, cântico dos rituais, as danças, cânticos, a participação das mulheres e crianças, tem sua importância e valor.

4.3.5 Atividades com as mulheres

Existe uma grande dificuldade de discutir sobre gênero em comunidades indígenas, pois há um vazio na literatura que pode reforçar alguns equívocos. Para Carneiro (2003, p. 119) as especificidades de alguns grupos requer uma análise mais cuidadosa, onde os grupos de mulheres indígenas e grupos de mulheres negras, por exemplo, possuem demandas específicas que, essencialmente, não podem ser tratadas, exclusivamente, sob a rubrica da questão de gênero se esta não levar em conta as especificidades que definem o ser mulher neste e naquele caso. Essas óticas particulares vêm exigindo, paulatinamente, práticas igualmente diversas que ampliem a concepção e o protagonismo feminista na sociedade brasileira, salvaguardando as especificidades.

Logo após o massacre sofrido pelos Juruás no futebol, o grupo decidiu ir tomar banho nos rios dentro da reserva, porém alguns integrantes que não participaram do futebol ficaram na aldeia, sendo a maioria destes as integrantes mulheres do grupo, então, as indígenas mulheres e crianças nos ofereceram ótimos momentos de descontração e felicidade, elas nos mostraram diversas atividades e brincadeiras que costumam realizar em seu dia a dia, interagimos com elas através de dança, luta e esporte.

A dança foi muito divertida, através de trabalho em equipe e músicas Guarani todas nós pudemos brincar e se divertir com os passos e com as músicas que nos foram ensinados, já a luta era uma atividade em dupla, onde formamos uma rodinha de espectadoras e de duas em duas nós ajoelhávamos no chão e tentávamos derrubar a parceira, nesta brincadeira as amigas duelaram entre si e os resultados repercutiram por um tempo como fonte de descontração entre as amigas, e por fim tivemos umas partidas de futebol compostas por times somente de mulheres entre não índias e índias e um campinho de futebol improvisado ao lado da casa de reza, nestas atividades podemos perceber que as atividades recreativas dessas pessoas envolvem sempre risadas, cânticos e trabalhos em equipe, e expressam a riqueza da cultura Guarani na aldeia Rio Silveira, e a importância destas atividades interativas é notável, ao ponto que podemos viver momentos muito bons com estas pessoas, foi perceptível a ótima receptividade e disponibilidade destas mulheres e crianças em estreitar os laços entre todos.



Foto: Dança indígena com a participação das mulheres

4.3.6 O problema político da PEC 215 e PLP 227

Desde 1988 os Índios têm assegurados na constituição federal o usufruto exclusivo das terras originárias demarcadas e homologadas pelo executivo federal. Entender a Proposta de emenda Complementar 215, bem como o Projeto de Lei Parlamentar 227 exige compreender o que diz estritamente os dispostos nos artigos 231 (acerca dos Índios) e o artigo 49 (sobre competências exclusivas do congresso), não obstante os interesses que estão por trás dessa afronta aos direitos indígenas.

Primeiro o artigo 231 diz que as terras que tradicionalmente foram ocupadas por índios - é direito originário seu uso para manutenção de suas crenças, costumes línguas e organização social. No que se refere ao ponto direito originário a Constituição retomou uma interpretação que já existia desde 1680, na qual é preexistente a consolidação do Estado e, portanto ao provar que um lugar é tradicionalmente ocupado por uma comunidade indígena, não interessa o que se encontra sobre a área, “seja um parque florestal, seja uma propriedade particular, estes deixam de existir e a terra é devolvida à comunidade ou ao povo indígena.” (CARTILHA, CIMI).

Outro ponto relevante citado no artigo é que são nulos “a exploração das riquezas naturais do solo, dos rios e dos lagos nela existente” e o parágrafo 7º reafirma isso colocando que “não se aplica às terras indígenas o disposto no art. 174, §§ 3º e 4º que trata dos dispositivos que o Estado tem que dar para favorecer as atividades garimpeiras.

O segundo artigo a ser destacado é o 49 referente à competência do legislativo onde entre inúmeras funções a principal segue legislar, isto é, fazer as leis e não executa-las. Posto isso, torna-se possível elucidar sobre a PEC 215 e o PLP 227.

A PEC 215 consiste em transferir para o legislativo a atribuição de demarcação de terras, assim como revisar a já demarcadas pelo executivo, atualmente a demarcação que é apenas o reconhecimento do direito já reconhecido pela constituição é realizada pela união e

reconhecida pela FUNAI (Fundação Nacional do Índio) que por meio de estudos antropológicos e históricos aquela terra era tradicionalmente ocupada pelos Índios, então com a aprovação da proposta de emenda a decisão passaria para o congresso nacional, ou seja, ficaria na mão dos senadores e deputados que nos dias de hoje sofre grande lobby no financiamento de suas campanhas por fazendeiros (latifundiários) e donos de empresas mineradoras. Além disso, o congresso não possui “corpo técnico, pessoas habilitadas para fazer estudos antropológicos, etno-históricos, ambientais e cartográficos necessário para reconhecer o direito indígena sobre as terras.” (CIMI).

No que tange a Proposta de lei complementar 227 incide também o artigo 231 onde pretende criar a lei complementar estabelecer exceções ao direito de uso exclusivo dos indígenas das terras tradicionais, em caso de relevante proveito público da União. Dentre as ditas particularidades está à utilização dos territórios indígenas por agricultores, empresas de mineração, e também a construção de empreendimentos próximos aos interesses das esferas de governo – federal estadual e municipal.

Se os interesses do congresso fosse de fato proteger os direitos Índios, porque não aprovam o novo Estatuto dos Povos Indígena estagnado na câmara dos deputados há 21 ano - desde 1994. Além disso, um dos principais argumentos que norteia a redução das terras indígenas é de que os índios possuem muita terra, visto que, atualmente há 800 mil índios em todo território brasileiro e mais de 300 etnias, entretanto os mesmo não questionam a grande quantidade de latifúndios improdutivos e desertos que há pelo país. A provocação é para nos fazer refletir a insistência de 15 anos de tentativas de aprovar a emenda, é nesse jogo de arquivar e desarquivar a PEC que o congresso fica ano a ano.

4.3.6.1 A importância das terras indígenas

As diferenças entre as culturas só podem ser consideradas saudáveis em um estado democrático, onde não há combate ou desmerecimento de uma ou das demais culturas. Portanto, o debate aqui apresentado não apenas se faz necessário pelo contexto político atual,

como pode ajudar no reconhecimento de erros históricos cometidos contra os povos indígenas no Brasil.

O valor atribuído à terra ou à propriedade é diferente em cada cultura. Essa reflexão é necessária para o entendimento da problemática das terras indígenas.

Até a Constituição Federal de 1988, o índio era considerado um estado transitório, concebendo seu estilo de vida inferior, e que com o tempo eles seriam assimilados à "sociedade brasileira". Essa visão caiu por terra oficialmente apenas no artigo 231 da CF/88:

Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens (Constituição Federal, 1988).

A partir desse artigo, o Estado Brasileiro finalmente reconhece o índio e sua cultura como independentes, assim como o direito de posse de suas terras, e afirma o índio como detentor original das terras brasileiras, atribuindo nos demais parágrafos desse mesmo artigo o caráter permanente de suas terras, a impossibilidade de realização de garimpo, mineração e outras atividades sem que sejam devidamente consultadas. Ao Estado Brasileiro fica o dever de demarcá-las, protegê-las e respeitá-las.

A relação do indígena com a sua terra difere muito da relação do homem branco, e que varia de acordo com a etnia. O direito à terra é essencial aos direitos indígenas, pois é a partir dela que se a cultura e seu modo de vida se reproduz. A relação do índio com a terra faz parte dos valores indígenas. Vale lembrar, que esses direitos a todos os povos indígenas, seja ele mais ou menos selvático, seja mais ou menos auto-suficiente, tenha pouco ou bastante contato com a sociedade branca. A proteção aos recursos ambientais, essenciais às suas atividades produtivas também são asseguradas pelo parágrafo 1º do Art. 231 (Constituição Nacional, 1988). Apesar da Constituição Federal de 1988 dar um passo importante em relação à questão do direito indígena, Gallois (2004) aponta que as existem sobreposições nas definições da constituição no que tange “terras ocupadas em caráter permanente”, “terras utilizadas para

atividades produtivas”, “terras imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural” (Gallois, 2004 p. 41), o que, varia entre as diferentes etnias, pode levar a um reducionismo da complexa territorialidade indígena, considerando-o apenas a partir do espaço usado para a produção e para a subsistência.

Portanto, a preservação da cultura indígena passa necessariamente por uma garantia de sua terra, que vem sendo ameaçada pela PEC215. A garantia de terra aos seus tradicionais senhores, os indígenas como reconhece a Constituição, é garantir que interesses econômicos não se sobreponham à cultura indígena, tão espoliada por tanto tempo, como diversos casos de conflitos pelo uso do solo envolvendo a mineração, a agropecuária e o desmatamento.

Atualmente, são cerca de 460 territórios indígenas (TI) no Brasil, ocupando cerca de 12,2% do território nacional, segundo dados da Funai (2015). A maior parte desses 462 TI se localizam na região amazônica, porém a maior quantidade de indígenas se localiza fora de lá. Fora da Amazônia, segundo a Funai, geralmente as porções de terra são diminutas e esparsas, o que impede um modo de vida digno para um indígena, e isso se deve aos intensos processos de desenvolvimento econômico na região sudeste e centro-oeste.

4.4 Relatos e percepções individuais da convivência

A seguir, apresentaremos os relatos e percepções dos alunos que participaram desta viagem didática, de forma a compreendermos o impacto que esta experiência trouxe para cada um.



Fogueira sob o luar: tempo de descanso e confraternização

4.4.1 Aline F. S. Guarizo

A oportunidade da experiência na comunidade Guarani - Rio Silveiras foi algo único e enriquecedor, estar ali em três dias de imersão me proporcionou um grande conhecimento e sensibilização com outra realidade, ainda que diferente, Rio Silveiras é uma comunidade que esta muito próxima não só em relação a territorialidade, mas também pelo reconhecimento em pequenas ações e sentimentos que nos tornam tão próximos.

No primeiro dia da vivência os sentimentos eram de curiosidade, pois logo na chegada a aldeia e ao local de nosso acampamento o clima era acolhedor, crianças brincando em árvores, o belo artesanato exposto, o sorriso de boas vindas do Pajé, a música e a língua Guarani presente na comunicação entre as/os indígenas, pois logo estava a concretizar a vontade de conhecer as peculiaridades do que antes havia estudado apenas em alguns artigos e vídeos.

Não demorou muito pra perceber o quão acolhedor era cada uma/um, que se aproximavam com disposição e abertura para a troca e compartilhamento, algo característico principalmente das crianças e de alguns adolescentes.

A reserva compõe um rico local de Mata Atlântica, tanto pela biodiversidade que abriga numa paisagem de palmeiras juçara, samambaia Açú, helicônias, orquídeas e bromélias que estão entre o recorte de um paredão da serra do mar de rocha exposta e coberta por vegetação, de onde escorrem por suas entranças doces rios cristalinos que seguem em direção ao mar, que esta muito próximo a reserva, porém sua delimitação institucional sustentada por uma decisão política de interesse separa a área da reserva a cerca de 3 km do oceano, sendo essa diferença ocupada por casas e rodovia.

No final do dia de longe se ouvia a propagação no ar de um estalo que vinha do chicote manuseado por alguns índios onde segundo eles era para espantar maus espíritos, e depois a experiência foi na casa de reza, quanto entrei senti um clima diferente onde as pessoas estavam em sintonia, em silêncio enquanto o Pajé repetia algumas falas de gratidão e proteção em Guarani para Nhanderu. A música feita na casa de reza foi algo impressionante, principalmente pelo tom agudo e diferenciado que o coral de índias faziam ao mesmo tempo em que batiam firmemente com o bambu no chão.

A noite na reserva era tranquila com silêncio que só dava espaço ao som das ondas do mar e aos cantos de sapos e pererecas, com o céu estralado e iluminado pela lua.

No segundo dia a atividade era de plantio em um local escolhido pelo Pajé, onde durante alguns momentos de caminhada foi possível perguntar sobre como eles fazem o manejo da palmeira juçara, espécie ameaçada de extinção que tem uma função muito importante para a mata atlântica, que segundo o Pajé a comunidade só faz a extração do palmito e vende a beira da rodovia junto aos artesanatos, e que já tiveram iniciativas de trabalharem com o fruto que é pouco explorado e sustentável uma vez que com a sua extração a árvore continua viva, porém essa atividade não foi internalizada pela comunidade, isso mostra o quanto eles estão limitados e rendidos nesse sistema de convivência com os não índios, que para se adequarem a sobrevivência acabam “prostituído” suas artes e seus recursos.

Durante a caminhada na reserva e plantio de algumas espécies no local onde será um futuro aldeamento houve um momento de troca com o Pajé onde perguntamos sobre algumas de nossas curiosidades, lembro que ao ser questionado sobre a morte o Pajé com muita tranquilidade nos explicou que isso é algo normal para eles, que entendem que cada um tem um papel e quando cumpri esse papel é o momento de partida, mas que sempre os índios mortos terão um novo regresso através da reencarnação em outro índio que nascerá, contou também que é possível saber quando um bebe nasce se ele tem espírito velho de outras vidas ou não.

No terceiro dia já me sentia mais familiar do lugar e das pessoas, tanto com a turma da EACH quanto com as índias e índios, o que permitiu com que eu me entregasse mais as amizades que estava criando, e me disponibilizei inteiramente para cativar as crianças através das brincadeiras propostas por elas e por nós, e foi nesse dia também que junto a algumas amigas sentimos falta e necessidade de contato com as mulheres indígenas, que estavam por perto porém sempre ocupadas com atividades de suas rotinas, foi então que convidamos a jovem Parapoty (Jucimara) a jogar futebol com nós mulheres, no início não conseguimos formar os times e ficamos ali perto da casa de reza onde desenvolvemos algumas atividade de dança, luta e um amistoso futebol. Este dia foi completamente preenchido por sorrisos e olhares de carinho, e então eu me dei conta que ali eu tinha encontrada lindas guerreiras e todas as gerações, uma força que dá espaço a bondade e empatia, gestos que pouco encontramos na cidade.

A noite regressamos a casa de reza, e fomos convidados a participar de forma mais ativa nos rituais de canto e dança, momento mágico que me trouxe uma tomada de consciência que se externalizava em lágrimas devido ao processo delicado dessas comunidades que em toda estória sofrem com o genocídio de seu povo, mas no mesmo momento eu era resgatada pelas vozes das mulheres que me faziam sorrir devido ao canto, uma das composições mais linda que já ouvi. Durante essa noite a Jaxuca (Franciele) estava perto a todo momento e nos orientava muito sobre as nossas perguntas e curiosidades.

Todo esse aprendizado foi incrível, acrescentou muito em meu ser que de lá saiu outra pessoa, melhor e revigorada. Os elos criados nesse encontro mostra que esse foi só o começo de uma jornada entre as alunas e alunos da EACH que participaram dessa experiência e que agora se sentem responsáveis em continuar com as trocas de aprendizado, além de fortalecerem a luta e resistência Guarani para além das delimitações da reserva.

4.4.2 Andressa Maciel



Desde a minha primeira visita à Aldeia, também com o professor Jorge, na disciplina Sociedade, Multiculturalismo e Direitos (SMD), o que mais me cativou foi a alegria das crianças. Elas são criadas com liberdade e são muito espertas, além de possuírem uma capacidade de aprender facilmente.

Em todas as atividades que realizamos em grupo, sempre tinha um momento em que algum índio começava a contar sobre diversos aspectos de sua cultura. Em uma dessas atividades, quando fizemos a trilha para chegar ao local onde realizamos a plantação, o pajé, sentado na grama e fumando o cachimbo pôs-se a falar sobre as relações afetivas da aldeia. Ele que (se não me engano), já havia tido aproximadamente quatro mulheres, disse que a separação dos casais é tolerada e aceita, e que mesmo separados eles mantem uma boa relação um com o outro. Nunca houve casos de brigas entre ex-marido e ex-esposa, como frequentemente acontece nas cidades grandes, pois eles prezam pela harmonia, assim como pensam sempre

nos filhos em que tiveram, que unem um casal eternamente. Quanto às crianças, após a separação, os filhos sempre ficam com a mãe, não havendo escolha por parte de ambos.

Quanto à questão de gênero, ficou fácil perceber a grande distinção feita entre homens e mulheres, pois quase tudo é feito de forma separada. No momento da reza as danças e os instrumentos tocados são diferentes. As mulheres utilizam o bambu e os homens fazem uso do chocalho e tambor para compor os cantos.

Houve um momento em que nosso grupo estava dançando dentro da casa de reza enquanto tocava música e o pajé fazia as pinturas. Fizemos uma única roda onde homens e mulheres dançavam misturados, lado a lado. Até que o pajé se dirigiu a nós e nos instruiu a formarmos duas fileiras paralelas, uma das mulheres e outra dos homens. Ele então nos ensinou como deveríamos dançar, sendo o movimento dos pés diferentes os homens das mulheres. Outro aspecto que difere são as pinturas corporais, pois as mulheres não podem fazer a mesma pintura que os homens e vice-versa. O que não ficou claro foi se o homem pode ou não fazer pintura na mulher ou o contrário. Quando perguntei ao Mariano sobre isso ele disse que não há distinção quanto a quem pinta quem, porém o pajé não pintou nenhuma de nós mulheres e deu preferência aos homens.

Dentre os vários momentos incríveis durante a vivência, um dos mais marcantes foram os momentos que passamos na casa de reza, pois aquele ambiente nos transmite uma energia inexplicável, nos fazia ter momentos de reflexão sobre tudo o que estávamos vivendo naquele momento, sobre nós mesmos, sobre o real significado da felicidade e sobre nosso próprio estilo de vida.

Além de tudo, a possibilidade de ouvir as histórias diretamente dos índios, que lutam pelo seu povo, pelos seus direitos, me fez perceber realmente que a luta do outro também é minha, que devemos agir coletivamente, uns pelos outros, não somente com relação à PEC 215 (que foi a mais citada), mas perante a toda injustiça com os cidadãos. Eu entendi que somos todos índios, somos todos humanos!

Por fim, o sentimento que traduz todos esses momentos é o sentimento de gratidão, a todos do grupo e principalmente da Aldeia, que nos receberam tão bem, proporcionando esta vivência incrível.

4.4.2 Augusto Amado



Grupo posa para foto contra a PEC. Augusto é o segundo da segunda (de barba)

A aldeia Rio Silveira, da tribo Guarani recebeu alunos da EACH-USP duas vezes nesse ano. A primeira, em abril, foi apenas uma visita de um dia, em que pudemos ver algumas apresentações características da tribo e que são comumente feitas em evento turísticos, como a competição de arco e flecha. Neste semestre, a fim de se aprofundar nessa vivencia, e idealizado pelo professor Jorge Machado, no início do mês de novembro aconteceu a segunda parte dessa imersão, com duração de três dias. Para tanto, tivemos maior tempo e dedicação aos preparativos dessa viagem para todos os alunos, e com algum conhecimento acumulado

sobre o local, a ideia era fazer um intercambio cultural, trocando saberes e experiências, e fortalecendo os vínculos com aquele povo indígena. Levamos, o que consideramos relevante, já que já conhecíamos algo sobre as necessidades daquele povo e as coisas boas que gostaríamos de apresentar, e assim sendo levamos ferramentas, mudas e sementes, para auxiliar na produção agrícola que não era das melhores, assim como histórias, brincadeiras da nossa cultura. Em troca, pudemos conhecer de forma bem mais profunda seus rituais de reza, algumas trilhas dentro da floresta, seus valores e muitas coisas que não seria possível descrever. Uma vez instalados, fomos recebidos pelo Pajé Carai e pelo Cacique Taruan e outras pessoas, mas de forma geral eram nessas pessoas as nossas referências.

Todas as minhas expectativas foram surpreendidas. Mas não por falta de estudo, ou por desconsiderar conscientemente a cultura indígena, mas porque meu contato com essa imensidão tinha sido nulo até então. Seus valores, sua rotina, o seu dia-a-dia.

Das coisas mais relevantes a se deixar registrado sobre essa experiência, foi a importância da vivência de campo na educação, tanto no nível superior como no fundamental e médio. O contato real e cuidadoso com qualquer cultura diferente é muito estimulante, enriquecedor, além de trazer sentido às exaustivas horas de sala de aula. Também me ficou claro, o vácuo cultural na nossa formação sobre a cultura indígena (e sua imensa diversidade), e a importância do estreitamento desses laços, principalmente com escolas e universidades.

As diferenças culturais, mais do que informações sobre o outro, muito revela sobre nós e nossa cultura. Foi principalmente na relação com as crianças da aldeia, que para a maioria de nós, ficou claro como nós éramos os diferentes. Pude ver, enquanto alguns brincavam ou faziam oficina com as crianças, outros de nós simplesmente observavam, e observavam realmente curiosos, tentando realmente entender.

Outro ponto crucial foi a relação entre religião, trabalho e sociedade. Minha impressão sobre a relação entre esses três pilares na cultura indígena Guarani, é que em grande medida, essa relação é simbiótica, sendo praticamente impossível separar um dos demais. Vale ressaltar que faço tais observações da perspectiva que fui criado, não indígena, paulistano, cristão. A noção

de coletivo é intrínseca ao indígena, que pude notar no compartilhamento nada conflituoso dos brinquedos entre as crianças, na relação que os adultos tem com o trabalho, que me pareceu que muitas vezes estar associado ao que a aldeia mais necessita em tal momento, e algumas vezes isso se passa pela orientação do Pajé, ou do Cacique. É diametralmente oposta a relação que nos temos com o trabalho, que nos traz riqueza, conforto e satisfação a partir do individualismo da nossa cultura, do status financeiro que o seu trabalho lhe proporcionou e o quanto você é bem sucedido. Não me parece muito comum entre os indígenas esse tipo de objetivo de vida, pelo menos no que nos foi apresentado por aqueles que nos apresentaram. Não se trata de uma glamourização do índio, mas sim da firmeza dos seu valores. Na minha opinião, a religião serve como mediador entre trabalho e sociedade, atrelando uma função social ao trabalho individual, com intenção de fortalecer o coletivo para que assim, individualmente, também fique fortalecido. De forma diferente, na geração que nasceu entre os anos 80 e 90 (classe média de São Paulo), a religião é opcional, faz parte da vida espiritual, e outras definições que não necessariamente implicam em algo palpável como o intuito daquilo que você exerce como profissão. Essa percepção pode ser bastante diferente de acordo com a religião que você toma como referencia. O que quero dizer, é que a relação simbiótica entre religião, trabalho e sociedade define o indígena (guarani), resumi alguns de seus valores, a importância de confiar em Nhamderú, indica o que se deve fazer no dia-a-dia, como proceder nas dificuldades, o porquê do ser coletivo, o porquê do desapego, entre inúmeras outras possíveis interpretações.

Por fim, também acho relevante apontar algumas “falhas”. A principal crítica que devemos levar em conta, é justamente o que fiz acima: tirar conclusões sobre todo povo indígena baseadas em apenas alguns dias, com algumas pessoas de uma única tribo. É primordial reconhecer que apenas adentramos a imensidão da cultura indígena, e encantados ficamos, o que também pode prejudicar um olhar crítico e mais complexo sobre a questão. Outro ponto, também relacionado com este é o fato de vencer o encantamento com o diferente, que se estabelece naturalmente. Isso porque, obviamente, nem tudo são flores e as problemáticas tem de ser levadas em conta, de forma madura, não sendo assim nada mais fazemos senão acobertar o problema, como se ele não existisse.

Não poderia finalizar de forma diferente de um agradecimento a esta oportunidade, que abriu caminhos inexistentes, interessantes e que ajuda a atribuir sentido à formação que tivemos. Ressalto a coragem do Professor Jorge Machado, em assumir tamanha responsabilidade e realizar essa façanha que trata muitos frutos.

4.4.4 Bianca Sherika



Neste espaço dedicado a exposição de nossas percepções pessoais em relação a vivência, gostaria de escrever sobre minhas reflexões pessoais. Absolutamente, toda a experiência foi maravilhosa, desde estar dentro de uma aldeia indígena, de levar doações de matérias que eles

necessitam, realizar atividades recreativas e construtivas que além de ajudar a aldeia, cria laços afetivos entres todos e também de poder participar de diversos rituais cotidianos da comunidade intimamente, o conjunto de todas as ações e reações durante essa vivência me trouxe muita reflexão pessoal sobre as relações interpessoais, sobre a sociedade e os diversos estilos de vida.

Todos os momentos dentro da casa de reza me trouxeram muita paz, e a partir disso em minhas reflexões ocorreram vários quebras dos meus paradigmas pessoais, também das minhas visões enraizadas sobre as essências individuais e coletivas humanas, e reflexões que trouxeram ajustes aos conceitos espirituais e materiais anteriormente imutáveis pessoais. Através da observação e ponderação das interações pessoais dos índios entre si, deles com os não índios e deles com todo o meio ambiente ao redor, pude perceber as diferenças marcantes entre os Índios e os Juruás, como o tratamento da natureza, o respeito para com os outros seres vivos que vivem ao nosso redor, vi que aquelas pessoas tem consciência e conhecimento que fazem parte do mesmo ecossistema, respeitando assim seus limites naturais. A partir disto apliquei este estilo de vida em mim mesma e como eu sou um ser humano que faz parte desse ecossistema e como posso mudar meus hábitos, e minha vida para me aproximar desses costumes e me sentir parte do todo, defini que a partir disto, poderei lentamente completar meu ser com felicidade espiritual plena e constante.

Dentre minhas observações nas relações pessoais da comunidade, percebi o quão é diferente o modo de criação e educação das crianças, lá elas são mais independentes do que as crianças não índias, as mães e pais índios agem de forma a deixar seus filhos aprenderem diversas coisas sozinhos em contato com a externalidades, ensinando os conceitos básicos de bom ou ruim, de certo e errado a partir dos preceitos de Nhanderu, entretanto nas crianças não índias vemos diferentes comportamentos, mas na grande maioria elas são protegidas ao extremo pelos familiares, trazendo certa dependência destas, e a partir destas reflexões trouxe comigo pensamentos sobre como devo mudar meu comportamento e minhas ações em criar em educar meu próprio filho.

Por fim, cheguei a aldeia com o coração e mente abertos para receber todas as experiências espirituais e sentimentais possíveis, e sai dela me sentindo realmente preenchida, esta viagem

trouxe muitas mudanças internas, imagino que para todos os envolvidos, porém em diferentes intensidades.

4.4.5 Bruno da Mata Farias

A experiência na aldeia do Rio Silveira em Bertioga-SP foi marcada pela troca de saberes de dois mundos separados pelo processo de colonização e dizimação dos povos indígenas no Brasil e em toda América Latina. O acultramento, marcado pelo etnocentrismo europeu excluiu os saberes dos povos da floresta da formação acadêmica. E não apenas esse, mas todo o tipo de saber popular, passado de distintas formas através de gerações e gerações.

Dentro das universidades a construção do saber científico foi marcada, pelo que fosse viável ao mercado. Por um tipo de desenvolvimento que priorizasse o liberalismo econômico, e no sentido de valores, foi pautado pelo excessivo individualismo, que colocou o sujeito homem no centro do mundo.

Essa disciplina foi importante para desconstruir a visão tradicional de transmissão de conhecimento, marcado por apenas dois sujeitos que atuam em dois papéis, um como professor e todos os outros como alunos.

Durante as preparações da vivência, as aulas teóricas foram marcadas por muita espontaneidade de todos que iriam para viagem. E isso foi perceptível nas discussões, na proposta de oficinas, nas divisões de trabalhos por comissões, na construção do trabalho final.

Os textos foram elementares, para nos colocar como observadores, na tentativa de eliminar nosso etnocentrismo, marcado pela visão daquilo que achamos e acreditamos ser o certo e correto no mundo.

O professor deixou livre para que pudéssemos pautar o que iríamos fazer. Não queríamos que fosse, apenas para receber informações dos Guaranis, mas queríamos que fosse uma experiência de simbiose, entre nós e eles, povos da mata.

Os vídeos passados durante as aulas também puderam ajudar a compreender a luta pela demarcação dos territórios indígenas no Brasil, que também não exclui a luta dos camponeses, pelo direito a terra.

No embarque, carregando as malas, contendo os livros de doações, as roupas e as mudas que iríamos plantar o clima da viagem já era o tempo todo amistoso e de cooperação entre os colegas.

Chegando à aldeia percebemos o quanto éramos novidade, pela quantidade de pessoas e pelo excesso de bagagem que carregávamos. Os olhares das crianças eram de grande curiosidade, ficavam próximos o tempo todo, fazendo brincadeiras enquanto guardávamos nossas coisas.

Assim que chegamos e arrumamos nossas malas, já fomos tomar banho no rio em meio à natureza. Uma experiência coletiva que nos fortificou, dando a força para os próximos dias que passaríamos juntos.

Com certeza os espaços que aconteceram dentro da casa de reza foram os que mais marcaram todos nós, de todos os elementos, a casa de reza é onde está a raiz dos indígenas dentro da aldeia. É o espaço do sagrado, marcado pelo pela divisão sexual, aonde homens sentam de um lado e mulheres de outro. É um espaço de organização político e social também, aonde acontecem reuniões para definir prioridades e trabalhos.

O pajé nos acolheu com muito carinho, e o tempo todo o tratamos com muito respeito, tentando nos aproximar o máximo, acredito que muitos de nós vencemos barreiras etnocêntricas, marcadas pelo cristianismo institucional. E percebemos que podemos sim respeitar e ousar conhecer o outro na sua fé e na sua ancestralidade. Emocionamo-nos muito, nos despomos de muitos preconceitos.

O cacique que o tempo todo nos acompanhou, fazia nossa guarda, ou deixava guerreiros próximos a nós a noite e durante todas as atividades. Era sorridente, muito contente com a vida e muito articulado com outros povos, que passam maiores dificuldades, contou-nos sobre a situação dos Guaranis-kaiowá no Mato Grosso que ele pode tão bem acompanhar.

Enfim essa disciplina colocou no centro do debate a importância da formação acadêmica para libertação e emancipação social, na importância de construir saberes em conjunto. Porque quando a acadêmica coloca como primordial as questões sociais, os alunos constrói empatia, porque se identifica e a alteridade é exercida. E nesse sentido devemos pensar num tipo de educação que trabalhe na construção de uma sociedade aonde as pessoas possam se autodeterminar, possam ter autonomia, se colocar no lugar do outro e exercer a solidariedade.

4.4.6 Cauã Nascimento Renna Messinetti



A oportunidade de participar de uma experiência como esta sempre me empolgou em todos os aspectos, sentia a necessidade de se conhecer e fazer parte, mesmo que em um pequeno espaço de tempo, desse modo de se viver indígena. Acredito que os índios são os brasileiros, de fato, donos por merecimento da terra que sempre tiveram uma relação de harmonia, com preocupação real preservá-la.

Essa matéria oferecia essa oportunidade por isso desde o começo já esperava muito da experiência. Após os primeiros encontros e a familiarização com a proposta, bem como o conhecimento do grupo, essa expectativa apenas aumentou, me vi num grupo que buscava algumas experiências como a minha e que tinha algumas preocupações como as que eu tinha também, me senti muito contemplado e parte daquele grupo.

Isso impulsionou ainda mais minha vontade de fazer tudo ser mágico, doando tudo aquilo que acreditava com pessoas ao meu lado que fizeram o mesmo. Na elaboração das atividades propostas foi me encantando cada vez mais pela oportunidade, na maneira como cada um contribuiu com o que sabia ou queria fazer parte, na intenção de cada um, ao seu modo, dar o seu melhor. No dia da viagem me senti energizado, cheguei ao ônibus e percebi que todos estavam felizes e eufóricos para que se iniciasse o projeto tão esperado. Desde o momento que chegamos até o momento em que fomos embora fizemos parte daquela aldeia, fomos recebidos com sorrisos e timidez e saímos com lágrimas e alegria.

A situação que os índios passam hoje, com a PEC 215, havia sido discutida nos encontros antes da vivência, porém lá nos sentimos índios também e pudemos ter uma noção do que essa possível revisão das terras demarcadas indígenas representa para eles. São questões políticas que envolvem muita pressão daqueles que detêm o poder sobre aqueles que querem sobreviver com o seu modo de vida, baseado na relação harmoniosa com a terra onde sem ela toda sua cultura se perderia. Então para eles, trata-se de vida ou morte.

Viver as experiências que vivemos, escutar o que escutamos com a emoção de cada momento é uma experiência que todos deveriam passar, para poder exercer a empatia e ao menos tentar entender essa situação.

Realizei um sonho com essa vivência, fiz amigos, descobri coisas que nunca imaginei, participei de rituais que me mostraram o quão intensa é a vida de cada índio, o quanto a relação com a terra é a vida deles e o quanto isso não é diferente de nós, juruás.

Vivemos numa sociedade urbana onde a necessidade dos frutos que a terra nos fornece é plastificada, industrializada, segregada socialmente e nos vendida como natural. Ao passo que os valores espirituais da terra vividos pelos índios se tornaram valores comerciais para todos nós.

Dessa experiência o que levo são indagações sobre qual mundo que eu quero que minha filha cresça, qual realidade eu quero tornar real e o que eu faço para que isso aconteça.

Agradeço primeiramente aos índios da Aldeia Rio Silveiras, pela recepção, pelos sorrisos, pelo amor e hospitalidade com a qual fomos recebidos, agradeço também ao professor Jorge Machado e ao monitor Carlos Henrique que fizeram todo o esforço e mais um pouco para que tivéssemos essa oportunidade e por último mas não menos importante aos companheiros de viagem, aqueles que contribuíram também para que esse sonho acontecesse.

Muito Obrigado!

4.4.7 Carlos Henrique



Considero a oportunidade que tivemos como única na vida de cada integrante do grupo. Era notável a expressão de alegria e felicidade que todo o grupo carregava em seu rosto. Preparamo-nos durante um semestre inteiro para que em quatro dias, pudéssemos por em prática o que estudamos e organizamos durante todo esse tempo. As expectativas eram enormes por parte de todos. Entretanto nem na melhor das expectativas foi capaz de prever a experiência fantástica que tivemos em união.

Como monitor dessa disciplina fui abordado inúmeras vezes por alunos que, aos prantos, procuravam agradecer e mensurar o que os mesmos sentiam durante e depois da viagem. Fiquei muito emocionado com a postura de todo o nosso grupo; percebo que o sentimento de respeito e familiaridade para com os nossos irmãos indígenas era algo muito bonito de se ver.

A Aldeia Rio Silveira pode ser considerada uma das verdadeiras “*Faculdades*” da vida, pois neste local, podemos encontrar uma comunidade que realmente vive em harmonia social e política. Fomos convidados a ingressar de forma profunda em seus hábitos e costumes,

proporcionando oportunidades de conhecer e viver a harmonia que os povos indígenas sempre demonstraram ter para a nossa sociedade.

É possível notar que todos na aldeia participam das decisões importantes para eles, tendo cada oportunidade de se manifestar e opinar sobre tudo. Existem cinco grupos/lideranças na aldeia que se manifestam com muita intensidade e movimento dentro e fora da reserva; sendo essas lideranças as responsáveis finais pelas implementações do que for necessário.

É inquestionável o poder de consciência que tal cultura tem sobre preservação e uso do meio ambiente. Neste sentido toda a expedição foi marcada por inúmeros ensinamentos transmitidos, quais a todo o momento floresciam com muita simplicidade e clareza, concedidos tanto por parte de toda a comunidade indígena, mas principalmente pelo Pajé Liveis, estando sempre presente e dedicando muita atenção, carinho e alegria.

Pude ver de perto suas manifestações culturais, onde era possível aprender suas técnicas e métodos utilizados para viver em sociedade como, por exemplo, a forma com que os indígenas se organizam politicamente dentro da reserva e a forma com que esses movimentos se manifestam fora da reserva na luta pelos seus direitos. Era extremamente notável o contato e conhecimento que eles manifestavam sobre a Constituição Federal Brasileira, demonstrando claro entendimento da mesma e dos deveres que ela “deveria” assegurar aos mesmos. Percebo inclusive que o conhecimento das questões legais dessa comunidade é muito maior do que o conhecimento de uma enorme parcela da nossa sociedade. Vi diversas manifestações de respeito às leis por parte dos índios, quais demonstravam grande intimidade com a ciência de seus direitos e deveres perante a sociedade. Digo isso, pois percebi que os índios sabem o quanto o restante da população mundial esta destruindo e degradando o planeta, dessa forma eles sabem de seus deveres de, além de preservarem a natureza para a sua sobrevivência, eles também sabem e reconhecem que caso nossa sociedade continue se manifestando dessa forma, em breve não teremos mais condições de viver pacificamente. Vejo que eles cuidam da natureza por vários motivos, não só pelas suas relações espirituais, mas principalmente pela consciência de que eles devem ensinar a nossa sociedade a aprender a viver em harmonia com o meio ambiente, demonstrando a consciência de que boa parte dos recursos já foi destruída e

que, caso não mude essa situação, o fim de uma convivência “pacífica” da sociedade capitalista estará completamente comprometida.

Considero extremamente marcante o poder de resistência desse povo e de todos os outros povos indígenas espalhados pelo nosso continente; entretanto tal etnia demonstra um poder de luta e resistência diferente, pois a reserva encontra-se cercada pela sociedade que, desde sempre, vem interferindo de forma negativa em sua existência. Vejo um envolvimento político muito grande por parte das lideranças internas da aldeia, demonstrando claro conhecimento dos mecanismos legais de defesa e de seus direitos.

Fico com a impressão de que a sociedade indígena são os “Seres Humanos” que deram certo em nosso planeta. Vejo que apesar de muitos conflitos entre diferentes etnias durante a história, ainda assim, a sua maioria era completamente pacífica. Percebo que, caso a cultura indígena não seja “atrapalhada” pela cultura capitalista, os mesmos continuarão vivendo em paz em nossas florestas por outros milhares de anos. Eu sempre tive muito interesse em entender “quando” o movimento indígena começou no mundo; quando foi que seres humanos decidiram viver dentro das matas e buscarem um modo de vida diferente do que a restante da população mundial tem interesse. Entretanto entendo que tal questionamento nunca será respondido, mas uma certeza eu tenho sobre isso: Eles vivem a milhares e milhares de anos dentro das florestas e, caso não sejam incomodados, continuaram tendo condições de viverem por outros milhares de anos.

Hoje, após toda a experiência e emoções vividas nessa expedição, percebo que trago muitas coisas boas em minha vida e em meu coração. Posso perceber que, pelo exemplo dos irmãos indígenas, reconheço que sou um Ser Humano melhor; livre de vários paradigmas que foram quebrados e reformulados durante a vivência. Sinto um sentimento de grande esperança, pois por mais que várias batalhas tenham sido perdidas durante a história, ainda assim estamos dispostos a sobreviver e lutar pela permanência da cultura indígena em nosso continente.

Sou extremamente grato a Deus, ao meu professor Jorge Machado e a todos os alunos da disciplina, quais em conjunto, puderam oferecer uma das melhores experiências que essa vida já me trouxe.

Muito Obrigado!

4.4.8 Denis Moura

No momento em que cheguei ao local, iniciei a vivência com a montagem de minha barraca no acampamento que montamos ao lado da Casa de Reza. Essa foi a primeira coisa que me chamou a atenção, quando observei a construção pude fazer um paralelo entre a Casa de Reza e as igrejas católicas no mundo ocidental, visto que, nas cidades, as Igrejas Católicas costumam ficar em frente a uma praça, considerada o “marco zero”. É por meio dela que ocorrem as celebrações da aldeia e eventos sociais. Eu não estava acostumado com acampamentos, por nunca ter acampado, e demorei um pouco para dormir, por não estar acostumado com a consistência do solo. Algumas horas depois, quando descobri a melhor posição para ficar, consegui dormir normalmente.

Percebi durante a minha vivência que o tempo dos guaranis não é linear feito o nosso, e nos dias em que permaneci na aldeia perdi por várias vezes a noção do tempo, e não me preocupava com o que faria depois de realizar a atividade em que eu estava a fazer no momento. Com o pouco período de convivência já havia adquirido esse hábito durante os dias em que permaneci na aldeia. Também tive a preocupação de não cometer gafes enquanto estivesse na aldeia, e aliada à minha costumeira timidez, permaneci discreto no primeiro dia, mas, de forma gradativa, passei a interagir mais com as outras pessoas.



Ao andar quilômetros adentro em trilhas, que variavam em relação ao grau de dificuldade, para realizarmos a plantação, notei que estava em um ponto da Mata Atlântica que está preservada. O cacique Taruan havia nos dito posteriormente que 70% das áreas preservadas de Mata Atlântica estão localizadas em terras indígenas, e que se dependesse dos índios a cidade de São Paulo ficaria da mesma forma desde a sua fundação. O cacique também comentou sobre a necessidade que os não-índios possuem de modificar a natureza conforme a sua vontade. O respeito à natureza, exemplificado pelo fato de se caçar antes apenas uma vez ao ano, para preservar a espécie, e a ideia de que a natureza está acima dos seres humanos, é um contraponto a ideia dos não-índios de usufruírem dos recursos naturais até o seu esgotamento. Na conversa que tive com um dos índios, comentei que em São Paulo não temos a possibilidade que eles têm de tomar banho em um rio sem poluição.



Foto tirada na aldeia

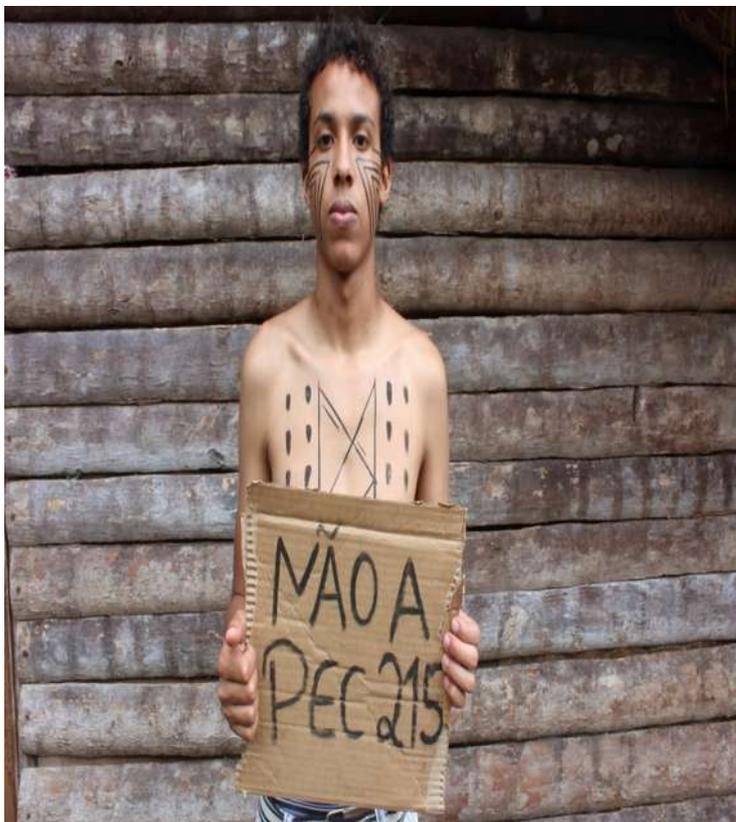
Os indígenas também adquiriram costumes dos não-índios, como o uso da Língua Portuguesa como segundo idioma, com a comunicação em português quase tão boa quanto a em guarani, e o gosto pelos esportes coletivos, sobretudo pelo futebol. A cultura de caráter coletivista que os índios possuem explica um pouco sobre a preferência pelo futebol, por se tratar de um esporte coletivo, onde se trabalha em equipe em prol de um objetivo. E a goleada que sofremos mostra o grande entrosamento que eles possuem, diferentemente de nossa equipe, que jogava de forma individual, com cada um a querer fazer o seu gol sem se preocupar com a defesa. Nos poucos minutos em que joguei, procurei ficar mais próximo do gol de minha equipe, para atuar como zagueiro, mesmo sem ter altura para tal, por ser um dos poucos da equipe que se preocupava em defender quando a maioria estava em ataque. Em um lance consegui mandar a bola para escanteio e evitar o gol do adversário, em outro não consegui fazer isso e a bola passou entre as minhas pernas, o que gerou o gol para a equipe dos guaranis. O resultado (7x1 para a equipe guarani) foi merecido, apesar de o fator campo ter sido favorável a eles.



Dançando na casa de reza

Essa experiência foi marcante para todos que tiveram essa vivência durante os dias em que permanecemos na aldeia guarani, onde tivemos contato com uma visão de mundo diferente da nossa e aprendemos a valorizar a natureza ainda mais do que já valorizávamos. Além disso, tivemos contatos com os maiores interessados no arquivamento da PEC 2015, e aprendemos mais sobre o ponto de vista deles sobre o assunto, que não é divulgado de forma plena pelos meios de comunicação. Quem passa por uma experiência como essa percebe a mudança dentro de si, pois não é possível passar por ela sem se envolver

4.4.9 Djonathan Gomes Ribeiro



Já há algum tempo tinha interesse em conhecer indígenas e conhecer melhor sua cultura, forma de vida, religião, relações sociais entre outras coisa que tornam uma sociedade tão única. Esta vivência em uma aldeia guarani foi a oportunidade que aguardava para conhecer os indígenas e sua cultura mais de perto.

Os momentos de aprendizado foram diversos, desde o observar as ações dos indígenas, o ouvir suas crenças e tradições a partir deles mesmos sentados ao redor de uma fogueira, e até mesmo do ouvir as impressões de outros membros do grupo.

Uma das coisas que chamou a atenção foi a altura da voz que utilizavam para falar um com os outros, não gritavam nem falavam alto, pois na aldeia todos se ouviam, diferentemente do que ocorre na cidade onde temos que falar alto para sermos ouvidos ou percebidos. O modo como

falavam foi compreendido ao perceber-se o sentimento de grupo e do grupo como família tido por eles, que permite aos indígenas a conhecerem uns aos outros, respeitarem uns aos outros, considerarem uns aos outros e cuidarem um dos outros, o que contribui, entre outras coisas para que ouçam uns aos outros sem que necessitem elevar a voz para tal.

Outro ponto marcante foi a sua consideração e relação para com a terra e com quem nela habita. Para os indígenas a terra pertence a Anhanderu - seu deus - e nós apenas vivemos nela, não a possuímos. Assim percebesse que tais crenças vão contra a ideia ocidental sobre a propriedade baseada em Locke, onde a terra passa a pertencer e vira propriedade privada daquele que a transforma e sobre ela realiza trabalho. Outro elemento que nos permite concluir que tal ideia "lockeana" vai contra a cultura indígena é que eles são tradicionalmente nômades, ou seja, não se estabelecem na terra por um longo período de tempo por isso não a tem como sua, deslocam-se de acordo com suas necessidades e o impacto ambiental que realizam na terra onde temporariamente se estabelecem. A partir do momento que a terra se esgota e/ou não lhes oferece meios de subsistir, estes se deslocam para outra terra em busca de suprimentos, dando a possibilidade da terra onde habitavam se recuperar, se renovar.

Assim percebe-se que a luta pela terra imposta atualmente aos indígenas pela sociedade ocidental capitalista, por meio da demarcação, obriga-os a irem contra suas próprias crenças, com objetivo de continuarem existindo. E mudam forçadamente seu próprio meio de vida transformando-os de uma sociedade tradicionalmente nômades em uma sociedades acumuladora e sedentária.

Das coisas que mais marcou está a relação dos indígenas com a contagem, divisão ou compreensão do tempo, o que me permitiu concluir através de vivências pessoais e não apenas de revisões bibliográficas que a relação de cada sociedade com o tempo é relativa a sua cultura e suas crenças. Diferentemente da sociedade ocidental capitalista regida por exercícios financeiros, produção ou economia, para os indígenas o ano novo ocorre não quando se fecha um e se inicia outro exercício financeiro ou produtivo, mas quando se inicia um novo período de reprodução na natureza, em agosto. O que demonstra o quão próximo e ligados eles estão da vida e da natureza, e quão afastados estamos dela e quão ligados estamos

a realidade virtual - a qual chamamos modernidade -, criada pelo mundo ocidental capitalista, o que gera diversas doenças psicológicas e físicas reconhecidas como sendo da modernidade como: problemas estomacais, dores de cabeça, alcoolismo, insônia, depressões, citadas pela psicóloga e professora da Faculdade de Medicina de Petrópolis, Virgínia Ferreira.

Tal percepção me faz parar para pensar com o que nós estamos realmente preocupados e se estas preocupações de fato valem a pena. Não advogo contra a modernização das relações sociais ou da sociedade, do avanço tecnológico etc., mas questiono e sugiro que pensemos qual o objetivo desta modernidade e das evoluções tecnológicas que vivemos, onde queremos chegar e o que esperamos obter com ela; questiono-me sobre onde queremos chegar com o caminho que a sociedade ocidental capitalista esta trilhando, que até hoje tem resultado em desigualdades econômicas e sociais, discriminação culturais e raciais, opressões, violência e muito sangue derramado; sobre isso os indígenas, entre outros povos, carregam em sua história vasta experiência.

No que se refere a política e a luta por seus direitos foi interessante notar de perto - não apenas na visita à aldeia, mas também na participação, impulsionada pela maior convivência com os indígenas, de um ato contra a PEC 215, que teve início na AV. Paulista no dia 11/11/2015, - a força de vontade e determinação dos indígenas em lutar por sua causa e pela defesa do território que simboliza não apenas onde vivem, mas também onde nutrem e mantem viva sua cultura (crença, língua, e relações, não apenas uns com uns outros, mas também deles com a terra). A consideração respeitosa e grata dos indígenas para com aqueles que se unem a sua causa mesmo não sendo indígenas também foi notável.

Estes são meus principais relatos sobre a convivência de quatro dias com os indígenas da aldeia rio Silveira, como também dos recentes desdobramentos da visita; ao olhar para eles refleti sobre mim mesmo, sobre minha sociedade e nosso modelo de vida, e assim foi possível aprender com eles e pensar melhor sobre os objetivos que devemos priorizar em nossas vidas e em nossos posicionamentos políticos, uma vez reconhecendo-nos como atores para inércia ou mudança política.

4.4.10 Francisca Silva Viana



A vivência na Aldeia Rio Silveira foi muito especial, além de muito enriquecedora para mim, na medida em que possibilitou a aproximação com pessoas de uma cultura tão rica e bonita como a dos Guarani. Foi a primeira vez que acampeei, confesso que foi uma experiência incrível. Inesquecível acordar bem cedo, ouvindo o som dos pássaros, abrir a “porta” e ver o Sol nascendo por detrás das palmeiras.



Um dos aspectos mais marcantes, e que eu gostaria de compartilhar, envolve a vontade e os esforços dos mais velhos da aldeia em transmitir os valores, crenças e conhecimentos acerca da cultura e língua Guarani aos mais jovens. Percebi que existe um certo medo e receio de que os mais novos “percam” os valores e tradições culturais em decorrência do contato com os não índios, pois estes podem acabar influenciando em mudanças nos hábitos e costumes dos índios, ao longo da vida escolar, devido ao com o contato direto com a nossa língua, o português, além do contato com nossos costumes.

De um modo geral, achei muito interessante o fato deles se comunicarem em português conosco – os não índios – ao passo que entre eles a comunicação é somente na língua guarani. Aparentemente todos tinham algum conhecimento do nosso idioma. Mas quando algum deles não compreendia alguma palavra da nossa língua, um indígena que entendia melhor repassava a informação na língua local.

Gostaria de deixar aqui o meu mais sincero agradecimento à todas as pessoas que fizeram parte dessa disciplina tão maravilhosa, me sinto muita honrada por ter tido a oportunidade de

cursá-la. Acredito que a vivência e as experiências práticas deveriam fazer parte de pelo menos cinquenta por cento da formação curricular de um profissional e não apenas a formação teórica. Pois isso agrega muitos valores e conhecimento. Agradeço pelas risadas, pelos “papos cabeças” nos banhos de rio, no ônibus durante a viagem de ida e volta, nas rodas de conversa. Cada um, com suas diferenças e peculiaridades, conseguiu me cativar e me proporcionar momentos inesquecíveis. Essa disciplina foi a prova de que a interdisciplinaridade do conhecimento é essencial nos mais distintos aspectos da vida moderna. Agradeço por terem compartilhado um pouco de sua história, e por terem contribuído com aprendizado que levarei por toda minha vida.



Grupo descansa no rio

4.4.11 Gabriel Marques Tonelli



A liberdade de viver bem com a natureza. Talvez este seja o principal ensinamento que a vivência na Aldeia Rio Silveira me trouxe. Liberdade esta de estar conectado com as forças naturais, compreendendo a essência da terra e interagindo com as plantas e os animais, trazendo uma relação harmoniosa de sobrevivência, subsistência e desenvolvimento.

Esta mesma liberdade, presente no espírito dos indígenas que conhecemos, é a mesma liberdade que a nossa própria sociedade não compreende. Sua essência perpassa os seres humanos, as fronteiras e as culturas, se conectando com as mais diversas redes naturais. E, talvez por esta falta de conhecimento, é que vemos Projetos de Lei como a PEC 215 (obviamente que, em casos como este, também temos interesses econômicos por trás; porém, prefiro acreditar que estes interesses surgem da ignorância e, assim, têm conserto).

A preocupação com este projeto, entre os indígenas, era visível e, tenho certeza, todos nós a incorporamos. E fizemos isto não apenas por entendermos superficialmente os males que ele pode trazer, mas sim por termos passado por uma experiência de vivência cultural, algo que nos gerou aprendizados, pensamentos e questionamentos (tanto no momento quanto no futuro). Estas reflexões surgiram durante todas as nossas atividades e, para mim, principalmente durante a ida à futura casa do Pajé Liveis. Fomos ao local através de uma trilha pela mata atlântica e por todo o trajeto pudemos interagir com eles e entre nós, algo essencial na ampliação do horizonte das nossas visões.

Outro momento importante, de reflexão pessoal, foi quando pudemos entrevistar o Cacique Taruan (disponibilizada em vídeo) e ele nos mostrou, de forma clara e simples, tudo aquilo que norteia os Guaranis. Um detalhe interessante, que ocorreu após a entrevista, foi quando perguntei da relação da tribo com os políticos. O Cacique nos disse algo que imaginávamos: “durante as eleições, todos vêm visitar a aldeia e prometem tudo; depois de eleitos, ficamos esperando as promessas...”. E continuou, dizendo como pretendia resolver este problema: “serei candidato a vereador na próxima eleição; assim, teremos a nossa voz dentro da política e poderemos ter as promessas cumpridas”.

Por fim, deixo aqui um conjunto de fotos que reforçam os meus agradecimentos a todos e que sintetizam, para mim, a essência de toda essa liberdade e reflexões: as crianças. O sorriso estampado em suas caras, as brincadeiras sempre presentes, a interação para que participássemos das brincadeiras, a liberdade com que se locomoviam, a astúcia em seus movimentos e conversas, a seriedade nas ações políticas e a inocência e respeito de não nos julgarem pela sociedade de onde viemos. E, isto tudo, ainda não resume o vigor presente nelas: elas são uma verdadeira fonte de inspiração e reflexão!

4.4.12 Leticia Cardoso



Ao invés de iniciar a discussão sobre a minha chegada e vivência na aldeia, prefiro partir da semana que antecedeu o dia 28 de outubro (data da viagem ao Rio Silveira em Bertioga). Em São Paulo, a famigerada cidade que nunca para, que nunca dorme a cidade global com seu cotidiano cosmopolita - vivia uma semana intensa de lutas relevantes a serem destacadas a meu ver: a cidade ecoava gritos de resistência das mulheres da frente o contra assédio e outros coletivos feministas que enfrentavam uma jornada de ações e atos contra o Cunha, sobremaneira contra o projeto de lei 5069 proposta pelo atual presidente da câmara dos deputados. Outro movimento que se acentuava era a luta dos secundaristas das escolas públicas estaduais, contra a proposta de reorganização das escolas, na qual previa o fechamento de 93 unidades afetando 311 mil alunos. O terceiro marco da semana eram as ações simbólicas do 26 de outubro que aconteciam em todo território brasileiro. Essa data foi definida no fórum social mundial de 2005, como Semana Nacional de Luta pelo Passe-Livre e neste ano tinha mais do que motivos para se ampliar a discussão, uma vez que, o transporte público entrou para o rol dos direitos sociais garantidos constitucionalmente. E por fim, a triste notícia do “desarquivamento” da proposta de emenda constitucional 215 (PEC 215/2000) pela comissão especial de demarcação de terras indígenas. Enfim, os dias que

anteciparam a viagem didática foram intensos, e como eu não pertenço ao mundo do blasé acompanhei todas essas movimentações. Em decorrência disso, na véspera da viagem eu chegara a casa exausta e ainda tinha que arrumar a mala, o cansaço era tanto que em questão de minutos arrumei minhas coisas ignorando a lista de recomendações pelo professor (como repelente, protetor solar, prato, e etc.).

Levanto-me no dia seguinte e seguimos viagem, que se mantém tranquila até o momento que a estrada fica difícil para o ônibus continuar e somos obrigados a retirarmos nossas coisas do ônibus e percorrer o trajeto a pé, embora o cansaço é nesse momento que posso dizer que as tensões da cidade no meu corpo e mente foram esquecidos gradualmente, apesar do sol quente batendo nas costas e a via de barro dificultando a movimentação das malas, acredito que fora o confronto direto com a paisagem das montanhas, o cheiro bom da mata úmida, e sons suaves distintos da eloquência sonora da sociedade urbana, com suas contradições gritando em nossos sentidos.

Ao chegar de fato na Aldeia Rio Silveira fomos acomodando nossas coisas e uma das primeiras coisas que procurei fazer é colocar uma roupa mais leve para suportar o calor, é nesse momento que recebida por uma menininha linda, Jaci (pequeno rio) me convida à brincar e aceito, não demorou muito e outras crianças se aproximaram e me receberam com muita alegria estampada nos seus sorrisos. O meu encantamento com as crianças permaneceu durante os quatro dias e três noites, eram crianças cheias da essência da liberdade, da independência, da simplicidade e parcimônia, visto que, não gritavam, não faziam birra cuidava-se de si e dos outros.

No mesmo dia fomos adentrar na reserva e tomamos um banho de rio e quando retornamos era fim de tarde e podemos presenciar um ritual rotineiro de estralar o Tocumbó um instrumento feito com a fibra da árvore Embira que ao girar no sentido horário e depois romper este sentido indo para o movimento anti-horário abruptamente imitava o som do raio. O Tocumbó para eles espanta os maus espíritos da floresta. Após o Caio (Xondaro de onze anos) realizar o rito o menino nos permitiu tentar tal façanha, o desafio foi aceito por praticamente todos e eu particularmente fiquei fascinada, não à toa, no segundo dia já

estralava como uma guerreira (Xondara). Ainda nesse dia fomos à casa de reza para acompanhar o Pajé e uma Índia nortear a oração que acontecia através da cantoria forte e afinadíssima dos índios (as) que estavam na casa. Após a oração uma conversa é iniciada ainda na casa de reza onde somos orientados da agenda de atividades do dia seguinte e que iríamos acordar cedo para entrar na mata, bem como realizar as atividades programadas por nós. No final a conversa terminou do lado de fora com o calor de uma fogueira onde o Pajé nos contou varias histórias da aldeia e suas crenças.

No segundo dia acordamos seis horas da manhã tomamos café e fomos à trilha reserva adentro com o Pajé, o Cacique Taruan, os pequenos xondaros Douglas e Caio e o Xondaro Miler. O caminho era longo, o dia era de sol forte e a cada passo dado uma historia, uma descoberta com os pequenos xondaros que me apresentavam frutinhas peculiares no caminho e plantas que ora grudavam na pele ou roupa e ambos adoravam sapecar com as pessoas com essas plantinhas, ora eram folhas que soltavam algum pigmento. Quando entramos na mata, de fato, o caminho era estreito e era preciso bastante atenção para conseguir acompanhar e não se perder nem mesmo se machucar. Ao chegar ao local em que o Pajé pretendia iniciar um novo roçado e lá construir outra casa de reza começamos a trabalhar a terra e plantar banana, amora e mandioca. Na volta conversei bastante com o Xondaro Miler um jovem de vinte anos a mesma idade que a minha e da maioria da turma, ainda que jovem Miler era muito maduro já era casado (desde os 16 anos) e tinha dois filhos pequenos – os índios tornam-se ponderados ainda muito jovens, além disso é nessa conversa que aprendo inúmeras coisas como: a historia do Tocombo e como é feito, como fazer repelente natural, como aliviar a dor muscular, pois era o que mais me atormentava no momento, além de como eles se organizavam politicamente. Miler me explicava que eles tinham um grupo de jovens (homens e mulheres) que eram formados para defender a aldeia e os Guaranis politicamente e que eram esses jovens eram responsáveis por realizar as articulações entre as aldeias e que iam para Brasília representa-los, comparecia em eventos e falavam sobre a questão indígena. Aproveitei e perguntei como eles estavam em relação ao desarquivamento da PEC 215 e ele me respondeu que no dia 27 daquela semana havia feito uma manifestação aonde fecharam a rodovia perto da aldeia e que essa ação foi articulada com varias aldeias, perguntei se eu poderia ajudar eles na luta contra a PEC e como poderia fazer isso, a resposta foi positiva, sim

eu poderia ajudá-los e propôs que conversarmos como poderíamos fazer isso quando todos estivessem reunidos na casa de reza.

Pós janta, nos reunimos novamente na casa de reza e assistimos com emoção as rezas e cantoria, embora não entendêssemos nada do que eles falavam já que eles expressavam-se somente em guarani. A energia era imensurável. Depois das orações o Pajé nos disse que rezou pra gente no dia anterior para não acontecer nada com nenhum de nós, já que entramos na floresta que é cheia de surpresas e onças, e que hoje rezou agradecendo Nhaderú por não ter acontecido nada de pior com a gente, em seguida o Cacique Taruan tomou a palavra e começou nos esclarecer sobre a PEC 215 e a partir disso pensamos em ações conjuntas para que a proposta não seja votada. Uma das linhas que os não índios pensaram seria em criar espaços de discussões constantes sobre a PEC e o PLP 227 na nossa universidade, além de imediato puxar uma corrente na rede social contra a proposta de emenda constitucional com a "hashtag": #PEC215NÃO, bem como se dispor a ações mais diretas de enfrentamento.

Essa experiência me trouxe mais força para retornar a cidade. Aquela cidade que vivia o levante das mulheres, dos secundaristas, da luta pelo direito a cidade e que agora ouvirá o grito dos Índios que não irá se calar diante mais uma tentativa do Estado aliado ao Capital de usurpar suas terras, do estado representado pelas mesmas pessoas que querem tirar o direito das mulheres de decidir sobre a vida delas, do governador que precariza a educação e reprime os que lutam por ela e que nega o direito de ir e vir pela cidade com o mínimo de dignidade. Os índios nos ensinam há anos que só a luta muda vida, visto que, historicamente precisamente a mais de 500 anos resistiram à colonização e agora contra, o avanço da pecuária, do extrativismo e da agricultura.

No ultimo dia cantamos em roda a Música ‘Guarani eu sou a Resistência’ feita por integrantes da turma e agradecemos a recepção. Quando estava levando minhas coisas, Miler me acompanhava carregando algumas ferramentas nossas e comentei que voltaria á cidade bem forte para ajudá-los a enfrentar os projetos de lei. Miler sorriu e disse com muita sabedoria e calma: “é só pedir força para Nhaderú que a gente vai conseguir defender nossos direitos”.

E volto pra São Paulo com minha cara expressando a mais sincera Serenidade e Gratidão!

4.4.13 Lucas Bravo Rosin

A vida como ela pode ser: uma experiência contra hegemônica

Vivemos em uma sociedade dominada por instituições. Diversas são, e diversos são os interesses defendidos por elas. Burocracias clássicas ou modernas, verdadeiras máquinas administrativas conduzem nosso dia-a-dia, guiadas pelos deuses relógio e dinheiro. Após 26 anos de vida urbana, acreditava ser impossível que existissem índios “originais”, tal como seus milenares ancestrais, salvo aquelas tribos isoladas que são monitoradas pela FUNAI.

Para mim, o mundo tecnológico já havia “fagocitado” o que restou das culturas tradicionais não isolados. O longo processo de colonização, ou melhor, de extermínio, dos povos indígenas resultou em algumas poucas tribos, já civilizadas. Afinal, como pode um verdadeiro índio usar bermuda e celular e viver colado na cidade?

Pois, faço aqui uma confissão: esse tipo de visão – extremamente limitada - fez parte do meu repertório de reflexões durante boa parte da minha vida, infelizmente. As instituições nos fazem crer que a natureza é selvagem, inóspita, e que o mundo moderno não é compatível com culturas tradicionais. Como resistir ao desenvolvimento industrial e o capitalismo financeiro, macro processos hegemônicos, vorazes e globalizantes? Ora, se são tantos os questionamentos, certamente, as boas oportunidades para procurar respostas não podem ser desperdiçadas.

A despeito do tripé universitário, as atividades de extensão ainda são pouco exploradas dentro da Universidade de São Paulo (USP) face ao desenvolvimento das atividades de ensino e pesquisa. Certamente, muitos professores, alunos e funcionários desempenham atividades de muita qualidade no âmbito dos projetos de extensão, mas, se pensarmos na função social da universidade, estender à sociedade parte da produção acadêmica corresponde a um processo

de “prestação de contas”, sobretudo se considerarmos a – muito injusta – estrutura tributária nacional. A USP, como se sabe, é uma universidade ocupada por representantes de estratos sociais privilegiados: em 2014[1], 76,9% dos matriculados na primeira chamada eram brancos; apenas 0,2% (ou 59 pessoas) dos matriculados correspondiam aos povos indígenas.

Os indígenas possuem direitos sobre seu espaço tradicional, afinal, os portugueses não foram, de fato, os primeiros a pisarem nesse continente. Pensar o estado civil democrático significa pensar em todos os segmentos da sociedade, inclusive as minorias étnicas. Assim, ainda que seja minoria numérica, é preciso considerar toda injustiça social acumulada ao longo de mais de 500 anos de exploração – e abuso, trabalho forçado, catequização e tantas outras maldades – precisam ser considerados quando se pensa na distribuição dos recursos públicos.

Isso me fez refletir sobre o local do indígena nas arenas decisórias, nas instituições políticas, e sobre a consideração a esse respeito no processo de construção de políticas públicas. Na Reserva indígena Guarani “Rio Silveiras”, aprendi que o pajé é o líder espiritual, e o cacique, o líder político. Aprendi muitas outras coisas também: que o relógio condiciona nossas vidas de forma maldosa; que a natureza é poderosa, linda, rainha; que as crianças andam sozinhas, tranquilas, inteiradas ao meio onde vivem; a lama, a grama, a árvore, as mutucas e os pernilongos, os pássaros, enfim, tudo aquilo que não existe no mundo “moderno e civilizado”.

Conhecer e conviver, ainda que brevemente, com uma tribo indígena milenar, e que carrega uma fortuna cultural para compartilhar, foi um momento de grande aprendizado e me fez perceber a necessidade de fortalecer a causa indígena. O que vi e vivi naquele curto espaço de tempo me ajudou a compreender, de fato, o multiculturalismo que ensinam os livros.

Existem sim aqueles índios isolados, e devem continuar existindo, se assim entenderem ser o melhor para eles. Entretanto, existem índios que, assim como eu, usam bermuda, celular e muitas outras coisas, e nem por isso deixaram de serem índios. Precisei vivenciar para acreditar, e nunca vou me esquecer.

Os dias foram intensos: diálogos, caminhadas, interação, respeito; cultura, muita cultura; espiritualidade, adoração, agradecimento. Difícil adjetivar e classificar essa experiência. Ela me fez perceber, de fato, o poder das tradições, dos valores e das crenças. Essa admiração pelo desenvolvimento econômico é uma fé cega, em uma religião sem profeta, cujo destino, ninguém sabe qual será. Essa fé incontestemente propagada pelos meios de comunicação, publicitários de indústrias diversas, que fazem corações e mentes dos mais fervorosos religiosos



*Tecnologias adaptadas: a máquina de lavar,
o saneamento básico e o brinquedo*

Pois, por mais incrível que possa parecer, os índios vivem muito bem. De forma ativa, optam pelas tecnologias de que vão se apropriar. Para minha inveja, muitas vezes, os indígenas conseguem se relacionar de forma consciente com bens de consumo oriundos dessa pesada indústria tecnológica hegemônica. Alguns usam celular, outros computador; os serviços de

saneamento básico estão disponíveis; educação, adaptada, também; enfim, alguns avanços tecnológicos podem favorecer a vida humana. Isso me fez refletir sobre o relação dos índios com a tecnologia é muito particular. Na minha percepção, o uso de tecnologias, como máquinas de lavar, bicicletas e televisão, era pontual.

Segundo o Cacique Mariano, o índio tem duas alegrias na vida: uma quando compra um carro, e outra quando vende ele. É engraçado dizer isso, mas parece que os índios já entenderam qual é a dinâmica da vida e não se iludem com o progresso econômico e científico o uso de tecnologia é pontual e adaptada à realidade local.

As trocas culturais podem promover reflexões positivas, reconhecendo a coerência interna dos sistemas culturais (PINEZI, 2010). No entanto, em alguns casos os indígenas acabam se enfeitando pelo “canto da sereia”: o contato com o assalariamento propicia interações sociais, as vezes, depreciativas; alguns se perdem pelo caminho, se envolvem com o álcool e são expulsos da tribo. Uma situação desagregadora que, aos poucos, pode trabalhar a favor da extinção étnica. O contato com uma situação dessas me fez refletir sobre o papel do estado na promoção de uma sociedade mais saudável, - utopicamente - livre de vícios; Como lidar com uma situação assim? Quanto mais agravantes colocamos nesse raciocínio, mais complicada fica a conclusão.

Enfim, essa experiência me fez pensar muito. Em primeiro lugar, me fez respeitar, ainda mais, os povos tradicionais, sua cultura, seus hábitos, crenças e valores. Aprendemos muito com os povos indígenas, mas ainda temos muito a aprender. Depois, me fez refletir sobre as dificuldades institucionais que os povos indígenas enfrentam para defender seus interesses. A recente onda conservadora que atingiu o parlamento, financiado pelo agronegócio, pelo setor financeiro e industrial, coloca em risco direitos garantidos aos indígenas no processo de redemocratização. Por fim, me perceber que, além de ouvi-los, é preciso lutar ao lado deles, e de toda minoria que julgar precisar de apoio.

A disputa mundial está sendo ganha pelos interesses hegemônicos, perniciosos e destruidores; precisamos reconhecer isso e nos posicionarmos. Eu, sou contra, e agradeço pela

oportunidade de conhecer um povo que, há mais de cinco séculos, luta bravamente contra essa dinâmica perversa.

4.4.14 Mauro César Brosso

A vivência de apenas quatro dias com os guarani da Reserva Indígena do Rio Silveiras foi uma pequena imersão no universo guarani, mas extremamente reveladora não só do outro como de nós mesmos, sociedade não-indígena. Foi como uma experiência de mão dupla, onde a cada revelação de uma possibilidade diferente de ver o mundo, de sobreviver e de atuar, revelava também nosso próprio jeito de ver e de atuar no mundo. Reproduzo alguns trechos de *A invenção da cultura*, de Roy Wagner, que ilustra bem vários dos momentos da viagem:

De fato, poderíamos dizer que um antropólogo 'inventa' a cultura que ele acredita estar estudando, que a relação – por consistir em seus próprios atos e experiências – é mais 'real' do que as coisas que ela 'relaciona'. No entanto, essa explicação somente se justifica se compreendemos a invenção como um processo que ocorre de forma objetiva, por meio de observação e aprendizado, e não como uma espécie de livre fantasia. Ao experienciar uma nova cultura, o pesquisador identifica novas potencialidades e possibilidades de se viver a vida, e pode efetivamente passar ele próprio por uma mudança de personalidade. A cultura estudada se torna 'visível' e subsequentemente 'plausível' para ele; de início ele apreende como uma entidade distinta, uma maneira de fazer as coisas, e depois como uma maneira segundo a qual ele poderia fazer as coisas. Desse modo, ele pela primeira vez compreende, na intimidade de seus próprios erros e êxitos, o que os antropólogos querem dizer quando usam a palavra 'cultura'. Antes disso, poder-se-ia dizer, ele não tinha nenhuma cultura, já que a cultura em que crescemos nunca realmente 'visível' – é tomada como dada, de sorte que suas pressuposições são percebidas como auto evidentes. É apenas mediante uma 'invenção' dessa ordem que o sentido abstrato de cultura (e de muitos outros conceitos) pode ser apreendido, e é apenas por meio do contraste experienciado que sua própria cultura se torna 'visível'. No ato de inventar outra cultura, o antropólogo inventa a sua própria e acaba por reinventar a própria noção de cultura. (WAGNER, 2009: 42-43)

Entre os muitos ensinamentos, um chamou especialmente minha atenção: o jeito respeitoso de falar, de interagir em comunidade. O volume da voz de cada um foi algo especialmente marcante e revelador. É preciso mudar, ouvir a sabedoria desses povos, portadores de outros saberes. Povos sabedores de como se organizar para que o planeta e o ser humano não entre no processo de autodestruição pelo qual estamos passando atualmente.



Cozinha guarani e o jeito guarani de guardar tampas de panelas.

4.4.15 Milena Domingues

Sempre soube da importância de se conhecer outras realidades, proponho-me a isso na vida. Então, quando soube da oportunidade de conhecer uma aldeia, logo me empolguei. Durante os encontros prévios à viagem, pude perceber o quanto que as questões indígenas se distanciaram de mim ao longo de toda minha formação, apesar de já reconhecer o valor da cultura indígena para a composição do Brasil, de seu povo e de seus costumes. O que me deu certa insegurança, inicialmente, mas que logo se dissolveu graças à disposição e alegria das pessoas que compuseram o grupo, todas elas foram essenciais para construção coletiva e apropriação de tudo o que vivemos ali. Cada a um, a seu modo, soube compartilhar daquilo que tinha de mais sincero dentro de si, conferindo beleza àqueles momentos.

Surpreendi-me com a receptividade expressa nos sorrisos e nos olhares de todos que nos receberam na Aldeia, realmente estavam abertos a compartilhar conosco seu cotidiano e o entendimento coletivo que possuem sobre a vida, as lutas que enfrentam e sobre sua concepção de bem, que acaba por nortear as atitudes de cada um. O desenrolar das atividades enriqueceu o envolvimento do grupo, e também mostrou a reciprocidade de tal envolvimento entre o grupo e a Aldeia.

Os momentos na casa reza, a autonomia e clareza das crianças, a confiança e respeito que eles demonstram ter uns pelos outros só atestam o quanto nós perdemos, por tanto tempo, em aceitar a lógica binária do estereótipo “civilizado” e do “não-civilizado”, permitindo o afastamento de culturas e, conseqüentemente, de pessoas bem como a criação de ambientes nutridos por intolerância. Com a viagem pude perceber que, na verdade, os índios são muito mais parecidos conosco do que imaginamos.

Não sabia o quanto de mim buscava tudo aquilo. O tempo na Aldeia Guarani Rio Silveiras foi a materialização de uma busca minha, que eu não entendia completamente. As experiências vivenciadas ali, com aquelas pessoas, proporcionou a mim o entendimento de que a necessidade de ampliar os horizontes das pessoas é algo urgente. Quando a gente vive numa sociedade capitalista, mercadológica, com todos os sucessos e insucessos do tão aclamado desenvolvimento, com suas expectativas e promessas de emancipação, olhamos para o lado e

pensamos que os caminhos ofertados pela concorrência e pelo dito progresso são únicos e suficientes para os nossos anseios de liberdade, esquecendo-nos que se ampliarmos nossos horizontes, outros caminhos surgirão e outros parâmetros serão discutidos, e que essa tomada de consciência aliada ao respeito das identidades consiste na verdadeira liberdade. Essa experiência me fez reafirmar o compromisso em busca de um futuro no qual as pessoas vejam nas relações interdependentes a resposta para os desafios humanos. Por um mundo harmônico onde caibam vários mundos!

4.4.16 Paloma de Lima Santos

A realização da viagem didática da disciplina foi muito mais que um contato com outra cultura, foi um contato mais profundo comigo mesma. Através deste contato consegui me ouvir mais, sobre o que realmente espero, o que quero, o que realmente faço pelo outro. Possibilitou que me tornasse uma pessoa mais ouvinte, sem tantos anseios e medos do diferente, do surpreendente. Simplesmente aproveitá-lo, imergir, aprender e conhecer de fato outras culturas e me conhecer de forma mais humana, sem rótulos, sem títulos, apenas como eu mesma.

Impressões marcantes, o real espírito de coletividade, fazem tudo por todos, para todos, e com todos, sem competitividade, não há individualismo, realmente todos são diferentes, mas essas diferenças são utilizadas e compreendidas em prol de todos. Infelizmente ao longo do tempo e da nossa constante luta por mais, por conquistas, por reconhecimentos. Esquecemo-nos de nos reconhecer como humanos e reconhecer os demais a nossa volta como pessoas, e não como ameaças.

A beleza do ato de ouvir, escutar, não há essa competição com os ruídos, com o falar mais alto para ser ouvido, afinal para ser ouvido basta querer ser ouvido, basta se expressar, todos tem seu espaço, sem submissões, sem julgamentos, apenas se fazem ser ouvidos, da forma mais simples, se comunicando mais próximo do outro, sem distancias imaginárias, sem cobranças, sem medos, apenas expressam-se.

A verdadeira liberdade, sim, são livres, não há fronteiras e enclaves. A escolha livre do que fazer, como fazer, onde fazer, o que quiser fazer. Crianças correm, brincam, vivem, são crianças, são livres.

O tempo, a relação com o tempo não é uma competição, se, e como iremos driblá-lo para conseguirmos fazer tudo o que devemos e que queremos. O tempo é visto de outro modo, o tempo, é o tempo. As escolhas, os afazeres, a vida, tudo há seu tempo, sem atropelos, sem desrespeito, pois para tudo, há seu tempo.

Aprendizados, sim foram muitos, estes que levarei para a vida toda, culturalmente, não há culturas melhores, há culturas, que devem ser respeitadas e admiradas, pois são as verdadeiras riquezas humanas, não há tempo que as tirem, não há dinheiro que as comprem, apenas exigem nosso respeito e que aprendamos a conviver com todas sem lutas por espaços, sem medir forças.

Politicamente, como de fato é defender uma causa em que acredita, causa esta, que defende um único interesse, o de todos, o do respeito, o do amor. Como é estar constantemente em luta, atento e ser resistência e acreditar de corpo e alma. E tornar as conquistas mesmo que pequenas, motivações para continuar, para não desistir. Essa gana é muito mais que admirável, é motivadora, é inspiradora. Possibilita um otimismo que a humanidade tem sim cura, tem sim salvação e não ela não está por completo corrompida.

Valores são muitos, valores de coletividade, união, fraternidade, enxergar que estes significados, além de belos, eles existem, eles resistem. Valores, de uma pessoa melhor, mais firme, esquecendo aos poucos os medos, as descrenças, procurando enxergar o copo meio cheio, eliminando o conformismo. Aspirando esperança, vida, mudanças, pessoas.

Os objetivos ao início da disciplina era muito mais o do olhar curioso, compreender de perto como é a cultura, se realmente é o que li em livros, ou vi vídeos. O contato possibilitou enxergar que é muito mais que todas descrições, leituras, filmes, histórias, que temos contato.

São pessoas que resistem todas as interferências, as violências, o desamor e desrespeito, que não se submetem ao que impomos por séculos que é o melhor, que é o certo ou errado. Sabiamente sabem valorizar, respeitar e defender sua cultura de todas as controvérsias.

Experiência que levarei ao longo de minha formação profissional, minha vida pessoal, certamente não serei a mesma pessoa, na verdade não sou mais a mesma pessoa de antes. Perdi minha armadura, minha casca, minha defesa pronta, meu casulo. Agora olhar para o outro, por simplesmente olhar, sem esperar, sem criticar, simplesmente procurando enxergar o outro e a mim mesma.

4.4.17 Rodrigo Zaparolli

Desde a nossa chegada fomos muito bem recebidos por todos na reserva, e rapidamente o nosso grupo já se adaptou ao local e a realidade que estávamos inseridos ali, que era bem diferente do nosso cotidiano. Logo no início já reconheci o Cacique Taruan e algumas crianças, onde tive meu primeiro contato com a tribo em Abril desse ano na disciplina de Sociedade, Multiculturalismo e Direitos Humanos.

Nos quatro dias de visita à reserva pude notar o quanto a cultura indígena Guarani é rica, e em todas as atividades que eu participava, conseguia extrair algo novo sobre os valores e costumes deles. Em uma dessas atividades, o que me chamou muita atenção foi o modo como é tratado as crianças na aldeia, que é de forma igualitária aos adultos, tendo assim, muita liberdade pra fazerem o que quiserem, como por exemplo ficar ate de madrugada conosco perto da fogueira conversando e brincando, sendo que exceto pelo nosso guardião, todos os adultos já haviam partido para suas ocas.

Em uma conversa com o Pajé, ele explica que o menino com aproximadamente doze anos já é considerado homem e que as meninas com aproximadamente quatorze anos já são consideradas mulheres adultas.

Uma das experiências mais incríveis que tive na aldeia foi dentro da casa de reza, esse que é um lugar considerado sagrado para os indígenas, onde se realiza os cultos, velórios, danças, rituais, e discussão sobre diversos assuntos. Sempre que eu entrava na casa sentia uma energia diferente, porém, muito boa e positiva. No domingo a noite o Pajé Liveis nos convidou para participar de um culto juntamente com eles, convite que foi aceito de imediato pelo grupo, que sabia da honra que era participar de um culto e do conhecimento empírico que iríamos tirar dessa experiência.

Num dado momento, enquanto o Pajé estava cantando e tocando e nós estávamos dançando de frente pra ele, comecei a me sentir mais forte e uma energia muito boa dentro de mim, logo depois do término dessa musica eu me sentei juntamente com todos pensando e refletindo nisso que tinha acabado de vivenciar, e nesse exato momento o Pajé passou por mim e falou: “Forte?” e demonstrou na sua face e seus braços força, olhando diretamente para mim, em resposta falei: “Forte!” acenando com a cabeça positivamente e surpreso ao mesmo tempo por ele saber exatamente como eu me sentia naquele momento. Essa foi uma das diversas experiências marcantes que obtive durante a viagem, e que vou levar para sempre comigo como algo que ficou da vivencia.

4.4.18 Sara Pereira

Assim que entrei na Aldeia eu me senti mais leve e com grandes expectativas de ter novos aprendizados. Quero agradecer muito a oportunidade de poder entender melhor a cultura indígena e abrir meu pensamento, desconstruindo qualquer tipo de preconceito que eu pudesse ter enraizado.

O que me surpreendeu foi o contato respeitoso com a natureza, que pude observar melhor na trilha quando o Cacique pediu para entrarmos na mata em silêncio para não assustar os animais e nos focar no som ambiente que traz muita calma e grandes reflexões.

A casa de reza é um local que transmite uma energia muito forte e boa. Durante as canções, o ritmo é concentrado fazendo com que eu refletisse mais ainda as minhas atitudes e a maneira que eu vivo.

A forma que as crianças são criadas foi uma grande experiência, por crescerem livres, os pais não interferem na sua formação. Eles as deixam soltas para aprender da maneira que elas se sentirem preparadas. Dessa forma, elas crescem respeitando os mais velhos, falando baixo e prestando atenção quando alguém conversa com elas, um comportamento totalmente diferente das crianças da cidade.

Com certeza voltei dessa viagem com um sentimento de melhoria maior para o Brasil. Tenho me importado mais com a natureza e economizo mais os seus recursos. Assim como também, não tenho me deixado influenciar por meus horários programados e estressantes, tenho levado minha rotina de forma agradável, abandonando a preocupação e me empenhando com o que realmente é necessário: a felicidade. Não é preciso de muitas coisas materiais para viver. Anhteco!

4.4.19 Jorge Machado

Essa foi uma experiência inesquecível como docente. Teoria, extensão e prática juntos. Uma equipe de alunas e alunos entusiasmada, disposta e com a mente aberta para mergulhar numa outra cultura.

Ao longo do curso, foi feita uma preparação com leitura e discussão de textos, exibição de vídeos e realização de debates sobre a realidade indígena. Também usamos o tempo para articular e preparar os grupos para essa jornada.



Antes da viagem, todos já estavam bastante ansiosos e animados. Na saída do ônibus já foi uma grande alegria. Na chegada, muita curiosidade e disposição para enfrentar o barro e a caminhada com mochilas, barracas, caixas e ferramentas.

O cacique Taruan e o pajé Carai nos receberam com o coração aberto. A simplicidade do local era moldurada pela majestosa natureza da mata atlântica, com seu ar puro e úmido inundando nossos pulmões.

Carlos, o monitor, cuidadosamente tinha preparado os detalhes da viagem. Desde o início tudo tranquilo. Estávamos flexíveis, pois sabíamos que os guaranis não tem a pressa da cidade e sua organização se apoia na natureza e o tempo se submete ao bem-estar e aos hábitos tranquilos da comunidade.



Aprendemos sobre políticas indigenistas, sobre o drama dos povos originários, conhecemos a rica cultura guarani e sua resistência. Mas, muito além disso, aprendemos também – e na prática – com seu respeito à natureza, a celebração da vida comunitária, a união na casa de reza, aprendemos com o amor do pajé e com a força do canto das mulheres.

Chegamos lá num momento muito crítico, em que a Proposta de emenda constitucional (PEC) n. 215, com apoio da bancada ruralista e outros setores conservadores, estava pronta para votação (e ainda está). A PEC 215 prevê a revisão de áreas indígenas já demarcadas, assim como comunidades quilombolas e áreas de preservação federal. Além disso, atribui ao congresso, o poder de demarcar novas áreas – tirando essa atribuição do Poder Executivo. Lá também ficamos sabendo melhor da situação dos Guaranis-kaiowás do Mato Grosso do Sul. Expulsos de suas terras, cercados por milicianos e abandonados pelo Poder Público, chegam a passar fome.

Nossas alunas e alunos manifestaram sua indignação com a PEC e se propuseram a organizar ações para apoiar a resistência a sua aprovação – o que veio a ocorrer através de eventos e campanha viral nas redes sociais. O pajé pintou cada um dos alunos e sua filha pintou as alunas. Era visível a emoção do pajé durante a pintura, que deixava por vezes escorrer um lágrima por ter um grupo – que já havia dançado e tocado com ele na casa de reza – tão disposto em ajudá-los na luta pela causa indígena. Foram tantos anos de decepção, perdas, abandono e desconfiança, que a ajuda sincera de jovens da cidade soa como algo maravilhoso.

Lá esquecemos também da competição, do stress e da falta de humanismo da vida cotidiana da cidade. Todos éramos importantes, a aldeia nos inspirou a tratar uns aos outros com muito respeito e cuidado. Dançamos juntos na casa de reza, nadamos nos rios, plantamos juntos e sentamos lado a lado na fogueira sobre o luar. Essa vivência nos trouxe um amor e uma alegria que deu um brilho muito especial os aprendizados ao longo do semestre.



*Em nome do grupo, recebemos presentes muito especiais:
um grande cachimbo e um belo arco e flecha. O pajé avisa que o cachimbo é para que nos possamos
defumar uns aos outros e mantermos assim nossa campo limpo das energias negativas.*

Não posso esquecer o momento pouco antes da despedida em que o pajé emocionado disse “para mim vocês são todos índios”. Sabendo da justa desconfiança e resistência dos indígenas aos não-índios, essas palavras pareciam ter um grande significado.

Sáimos de lá antecipando a saudade. Muitos do grupo se tornaram amigas e amigos deles, voltando lá para visitá-los e inclusive fazendo seus TCC, extensão com/sobre a aldeia e seu povo.

Voltamos à cidade, conscientes que temos que defender os direitos desses povos, que temos que rever nossos hábitos, nossa relação com a Terra que nos sustenta. Que devemos pensar as políticas públicas de forma mais holística, elaborando processos colaborativos de construção que incluam as minorias, que valorizem o meio ambiente e a criação de instituições e espaços mais humanos. Também adquirimos mais autoconhecimento, o que dificilmente acontece com

o conhecimento transmitido pelo aprendizado convencional, transmitido de forma fria e vertical e desconectado com a realidade.

Não posso deixar de mencionar os sinceros agradecimentos das alunas e alunos e também os comentários e interesse de outr@s docentes devido aos elogios e conversas dos alunos em toda Escola. Tenho que agradecer a cada um desse grupo de alunas e alunos que ao decorrer da vivência, além de respeitar exemplarmente o povo e a cultura que nos receberam, “desabrocharam” o belo ser humano que têm dentro de si, expressado pelo belo e harmônico convívio.

Tudo isso motiva a dar continuidade a essa experiência pedagógica de ensino-aprendizado ativo, onde ciência e humanismo e teoria e prática andam de mãos dadas.

5. Considerações finais

Seguem abaixo as considerações finais do grupo após a viagem, construídas conjunta e colaborativamente.



5.1 Relação com o tempo

Em nossa convivência com os índios na aldeia rio Silveira percebemos que diferentemente do

que vivenciado por nós usualmente em nosso dia a dia, as atividades diárias ocorriam de forma natural ou fluída, não havia tempo para se iniciar ou terminar.

De fato havíamos planejado diversas atividades para realizarmos com os indígenas, no entanto não a realizamos com horários pré-determinados, ou suprimíamos alguma atividade, proposta por eles, ou planejadas por nós para dar início a alguma outra atividade pré estabelecida. Esquecemos totalmente a ideia de “horas marcadas para...” e apenas vivemos cada momento; fomos envolvidos pela noção de temporal deles, construídas através de sua própria “dêixis temporal”.

O fato de o grupo ter sido preparado para realizar uma visita na qual estaríamos totalmente abertos para conhecermos a cultura indígena, através da convivência participativa com os mesmos (de acordo com o método de observação participante) nos permitiu entregarmo-nos de forma menos resistente a sua forma de viver no tempo.

Ao fazermos uma comparação entre nossa vida cotidiana e o que vivenciamos na aldeia guarani Rio Silveira, vemos que nós, diferentemente dos indígenas, estamos ligados a uma cultura de trabalho assalariada, onde não apenas reconhecemos, mas buscamos a todo o momento aplicar em nossas vidas a noção de que “tempo é dinheiro”, “gestão do tempo” e “economia do tempo”, o que explica nossa tentativa de rigidez com os horários, e planejamentos de atividades, pois o tempo “é escasso”.



Já os indígenas, mais ligados a terra e aos ciclos da natureza, tem uma noção de tempo totalmente diferenciada. Como podemos ouvir do cacique da aldeia durante nossa vivencia, enquanto ao redor de uma fogueira nos ensinava mais de sua cultura, o ano novo guarani - ou tempo novo - inicia-se com o período de reprodução da natureza, e para eles não há outono, primavera, verão e inverno, mas sim tempo de chuva e de não chuva. Em muito mais simbiose com a natureza, sua relação temporal é outra, e também por influencia de sua crenças religiosas - as quais infelizmente pelo pouco período de tempo que convivemos com eles, não podemos nos aprofundar mais - sua relação com as atividades cotidianas são outras, mais fluidas. Assim quando participam de uma atividade da qual gostam a permitem estender-se até se esgotar, não a interrompem com base em planejamentos de horários fixos.

Houve um choque entre duas culturas diferentes, que nos fez perceber como tempo não é um só, mas são vários de acordo com as significações que atribuímos a ele. Relatos de participantes foram claros em surpreender-se como ainda mesmo sem determinar horários realizamos diversas atividades com qualidade. Como outros elementos presentes em nossa

vivência com os indígenas guaranis da aldeia Rio Silveira, o tempo foi mais um que nos trouxe boas reflexões e questionamentos sobre nossos próprios modos de interpretar a vida.

5.2 Sociabilidade e comportamento

Os Guarani veem o mundo ao seu redor como o local de onde tiram o seu sustento, e por isso, preservam esse ambiente da melhor forma possível, interferindo na natureza apenas com o necessário para a sua sobrevivência, e entram em harmonia com ela diariamente. A mata, o rio e o solo representam o território onde vivem segundo o seu modo de ser e sua cultura milenar. Possuem tradições de tempos muito antigos, e isso vai sendo repassado de geração para geração, sendo posto em prática em seus cotidianos, através de seus mitos, rituais e costumes.

No período em que o nosso grupo de estudantes esteve na aldeia, foi possível identificar uma série de características desses povos (mitos, rituais e costumes), e repensar assim a nossa maneira de viver em sociedade, na cidade, e em nossas relações, já que vivemos um momento em que isso precisa cada vez mais ser revisto afim de que a gente consiga viver de maneira cada vez mais equilibrada e justa, em nível ambiental, econômico e social. Um exemplo é a relação que eles têm com o tempo, não utilizam relógios para medir o tempo de suas atividades diárias e sim a posição do sol, por isso a percepção temporal é diferente para nós e quando notamos percebemos como temos um ritmo de vida apressado e prejudicial.

Em uma aldeia Guarani existem regras sociais, as quais são seguidas por todos de maneira quase que inquestionável, pois ninguém nesse ambiente tem a necessidade ou vontade de se sobressair sobre ninguém. Todos partilham do mesmo lugar e trabalham em prol da coletividade. O que um deles possuem, todos também possuem, não existe acúmulo de bens ou interesse na riqueza material. A terra é o maior bem para esses povos, e a natureza equilibrada é o que interessa para eles. A aldeia compõe unidades familiares e possuem o líder espiritual (pajé) e político (cacique). Na aldeia Rio Silveiras as unidades familiares eram bem espaçadas, nosso grupo de estudantes não viu a maioria das casas, mas apenas as mais próximas da casa de reza. A casa de reza é um local de encontro acima de tudo. Todas as

atividades que desenvolvemos na aldeia ocorreu neste local-, assim como era utilizado para servir o almoço, janta e café da manhã-, durante o dia as famílias que compõem a aldeia se reúnem para conversar, as crianças para brincar, enfim, um local de convívio diário e muito importante para realização de seus rituais e manter a cultura guarani viva.



Na aldeia nós conhecemos crianças, homens e mulheres, e eles possuem funções variadas. Muitos dos estudantes que estavam na vivência se impressionaram com a relação entre as crianças e os adultos da aldeia. As crianças são mais autônomas do que as crianças que costumamos conviver na cidade, haja vista que não andam sempre acompanhadas pela mãe ou/e pai ou responsáveis e todas as pessoas mais velhas (comportamento mais presente nas mulheres) prestam atenção nas crianças como se fossem de sua responsabilidade não apenas das mães e pais; as crianças são criadas livremente, brincam, caem, se sujam, não existe aquele “cuidado” excessivo que as impedem de descobrir o ambiente ao seu redor por elas mesmas. E isso é muito interessante. É como se criasse uma relação de confiança e consciência automaticamente, o que não implica em possuir menos educação ou “obediência”. Os homens geralmente cuidam do trabalho braçal da tribo, plantam, colhem, caçam, realizam construções, dialogam com a cidade, etc., e as mulheres ficam mais com a tarefa de cuidar do

espaço, cuidam das crianças, da comida e da casa. Todos cooperam em prol do coletivo, e sabem do seu papel e da importância de sua cultura, mantendo sempre viva as suas tradições mesmo que em convívio com costumes dos não-índios, misturando as duas culturas. Os nomes são um bom exemplo, cada um dos indígenas tinha um nome em guarani e outro nome comum do meio urbano. Todos aparentam conviver bem nos arredores da casa de reza, onde ficamos alojados, que é uma pequena parte desse território indígena, apesar de sermos alertados pelo cacique que nas margens da aldeia mais próximas das áreas urbanas são locais onde a população marginalizada da tribo habita, como por exemplo os indígenas que consomem bebidas alcoólicas em excesso, e onde acontecem alguns conflitos.

5.3 Manejo dos Recursos Naturais

Os guaranis possuem uma carga gigantesca de conhecimentos tradicionais que lhes confere uma inteligência sensorial e tradicional para tratar dos recursos no espaço que lhes é disponível e interagir com o meio no qual ele está inserido. Para estes povos não existe a noção de humano separado de natureza, e sim a noção de uniformidade e equilíbrio nas interações entre os seres vivos e o meio. Isso faz com que eles tenham uma relação de não desperdício e não ostensivamente no manejo dos recursos disponíveis a fim de preservá-los para que sempre estejam acessíveis, até mesmo em condições adversas.

Em geral praticam o sistema agroflorestal, que combina caça, pesca, coleta e agricultura de modo a vincular uma prática à outra. O Sistema Agroflorestal é uma “forma de uso e manejo da terra, no qual árvores ou arbustos são utilizados em associação com cultivos agrícolas e/ou com animais, numa mesma área, de maneira simultânea ou numa sequência temporal”. Outra importante atividade desses indígenas relacionada ao manejo dos recursos é a prática de manter e cuidar de sementes nativas, contribuindo para a manutenção da diversidade.

5.4 Engajamento político

Uma das intenções em realizar esta disciplina era conhecer mais sobre um povo tão importante para o surgimento e estabelecimento do Brasil como país, e apesar de tão perto, tão distante de nossa realidade. Hora ou outra ouvimos falar de protestos indígenas em Brasília em defesa de seus direitos e embora concordássemos com seu posicionamento, não compreendíamos suas reivindicações a fundo, e esta vivencia foi uma grande oportunidade para isso.

Dos principais ensinamentos e registro que trouxemos da aldeia, dentre tantos já mencionados, grande destaque e relevância se deve dar ao engajamento político dos indígenas, não apenas dos índios moradores da Aldeia Rio Silveira, como de outras aldeias como a do Jaraguá localizada em São Paulo, engajamento político que se demonstrou principalmente através do Pajé (líder religioso) e Cacique (líder político) da tribo com os quais tivemos mais contato.



Cacique Taruan e Pajé Carai (de costas), no fundo o altar da Casa de Reza

Em meio as grandes agressões ainda vividas pelos povos indígenas hoje em dia, causadas não apenas pela República Federativa do Brasil, mas também pela indústria agrícola, e também por parte de cidadãos comuns – expulsão de terras, destruição de aldeias, genocídios, abusos sexuais, entre outros – o engajamento político dos mesmos em sua defesa se demonstrou essencial para a sua resistência.

Desde o “achamento” do Brasil pelos portugueses, os índios vêm sofrendo diversas agressões e se engajando de diferentes formas em prol de sua defesa. Ao longo de meio milênio de existência do Brasil, passando de colônia a Estado-nação, podemos observar as mudanças ocorridas na forma de engajamento político por parte dos indígenas. De princípio sua defesa política era basicamente feita com base na guerra, na fuga ou no suicídio, após a instituição de um Estado de direito os índios ganharam o direito de se colocarem como cidadãos brasileiros e realizarem suas reivindicações em forma de lei. No entanto, tais reivindicações não se fizeram de forma pacífica, mas sim, através de muita luta e mobilização, não apenas dos povos indígenas, mas também de entidades e organizações nacionais que apoiaram sua causa, como as ONGs, e também, como a Organização das Nações Unidas -ONU, a Organização Internacional do Trabalho – OIT e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO com destaque para a criação da *Declaração das Nações Unidas sobre Direitos dos Povos Indígenas*, de 2007, e sobretudo a *Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho sobre os Povos Indígenas e Tribais*, de 1989, único instrumento internacional referente aos índios com força de lei, do qual o Brasil é signatário. Tais mobilizações foram importantes para o estabelecimento da Constituição de 1988, que declarou todos como iguais perante a lei, sem distinções de qualquer natureza e admitiu o multiculturalismo; o Estatuto do Índio; a criação da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil – APIB, e a Comissão Nacional de Políticas Indigenistas – CNPI, entre outras instituições e leis em defesa do povo indígena.

Apesar de já terem obtido grandes avanços no que diz respeito ao seu reconhecimento legal como povo dotado de direitos, como a posse da terra habitada tradicionalmente – uma das mais salientes reivindicações indígenas atualmente – ainda há muito que ser feito no que diz respeito ao cumprimento destas leis. Além dos problemas legislativos enfrentados pelos

indígenas no Congresso Nacional, como definições legais e pressões de lobby, eles ainda têm de enfrentar o preconceito de boa parte da própria população brasileira que ainda não os vêem como parte de sua história, o que contribui para enfraquecer a legitimação das conquistas já alcançadas e das reivindicações ainda em voga.

A partir da nossa vivência na tribo como observadores-participantes, conseguimos evidenciar como o engajamento político é necessário para a constituição da própria organização da tribo como também das defesas de seus direitos. O direito a terra é o assunto mais debatido na comunidade e podemos perceber como esse tema ao mesmo tempo consegue gerar muitas discussões e tristeza aos índios pois veem que a cada dia a terra que consideram sua mãe é maltratada e retirada deles, porém notamos também como falar de sua terra, de suas riquezas e de seu futuro leva luz ao falar da comunidade, como eles tem esperança e como através de suas lutas acreditam que vão conseguir garantir os direitos das próximas gerações.

O empenho do cacique e do pajé é evidente. Ouvimos todo o tempo, inclusive na casa de reza, explicações sobre a PEC 215 e quais são seus impactos. Eles nos contaram com tem sido difícil ir visitar e ajudar as demais tribos em todo território nacional. Muitas outras estão passando por mais dificuldades do que a deles porque além de serem prejudicados na questão da terra, não conseguem se organizar e unir forças internamente, pois perderam grande parte de suas culturas, sendo a linguagem e a religião a parte mais afetada.

Na tribo nós participamos de diversas manifestações culturais tradicionais, a dança, a música e a pintura corporal se mostraram como modos de resistência e de expressão que são capazes de alertar as pessoas a situação que os povos indígenas vivem no Brasil. Nós tivemos a honra de sermos pintados com jenipapo com pinturas que significam fortaleza com características de animais e vegetais. Nós fotografamos nossas pinturas e como um movimento da Escola de Artes, Ciência e Humanidades(EACH) em prol das causas indígenas, postamos essas fotos como perfil do Facebook de cada integrante do grupo juntamente com um texto explicativo, convidando as pessoas a fazerem o mesmo e a assinar uma petição contra a PEC 215.



Concluindo, para nós da EACH a experiência de vivência na tribo foi fundamental para compreendermos a demanda dessa comunidade. Isso nos abriu novos horizontes tanto para apoiar e lutar juntamente com os indígenas, como também de enfrentar as nossas lutas pessoais e cotidianas, pois o que mais nos tocou foi a relação que eles tem com a vida, onde há eterno agradecimento e a sua própria resistência. Agradecemos a todas e todos que nos proporcionaram essa oportunidade. Esperamos retribuir com a melhoria da nossa sociedade.

Bibliografia

- AFONSO, Germando. Mito e Estações no Céu Tupi-Guarani. Scientific American Brasil. Portal UOL http://www.mat.uc.pt/mpt2013/files/tupi_guarani_GA.pdf Acesso em jul 2016.
- ALMEIDA, Rubem Ferreira Thomaz. Relatório sobre a situação dos Guarani-Mbya do Rio Grande do Sul: a questão de terras. Rio de Janeiro: Fundação Nacional do Índio, 1985.
- BORGES, Luiz C. Os Guarani Mbyá e a categoria tempo. ftp://neppi.ucdb.br/pub/tellus/tellus2/TL2_Luis%20carlos%20borges.pdf Acesso em jul 2016.
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. São Paulo, abril de 2013: Imprensa Oficial, 2013, pág. 131. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm Acesso em dezembro de 2015.
- BRANDÃO, Carlos: Os Guarani: Índios do Sul Religião, Resistência e Adaptação. Programa de Investigação: Palavra e Obra no Novo Mundo: Imagens e Ações Interétnicas. Trujillo, Espanha, Dezembro de 1988. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v4n10/v4n10a04.pdf> Acesso em: 16 de Dezembro de 2015.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal. CARNEIRO, S. Mulheres em movimento. Estudos Avançados 17 (49), 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v17n49/18400.pdf>. Acesso em dezembro de 2015.

- _____. Decreto nº 94.568, de 8 de julho de 1987. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/1985-1987/D94568.htm
Acesso em dezembro de 2015.
- CHAMORRO, G. (2008) Terra madura yvy araguyje: Fundamento da palavra guarani. Dourados: Ed. UFGD. Disponível em <http://200.129.209.183/arquivos/arquivos/78/EDITORA/catalogo/terra-madura-yvy-araguyje-fundamento-da-palavra-guarani.pdf> Acesso: 08/12/2015
- CHEROBIM, Mauro. Os índios Guarani do litoral do Estado de São Paulo: análise antropológica de uma situação de contato. São Paulo, FFLCH/USP.
- CIMI, Site Conselho Indigenista Missionário. Parecer Sobre Projeto de Lei Complementar Nº 227/2012. Câmara dos Deputados, Brasília. http://www.cimi.org.br/pub/Assessoria%20Juridica/PLP227_2012_ParecerCIMI.pdf Acesso em dezembro de 2015.
- _____. Site Conselho Indigenista Missionário. Cartilha PEC215: Ameaça aos Povos Indígenas, Quilombolas e Meio Ambiente. <http://www.cimi.org.br/pec2015/cartilha.pdf> Acesso em 12/dez/2015. Acesso em dezembro de 2015.
- COMISSÃO PRÓ ÍNDIO/SP. Disponível em <http://www.cpis.org.br/indios/pages/11833.swf>
Acesso em dezembro de 2015.
- _____. Cartilha Folha Raízes. São Paulo, junho de 2014. disponível em: <http://www.cpis.org.br/pdf/CartilhaFolhasRaizes.pdf> Acesso em dezembro de 2015.
- DURKHEIM, Emile. Formas Elementares da Vida Religiosa. São Paulo, Paulinas, 1989.
- FAUSTO, Carlos. Fragmentos de história e cultura tupinambá: da etnologia como instrumento crítico de conhecimento etno-histórico. CUNHA, Manoela Carneiro da (org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998, pp. 381-396.

FUNAI, site. (2015). **Demarcação de Terra Indígenas.**

<http://www.funai.gov.br/index.php/nossas-acoes/demarcacao-de-terras-indigenas>

Acesso em dezembro de 2015.

GALLOIS, D. T. **Terras ocupadas? Territórios? Territorialidades?**. In: Fany Ricardo. (Org.). *Terras Indígenas & Unidades de Conservação da Natureza*. 1 ed. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2004, v. , p. 37-41.

GARLET, Ivori; ASSIS, Valéria. Análise sobre as populações guarani contemporâneas: demografia, espacialidade e questões fundiárias. *Revista de Índias*, vol. LXIV, núm. 230. Págs. 35-54, 2004. Disponível em <http://revistadeindias.revistas.csic.es/index.php/revistadeindias/article/viewFile/409/47>. Acesso em: 11/12/2015.

GEERTZ, Clifford. *A Religião como Sistema Cultural*. In: *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: Ed. LTC, 2008

HORII T, A. K. D. Território guarani na tríplice fronteira: fragmentos que resistem no espaço-tempo1. *Faz Ciência*, vol. 16, n. 24, jul/dez de 2014 – p. 96-111. 2014. Disponível em <file:///C:/Users/Francisca/Downloads/11400-40976-1-PB.pdf> . Acesso em 11/12/2015.

ÍNDIOS BRASILEIROS; *Cultura Indígena, Mundo Espiritual Indígena*. Disponível em: <http://indios-brasileiros.info/cultura-indigena/o-mundo-espiritual-indigena.html>> Acesso em 11 Dezembro 2015

ISA - Instituto Socioambiental. Povos Indígenas do Brasil. <http://piib.socioambiental.org/pt> . Acesso em dezembro de 2015.

_____. *Na atualidade*. Disponível em: <http://piib.socioambiental.org/pt/c/politicas-indigenistas/o-que-e-politica-indigenista/na-atualidade> Acesso em dezembro de 2015.

- MARTINS, Marci Filetti. Aspectos da morfossintaxe do guarani mbiá. Revista eletrônica língua viva, vol. 3, no 1., 2013. Disponível em <http://www.periodicos.unir.br/index.php/linguaviva/article/viewArticle/722>. Acesso em dezembro de 2015.
- MATOS, Sérgio. A cultura pela língua. Algumas reflexões sobre pragmática (inter)cultural e ensino aprendizagem de língua não materna Sérgio Matos. Programa FEDER/POCTI-U0022/2003. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/6719.pdf> Acesso em dez de 2015.
- MELATTI, Cesar Júlio. Índios do Brasil. Cáp. 4. As línguas indígenas. São Paulo – Editora da Universidade de São Paulo – Edusp. 2007. Disponível em: https://books.google.com.br/books?hl=ptBR&lr=&id=6MZRNldDlnoC&oi=fnd&pg=PA17&dq=grupo+mbi%C3%A1&ots=q4WRcuQPF5&sig=Vg2jSDwu6a_wIr4TO8M4yzsIgW8#v=onepage&q&f=false. Acesso em dezembro de 2015.
- MELIÁ, Bartolomeu. El guaraní conquistado y reducido. 3 ed. Asunción: Centro de Estudios Antropológicos, 1993.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE (do Brasil). Fundação Nacional de Saúde. Política Nacional de Atenção a Saúde dos Povos Indígenas. 2. ed. Brasília, DF, 2002.
- MONTEIRO, John Manuel. Os guarani e a história do brasil meridional séculos XVI -XVII. In CUNHA, Manoela C. da (org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998, pp. 475-498.
- MOURA, E. R. *A iniciação ancestral da criança guarani Mbyá*. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Educação da USP. São Paulo: FEUSP, 2005.

PINEZI, Ana K. M. Infanticídio indígena, relativismo cultural e direitos humanos: elementos para reflexão. Revista Aurora, 8: 2010. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/aurora/article/view/3862/2526>. Acesso em dezembro de 2015.

POTIGUARA E. O povo guarani. Disponível em <http://www.partes.com.br/ed26/reflexao.asp> Acesso em 11 Dezembro 2015.

PROGRAMA MORADIA INDÍGENA. Manual do Programa. 2012. Disponível em: <http://www.cdhu.sp.gov.br/download/manual/ProgramaMoradiaIndigena.pdf>. Acesso em dezembro de 2015.

PROJETO VIGISUS. Medicina Tradicional Indígena em Contextos – Anais da I Reunião de Monitoramento. Luciane Ouriques Ferreira e Patricia Silva Osório (org.). Projeto Vigisus II/Funasa. Brasília: Fundação Nacional de Saúde, 2007.

_____. O Desenvolvimento Participativo da Área de Medicina Tradicional Indígena, Projeto Vigisus II/Funasa. São Paulo, v.21, supl.1, p.265-277, 2012.

RIBEIRO, Darcy. *O Povo Brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

RICARDO, Fany (Org.) Terras indígenas & Unidades de Conservação da natureza: o desafio das sobreposições. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2004.

ROBINS, Robert Henry. Linguística Geral. Tradução de Elizabeth Corbetta A. da Cunha. Porto Alegre: Globo, 1977.

ROSE, I. S.; LANGDON, E. J.; Diálogos (neo)xamânicos: encontros entre os Guarani e a ayahuasca (Neo)shamanic dialogues: encounters between the Guarani and ayahuasca. Tellus, ano 10, n. 18, p. 83-113, jan./jun. 2010 Campo Grande – MS.

- SCHADEN, E. *Aspectos fundamentais da cultura guarani*, 3ª ed. Editora Pedagógica e Universitária: Editora da Universidade de São Paulo, 1974.
- SILVA, Fabíola Andréa; NEVES, Eduardo Góes; DE BLASIS, Paulo Antonio Dantas. *Brasil Tupi. Beleza, Rigor e Dignidade: A Cultura Material Tupi no Tempo e no Espaço*. São Paulo: MAE, 2004.
- SOUZA, M, N.; BARBOSA, E. M. Direitos indígenas fundamentais e sua tutela na ordem jurídica brasileira. In: *Âmbito Jurídico*, Rio Grande, XIV, n. 85, fev 2011. Disponível em: http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=8978 . Acesso em dezembro de 2015
- SOUZA, Nathalia Lucas Tavares de. *Conflitos da Legislação sobre Terras Indígenas: O caso das aldeia do Jaraguá (SP)*. II CONINTER: Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades. Rio Claro: Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, 2013.
- URBAN, Greg. A história da cultura brasileira segundo as línguas nativas. CUNHA, Manoela Carneiro da (org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998, pp. 87-102.
- WAGNER, Roy. *A invenção da cultura*. São Paulo: Cosac Naify, 2009.